

CADERNOS DO
**terceiro
mundo**

IRAQUE/KUAIT

A Guerra
do Petróleo

PUBLICAÇÃO MENSAL Nº 133 • Cr\$ 240,00 • BOA VISTA, MANAUS Cr\$ 310,00 • ANO XIII



**O QUE
ESTÁ POR
TRAS**

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:
Saída / Luanda: 12:30
chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:
Saída / Rio: 16:30
Chegada / Luanda: 04:30
(dia seguinte)



TAAG
LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Assinatura: Cr\$ 2.600,00 (1 ano)
Cr\$ 4.800,00 (2 anos)

Assine, traga
os amigos e
escolha seu
brinde

Oferta especial: Assinatura de
"CADERNOS" (1 ano) + Guia = Cr\$ 4.500,00

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

Cr\$ 2.500,00 o exemplar

Cada assinatura anual de "CADERNOS" que você consegue vale 10 pontos,
por 2 anos 20 pontos e cada "Guia" 15 pontos

Escolha seu(s) brinde(s) de acordo com o total de pontos que conseguir.

Brindes deste mês:

15 pontos



A Batalha
dos Trilhos
Cód: 211

25 pontos



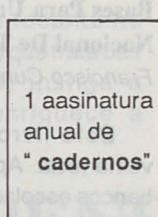
Memórias de
uma geração
assassinada
Cód: 206

35 pontos



A Face Oculta
da Drogas
Cód: 212

45 Pontos



Cód: 230

50 pontos



Guia do
Terceiro
Mundo
Cód: 221

Preencha os cupons em letra de forma conforme sua opção de pagamento e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 Gr. 105 a 106 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20241 – Tel.: (021)252-7440 validade: 15.10.90

Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s):

- () Cheque (s) nominal (is) em anexo
() Vale postal – Ag. Lapa
nº série.....
() Pagarei o "GUIA" por reembolso postal
() Pagarei o "GUIA" dos meus amigos por reembolso postal
() Autorizo débito no meu CREDICARD do valor referente ao meu pedido
() Autorizo débito no meu CREDICARD dos pedidos referentes aos meus amigos em nº de pedidos anexos

CREDICARD:

Data:/...../90.

Assinatura do Comprador

Para pedidos de mais de dois amigos use relação anexa ou cópia xerox. Ao preencher o cupom do remetente informe o(s) código(s) do(s) brinde(s) a que tem direito.

ASSINALE: () Assinat. de "CADERNOS" ou () Renovação
PEDIDO DE: () Guia do Terceiro Mundo: () pago, () r. postal

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Tel:

Profissão:

ASSINALE: () Assinat. de "CADERNOS" ou () Renovação
PEDIDO DE: () Guia do Terceiro Mundo: () pago, () r. postal

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Tel:

Profissão:

CUPOM DO REMETENTE

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: CEP: Tel:

Profissão:

Livros brindes código:

CADERNO POSTAL



O PILÃO DA MADRUGADA

*Neiva Moreira
(Depoimento a José Louzeiro)*

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no front das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do seu inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, perm-

ite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". 464 p.

José Louzeiro
E-208 Cr\$1.250,00

A BATALIA DOS TRILHOS
Bases Para Uma Política Nacional De Transporte
Francisco Cunha Jr.

Este livro bate numa velha tecla. Aprende-se nos bancos escolares que o Brasil tem que substituir a rodovia pela ferrovia e hidrovia, meios de transportes mais econômicos. Isto todo mundo sabe, mas nada é feito para solucionar o problema.

O que não se aprende na escola, e o próprio autor desconhecia, é que as economias possíveis superam 3% do PIB. O desperdício não envolve apenas a diferença no custo do transporte de produtos essenciais, mas também vários subsídios ao transporte rodoviário, além do investimento em novas fontes energéticas para suprir um consumo dispensável.

A eliminação desse desperdício é fundamental para uma nação que tem que crescer por seus próprios meios, pois sabe que nada deve esperar da comunidade internacional. Francisco

Cunha Jr. é engenheiro de aeronáutica, formado pelo ITA em 1961, ano em que iniciou carreira profissional sempre voltada à implantação de sistemas viários. 94 p.

E-211 Cr\$500,00

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64

Dênis de Moraes

O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964 com revelações a respeito de fatos até hoje controversos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbet de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o general Nélson Werneck Sodré, o capitão Eduardo Chuahy e os brigadeiros

Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima. 379 p.

E-202 Cr\$1.500,00

DESENVOLVIMENTO E CONVERGÊNCIA

Celso W. Bueno

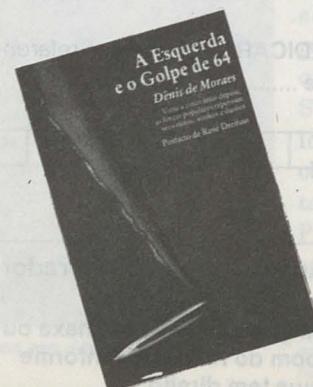
Adotem a rota do socialismo, ou do



capitalismo, os países do Terceiro Mundo jamais chegarão a reproduzir os padrões de produção e de consumo das nações ricas, simplesmente porque esses padrões dependem de transferências de recursos vindos dos próprios países do Terceiro Mundo, a baixos preços, o que obriga aí baixos salários. O único desenvolvimento viável é o que otimize o uso dos recursos naturais e humanos de cada região, do que resultarão padrões sóbrios, equilibrados social e ambientalmente.

Celso W. Bueno foi durante 10 anos membro da equipe técnica das Nações Unidas. É hoje professor da Fundação Getúlio Vargas. 242 p.

E-214 Cr\$1.200,00



Alberto B.
Mariantoni

A OUTRA
Um estudo antropológico
sobre a identidade da
amante do homem casado
Miriam Goldenberg

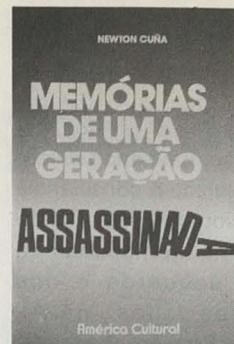


"Este livro é uma contribuição original e inovadora no campo das Ciências Humanas, no Bra-

sil. Pela sua clareza e franqueza traz dados preciosos para a melhor compreensão de trajetórias de mulheres que vivem em período turbulento, de óbvias transformações no campo da moral, das relações amorosas e da família.

Este material só poderia ter sido coletado por pesquisadora dedicada e sensível. Ao analisar seus dados, Miriam Goldenberg levanta questões que abrem caminho para novas pesquisas. Como todo trabalho pioneiro, este terá, forçosamente, desdobramentos." Gilberto Velho – 84 pág.

E-222 Cr\$600,00



MEMÓRIAS DE UMA
GERAÇÃO
ASSASSINADA
Newton Cuña

É um romance ágil, que revivencia o cotidiano brasileiro em um ano especialmente importante para a história e vida nacionais: 1968.

Humano e tocante na delicadeza com que retrata das personagens, instiga a reflexão e enriquece a

mémentadas do isolamento revolucionário ou literatura de bom gosto. 138 pág.

E-206 Cr\$ 500,00

CAOS
A Criação de Uma Nova
Ciência
James Gleick

Ilustrado (a cores) com as formas fantásticas da recém-descoberta geometria fractal, este livro narra o rompimento de uma velha barreira da física clássica: o lادocaótico, descontínuo, da natureza. Através de uma linguagem simples, acompanhamos o revolucionário despertar desta nova ciência, a do Caos. 320 pág.

E-219 Cr\$ 2.300,00

A PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA SUA PESQUISA E CONSULTA.

GUIA DO TERCEIRO MUNDO



São 674 páginas com informação objetiva e independente sobre todos os países do mundo, com o olhar de quem "vê o Terceiro Mundo com os próprios olhos."

Contém:

Dados de história, economia, geografia e política.
Suplemento especial sobre Brasil.
Mais 1000 mapas e gráficos.
As organizações internacionais, como funcionam e porquê.
Temas da atualidade tais como: matérias-primas, tecnologia, fome, dívida externa, aids, transnacionais e outros.

Atende a:

Professores, Estudantes, Jornalistas, Administradores, Economistas, Industriais, Políticos, Exportadores, Diplomatas e outras atividades.

O produto:

Impressão em papel de qualidade. Formato amplo (21x28cm). Diagramação moderna e ilustrada. Acabamento reforçado (costurado e colado).

COMISSÃO SUL

Os desafios da...

A invasão do Kuait pelo Iraque é injustificável.

E dá a Washington o pretexto para concentrar seu aparato militar na região do Golfo, de onde provém 50% do petróleo que os Estados Unidos consomem

10



O Brasil não tem sistema escolar capaz de impulsionar seu desenvolvimento econômico e social – denunciam educadores.

Sem uma reforma que institua a escola pública de turno único, o futuro é incerto, lamentam

47



2 PANORAMA

8 CARTAS

10 ORIENTE MÉDIO

- | | |
|-------------------------------------|----|
| Iraque-Kuait: O conflito inesperado | 10 |
|-------------------------------------|----|

14 AMÉRICA LATINA

- | | |
|---------------------------------------|----|
| Colômbia: Uma chance para a paz | 14 |
| M-19: "O desafio é ser poder" | 19 |
| Rumo a uma Constituinte | 21 |
| Bolívia: Um poder paralelo | 23 |
| Nicarágua: Sempre resta uma esperança | 24 |

28 ÁFRICA

- | | |
|---------------------------------|----|
| África do Sul: Revolta no campo | 28 |
| Tunísia: Negar o passado | 31 |

33 ÁSIA

- | | |
|---------------------------|----|
| Vietnã: O milagre da água | 33 |
|---------------------------|----|

34 MULHER

- | | |
|-----------------------------|----|
| África: As primeiras letras | 34 |
|-----------------------------|----|

37 MEIO AMBIENTE

- | | |
|---------------------------------|----|
| Coréia: Socialismo sem poluição | 37 |
|---------------------------------|----|

39 POPULAÇÃO

- | | |
|------------------|----|
| Uma China a mais | 39 |
|------------------|----|

41 SUPLEMENTO BRASIL

- | | |
|---|----|
| Capa/Sequestros:
Sequestradores e polícia fazem a guerrilha urbana | 42 |
| Louco ou simplesmente audacios? | 44 |
| Sequestro é prática antiga | 45 |
| Educação: A escola pode mudar o Brasil? | 47 |
| Só educação desenvolve | 48 |
| Um projeto para o Terceiro Mundo | 50 |
| Economia: CSN, patrimônio do povo | 52 |
| Cultura/Música: Os sertanejos na parada | 53 |
| Aprendendo saúde: Pesquisador faz descoberta sobre toxoplasmose | 55 |
| Panorama Nacional | 56 |
| Página Aberta: A diferença entre crescer e inchar | 60 |



Zulus: por trás dos choques, um problema político e não étnico

ÁFRICA DO SUL Onda de violência

A violência interétnica ameaça se transformar numa crise política de grande magnitude na África do Sul. Mais do que diferenças raciais, os choques que já resultaram na morte de 150 pessoas, demonstram profundas divergências políticas.

De um lado, estão os partidários do Congresso Nacional Africano (CNA), de Nelson Mandela, e do outro, os conservadores zulus do movimento Inkatha. Essa organização, cujo chefe é Gatsha Buthelezi, tem uma longa história de convivência com as autoridades de Pretória e de violentas lutas contra militantes antiapartheid.

No fundo, o que está em jogo é a disputa de espaço e de liderança na África do Sul pós-apartheid. Os zulus desejam ver o seu chefe Buthelezi assumir o papel hoje desempenhado por Nelson Mandela.

O centro dos confrontos é a província de Natal, onde mais de quatro mil pessoas morre-

ram nos últimos quatro anos de lutas entre os militantes do CNA de Mandela e do Inkata de Buthelezi. O mais grave é que o ANC tem denunciado a interferência da polícia sul-africana, que segundo a organização antiapartheid, tem entrado na luta ao lado dos zulus.

"Algo está mal", afirmou Mandela. "Ou o governo perdeu o controle sobre a polícia, ou a polícia está fazendo o que quer com o governo".

Os últimos confrontos entre os zulus e os partidários de Mandela começaram, de forma suspeita, poucas horas depois que representantes do Congresso Nacional Africano e do governo de Pretória se reuniram, no início de agosto, para assinar um pacto de paz. Segundo esse acordo, o movimento de libertação suspendeu a luta armada depois de 30 anos, enquanto que o presidente De Klerk se comprometeu a acelerar o fim do regime de segregação racial.

QUÊNIA Moi resiste a pressões

Leia mais

Culminando uma campanha interna e internacional com o objetivo de obter do governo de Daniel Arap Moi uma abertura política que instaure um sistema pluralista e a plena vigência dos direitos humanos, a Sociedade Internacional de Juristas (SIJ) decidiu transferir sua XXIII Conferência Bianual – que estava prevista para ser realizada em Nairóbi, capital do Quênia – para Nova Iorque. A entidade anunciou que a reunião vai ser transferida em sinal de protesto pela detenção de vários defensores dos direitos humanos no Quênia.

O advogado John Khaminwa – um dos ativistas em prol dos direitos humanos mais conhecidos do país – foi preso no começo de julho, junto com Paul Muite, quando ambos defendiam dois ex-ministros, Kenneth Matiba e Charles Rubia, dirigentes do movimento pela democracia pluripartidária no Quênia. Khaminwa só foi libertado três semanas depois.

Os dirigentes da oposição tinham solicitado autorização para realizar uma reunião pública, onde seria discutida a abertura democrática. A autorização foi negada e Matiba e Rubia foram presos. Em resposta, em 7 de julho se realizaram manifestações de rua em favor de sua liberação e houve sérios distúrbios no centro de Nairóbi.

O governo presidido por Daniel Arap Moi – no poder desde 1978 – até o momento tem sido contra a implantação do pluripartidarismo, alegando que na África o sistema de partido único sempre foi um instrumento para enfrentar os movimentos políticos de origem tribal.

Além de enfrentar resistência interna, Arap Moi está sofrendo pressões dos governos dos países do norte da Europa, que lhe pediram o fim das prisões dos opositores políticos.

Esses governos contribuem para o desenvolvimento do Quênia com 800 milhões de dólares em doações.

COMISSÃO SUL

Os desafios do Terceiro Mundo

Depois de quatro anos de trabalho, em outubro próximo a Comissão Sul vai se auto-dissolver. Surgida em 1986 ao final de uma reunião do Movimento de Países Não-Alinhados, em Harare (Zimbábue), a Comissão está integrada por 28 personalidades de diferentes países da Ásia, África e América Latina.

O fato de ser uma organização não-governamental e independente garantiu a sua visão crítica na hora de analisar a situação do Terceiro Mundo e fazer prognósticos para o futuro.

No dia 3 de agosto, foram apresentadas em Caracas as conclusões de seus trabalhos, reunidas num relatório de 350 páginas, chamado "O desafio do Sul".

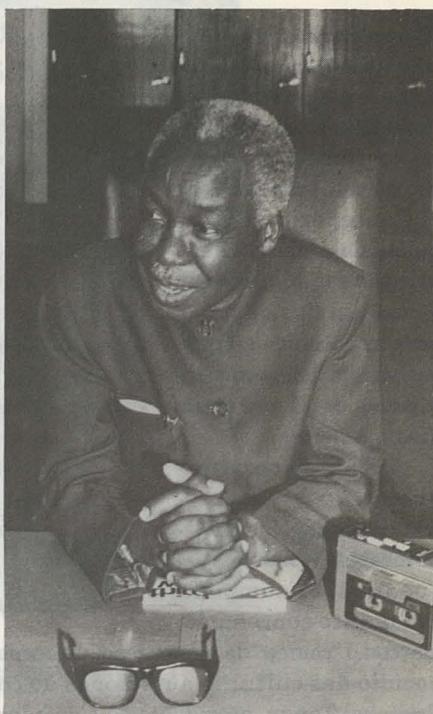
Entre os integrantes da Comissão Sul, estão o presidente venezuelano Carlos Andrés Pérez; Carlos Rafael Rodríguez, vice-presidente do Conselho de Estado cubano; o uruguai Enrique Iglesias, atual presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere.

rere, que dirigiu seus trabalhos.

O relatório final mostra que houve um acelerado empobrecimento no Sul na década passada. E conclui que nossos países – que ocupam mais de dois-terços do território mundial e onde vivem mais de quatro quintos de toda a população do planeta – devem encontrar seu próprio caminho, enfrentando uma longa lista de desafios, entre os quais o mais urgente é gerar condições de sustentar seu próprio desenvolvimento numa época de crise.

A Comissão destaca que, apesar da grande extensão territorial dos países do Terceiro Mundo, "nossos povos têm uma renda baixíssima, passam fome, não têm acesso à educação e à saúde. Além disso, estão sob a ameaça de enfrentar uma crise ainda mais grave na próxima década".

O relatório recomenda que a dívida externa dos países do Terceiro Mundo seja objeto de uma redução e que, para isso, se adotem medidas multilaterais. Propõe ainda estabelecer um foro de devedores e realizar uma conferência internacional



Nyerere: o Sul ficou mais pobre

com os credores em busca de uma solução para esse grave problema.

A Comissão destaca também a importância crucial de salvar o meio ambiente e exorta os países do Sul a tomar medidas nesse sentido.

agora quase que exclusivamente pelo Estado.

A equipe do governo, encabeçada por Charles Nyirabu, ex-governador (presidente) do Banco da Tanzânia e atual embaixador nos Estados Unidos, propôs que o Banco Nacional seja dividido em três entidades independentes.

O objetivo dessa medida seria reduzir seu monopólio e favorecer a concorrência de entidades particulares.

O relatório apresentado ao presidente Mwinyi também sugere que se autorize o Banco Popular da ilha de Zanzibar (que se uniu em 1964 à antiga Tanganica para dar lugar à atual República Unida da Tanzânia) a operar em terra firme, e que o governo ponha à venda ações para privatizá-lo, parcialmente.

Quanto à gigantesca Corporação Nacional de Seguros, a proposta é dividi-la em duas empresas e estimular o estabelecimento de outras entidades na mesma área.

TANZÂNIA

Novo sistema bancário

A comissão presidencial encarregada de estudar a situação do sistema bancário e monetário na Tanzânia propôs a divisão do Banco Nacional de Comércio e da Corporação Nacional de Seguros, recomendando ao presidente Ali Hassan Mwinyi que autorize a venda de ações de ambas as instituições a investidores estrangeiros.

Tais medidas modificariam drasticamente o sistema bancário e financeiro desse país africano, controlado até

Representantes indígenas da América Latina estão se preparando para deflagrar uma campanha continental de repúdio às comemorações do V Centenário da Conquista da América. A resolução foi adotada em Quito, em fins de julho, em um encontro ao qual assistiram delegações indígenas de 21 países de toda a América.

A chegada dos espanhóis, portugueses, franceses, ingleses e holandeses a essas terras, que em 1992 cumprirá seu quinto centenário, marcou o "começo da exploração, da opressão, do saque e do etnocídio das culturas autóctones do continente", afirmou Cristobal Tapuy, presidente da Confederação de Nações Indígenas do Equador (Coanie).

Representantes dos povos indígenas do Chile, Guatemala, Estados Unidos e Argentina, coincidiram em assinalar que realizarão todos os esforços para "desmascarar os reais

MINORIAS Críticas ao V Centenário



Lideranças indígenas: reavaliando o descobrimento da América

interesses que estão por trás das celebrações do equivocadamente chamado *encontro dos dois mundos*".

Os delegados disseram que durante a campanha que se inicia cobrarão dos governos de países com população indígena, o reconhecimento do caráter plurinacional e pluricultural dessas nações.

"Buscamos uma integração justa, não imposta pelo mundo branco-mestiço, para ter nossa própria voz e poder de decisão, participando na política. O mundo nos vê como peças de museu, mas nós vivemos no presente e temos muito o que dizer", assinalou Tapuy.

No encontro se marcou uma nova reunião regional para 1991, que se celebrará em um país da América Central e tratará exclusivamente do tema da resistência aos festejos do V Centenário.

TRINIDAD-TOBAGO Golpe frustrado

Pelo menos 30 pessoas morreram na frustrada tentativa de golpe de um grupo muçulmano, que resultou em cinco dias

de confrontos, incêndios e saques nessa pequena nação (5.130 km^2) do Caribe, situada no delta do Orinoco, no litoral da Venezuela. Clive Patin, ministro da Educação de Trinidad-Tobago, revelou que houve também mais de 150 feridos.

Tudo começou em 27 de julho, quando membros da agrupação islâmica negra Jamaat Al-muslimín invadiram o Parlamento e tomaram como reféns o primeiro-ministro Arthur Raymond Robinson e outras 40 pessoas, entre elas a metade de seus ministros.

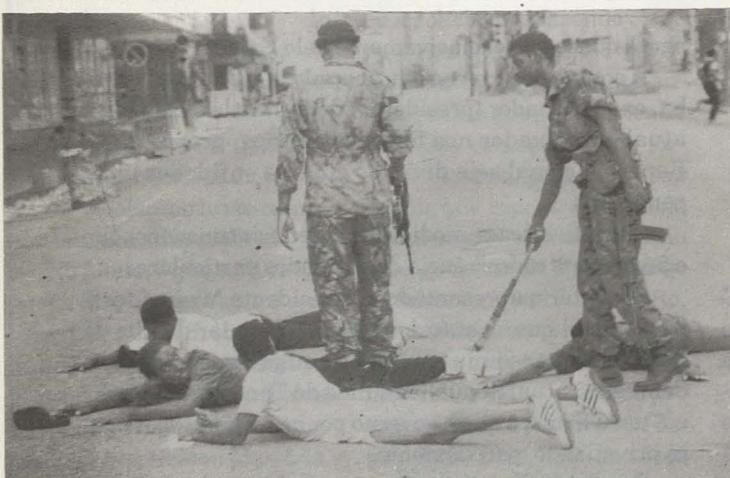
Os fatos se agravaram

com a decisão de alguns grupos sociais de aproveitar a confusão criada com a tomada do Congresso para sair às ruas de Porto Espanha, a capital, e denunciar a política econômica do governo. Os distúrbios de rua culminaram com saques ao comércio e troca de tiros com a polícia.

Segundo alguns analistas nacionais e estrangeiros, essa foi a resposta popular às medidas adotadas pelo governo Robinson – em cumprimento às exigências feitas pelo FMI –, que produziram uma alta nos preços dos produtos básicos.

Ferido a bala em ambas as pernas durante a invasão, Robinson se recupera atualmente no centro médico Saint Claire, perto de Porto Espanha.

Ao ser interrogado, o dirigente do grupo rebelde, Yasin Abu Bakr, se declarou satisfeito com os resultados do levante já que, em sua opinião, os fatos acontecidos serviram para "despertar" a sociedade. Bakr, de raça negra, se converteu ao Islã na década de 70, quando estudava na cidade canadense de Toronto.



Durante cinco dias, o policiamento nas ruas da capital foi intenso

PORTO RICO
ONU discute independência

O Comitê Especial das Nações Unidas para a Descolonização aprovou no dia 16 de agosto uma resolução reafirmando o direito de autodeterminação e independência do povo de Porto Rico.

Durante o estudo da resolução, apresentada pela Venezuela, o Comitê da ONU escutou mais de 50 líderes porto-riquenhos de diversas tendências políticas, que expuseram suas opiniões sobre o futuro dessa ilha caribenha.

O Comitê de Descolonização, conhecido como o Comitê dos 24, aprovou a resolução por oito votos a favor e um contra, da Noruega.

Quando soube do resultado da votação, o presidente do Partido Independentista de Porto Rico, Ruben Berriós, afirmou que a resolução aprovada satisfaz plenamente sua organização. E por isso deu os parabéns ao presidente da Venezuela, Carlos Andrés Pérez, pelo fato do seu país "voltar a assumir um papel de primeira linha nas discussões do caso de Porto Rico nas Nações Unidas".

"Temos ajustado a nossa estratégia à nova situação internacional, graças à ajuda da Venezuela, que apóia a descolonização do nosso país", acrescenta o líder independentista porto-riqueno.

A ilha de Porto Rico, de pouco mais de 8.000 km², situada a leste de Cuba, foi colônia espanhola até 1898, quando passou ao controle dos Estados Unidos. Em 1917, os porto-riquenos obtiveram cidadania norte-americana. Hoje em dia, Porto Rico é legalmente um "estado livre associado" dos Estados Unidos.

As forças armadas norte-americanas mantêm várias bases militares em Porto Rico e dirigentes independentistas acusam Washington de violar o tratado de desnuclearização da América Latina e manter arsenais nucleares na ilha.

Berriós: apoio à resolução da ONU

1.600 quilômetros de projeto



Collor e Menem: abrindo o mercado comum a outros países

**AMÉRICA LATINA
Avança a integração**

Numa reunião de ministros da Economia e Relações Exteriores dos países do Cone Sul, realizada em Brasília, se decidiu incluir o Chile, Paraguai e Uruguai no mercado comum inicialmente projetado para incluir apenas a Argentina e o Brasil.

No caso do Uruguai, se permitirá sua incorporação plena e imediata ao processo em andamento, mediante uma modificação do tratado firmado em novembro de 1988 pelos governos de Buenos Aires e Brasília.

Os ministros discutiram, além disso, a proposta formulada pelo presidente dos Estados Unidos, George Bush, chamada "Iniciativa para as Américas" (ver terceiro mundo, nº 132, seção "Opinião"), que visa a promover a formação de uma "zona de livre comércio" no continente.

Na declaração conjunta, os ministros afirmam que a proposta norte-americana "constitui um indício positivo para a América Latina, na medida em que mostra a disposição dos Estados Unidos de discutir uma agenda construtiva com os países da região e atribui efetiva prioridade à cooperação econômica em setores importantes".

O documento afirma ainda que "a parte da Iniciativa relacionada com os investimentos estrangeiros na América Latina apresenta sinais positivos", embora os recursos inicialmente contemplados sejam "muito modestos diante da escassez de capital nos países latino-americanos".

Os ministros reivindicaram que nas negociações com os Estados Unidos se garanta o acesso dos países latino-americanos às tecnologias avançadas.

Na opinião do chanceler argentino, Domingo Cavallo, a proposta norte-americana de formar uma área de livre comércio não se contrapõe à iniciativa dos países do Cone Sul de impulsionar uma integração maior para chegar a estabelecer um mercado comum ao estilo da Europa ocidental.

PANAMÁ: Insatisfação crescente

Nos meses de julho e agosto, se multiplicaram as paralisações e manifestações de rua no Panamá, à medida que se acentua o confronto entre os setores sociais organizados e o governo de Guillermo Endara. Os manifestantes protestaram contra a política do presidente imposto pelos norte-americanos, que desconhece os acordos trabalhistas em favor de melhores condições de trabalho e salários, privatiza empresas públicas e abre os portos à concorrência estrangeira.

Sindicatos importantes – entre os quais o dos portuários, os trabalhadores da Empresa Hidrelétrica Estatal, os professores de colégios secundários e os motoristas de caminhão – decidiram cruzar os braços.

Os professores reivindicavam nas ruas o respeito a acordos e projetos pendentes. Já os portuários exigiam o cumprimento de compromissos estabelecidos em 1979, quando o porto de Balboa – situado sobre o Oceano Pacífico – pas-



Funcionários demitidos fazem protesto contra Endara

sou para o controle dos panamenhos em virtude dos Tratados do Canal, assinados em 1977 pelos presidentes Omar Torrijos e James Carter.

Naquele momento, os trabalhadores obtiveram abonos salariais, estabilidade no emprego, promoção por concurso, férias, direito à previdência social e outras conquistas que foram abolidas pela administração Endara. Se o governo desconhecer estes direitos, os trabalhadores ameaçam paralisar o porto de Balboa.

O sindicato dos caminhoneiros da zona livre de Colón, por sua parte,

deflagrou uma greve para exigir o cumprimento de acordos trabalhistas que o governo desconhece. A paralisação pode afetar o abastecimento de combustíveis em todo o país e bloquear as estradas que conduzem à Costa Rica.

Os operários da empresa hidrelétrica estatal, por sua vez, anunciaram que não aceitarão os critérios de gestão da atual dire

toria, designada por Endara. "As empresas estão sendo propositalmente mal administradas para justificar sua privatização", afirmou Isaac Rodríguez, secretário geral do sindicato.

Por sua parte, os sindicatos de trabalhadores da indústria e de empresas exportadoras publicaram um documento de protesto contra a política de abertura da economia à concorrência internacional e de privatização de empresas públicas. Os assalariados consideram que a orientação do governo imposto pelos Estados Unidos vai levar à ruína a indústria local.

ARGENTINA Privatizações

Continuando sua política de privatizações de empresas públicas, o governo argentino nomeou uma comissão que colocará à venda as principais estatais de energia elétrica e nuclear, nos próximos três meses.

O Ministério de Obras e Serviços Públicos designou os membros da junta que deverá analisar as condições de venda da Empresa de Serviços Elétricos do Grande Buenos Aires (Segba). Na capital federal, que é a área abrangida pela Segba, se concentra a metade do consumo de energia da Argentina. A eventual transferência da empresa para mãos particulares seria a terceira privatização importante promovida pelo presidente Carlos Menem, depois da realizada nas companhias de telecomunicações e na empresa aérea estatal.

A companhia telefônica (Entel) foi vendida a um grupo associado de capital espanhol e norte-americano, enquanto que as Aerolineas Argentinas passou ao controle da empresa espanhola Iberia, associada a grupos de capital argentino.

Nesse prazo de 90 dias, a comissão presidida pelo subsecretário de Energia, Julio Cesar Araoz, se dedicará também à privatização total ou parcial das centrais hidrelétricas binacionais de Yaciretá e Salto Grande, embora nesse caso precise contar com a autorização dos governos do Paraguai e Uruguai, respectivamente.

A represa de Salto Grande está situada no rio Uruguai, que separa a Argentina do Uruguai, enquanto que Yaciretá está localizada no rio Paraná, na fronteira com o Paraguai.

O ministro de Obras e Serviços Públicos, Roberto Dromi, revelou que o Uruguai coincide com a Argentina de que "há excesso de pessoal e custos operacionais", mas admitiu que com o Paraguai o acordo não está tão avançado.

Dromi informou ainda que para a venda da Segba se apresentará no Parlamento um projeto, incluindo a empresa na chamada "Lei de Reforma do Estado", que regulamenta a privatização das empresas públicas.

O secretário geral do sindicato de Luz e Força, Oscar Lezano, declarou por sua vez à imprensa que "o governo não tem o bilhão de dólares necessário para melhorar o fornecimento de energia elétrica".



Após ser destituída, Benazir abandona a residência oficial

PAQUISTÃO Golpe branco

A primeira-ministra do Paquistão, Benazir Butto, de 37 anos, a primeira mulher que governou um país islâmico, foi destituída pelo presidente Ghulam Ishaq Khan, que dissolveu a Assembléia Nacional (Câmara Baixa do Parlamento) e convocou elei-

ções antecipadas para 24 de outubro.

O líder da oposição, Ghulam Mustafa Jatoi, de 58 anos, foi designado primeiro-ministro interino; foi decretado o estado de sítio em todo o território e as forças armadas cortaram os serviços

telefônicos e as transmissões de televisão.

O presidente acusou a primeira-ministra de abuso de poder, corrupção e personalismo. Segundo Khan, Butto incentivou os conflitos étnicos na província de Sind (da qual ela é originária) e foi incapaz de conter a violência.

A manobra política de Khan – um íntimo colaborador do falecido general Zia ul-Haq, que derrubou e mandou para a força Zulficar Ali Butto, pai de Benazir – aparentemente respeita o texto constitucional. Se não fosse pela intervenção do exército poderia parecer, formalmente, uma das frequentes mudanças de governo que ocorrem nas democracias parlamentares.

A realidade, no entanto, pode ser diferente. A Benazir Butto acusou o presidente de ter dado um “golpe constitucional”. Desde que assumiu o governo, em dezembro de 1988, a ex-primeira-ministra Benazir Butto enfrentou o desafio de dirigir o processo de

redemocratização depois de 11 anos de ditadura militar. Mas esse não foi seu maior problema. Mais complexa foi a tarefa de enfrentar a oposição dos muçulmanos ortodoxos, muitos dos quais ocupando postos-chaves no governo. Tanto eles como o próprio presidente Khan nunca aceitaram ser governados por uma mulher.

Os militares tampouco viam com bons olhos a presença de Butto à frente do governo e nos últimos meses começaram a pressionar para obter poderes especiais na região de Sind, alegando que era necessário pôr fim à violência. A primeira-ministra lhes negou esses pedidos. Muitos analistas em Islamabad opinam que essas foram as verdadeiras causas da destituição de Benazir. O que agora está em discussão é se Butto será autorizada a disputar as eleições de outubro, e se as mesmas serão realizadas com todas as garantias e a plena vigência dos direitos civis e políticos.

ÍNDIA Novo míssil de médio alcance

Antes do fim do ano, a Índia estará testando o seu segundo protótipo de míssil balístico de médio alcance. Apesar dos esforços das grandes potências para limitar o número de países que disponham deste tipo de projétil, a Índia desenvolveu um modelo avançado de míssil terra-terra – chamado Agni – que pode alcançar um alvo a 2 mil quilômetros de distância.

A Índia ingressou no fechado clube das nações que possuem este tipo de armamento em maio do ano passado, depois de lançar com êxito seu primeiro míssil – o *Signi*, com um alcance de 1.600 quilômetros –, proje-

tado e desenvolvido integralmente por cientistas indianos.

Em 1983, a Organização de Pesquisa e Desenvolvimento para a Defesa (OIDD), da Índia, iniciou um programa para a construção de mísseis. O Agni é um dos cinco modelos experimentais do projeto.

Os especialistas em defesa disseram que no próximo ano entrarão na etapa de produção um míssil terra-ar de curto alcance, o *Trishul*, e um terra-terra, o *Prithvi*. Um dos analistas militares mais conceituados de Nova Déli, K. Subrahmanyam, afirmou recentemente que esses mísseis darão ao país “a opção de reduzir suas forças armadas e adotar uma doutrina de defesa não-provocativa”. O especialista disse que a Índia não está copiando os projéteis desenvolvidos em outros países, mas sim experimentando suas próprias tecnologias avançadas.



Entrevistas

Quero parabenizá-los pela edição nº 131. Aliás, como as demais, está sensacional. A revista realmente mostra o outro lado da lua. As entrevistas com Fidel Castro e Marcelo Felício estão sensacionais. Aproveito para sugerir uma entrevista com Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco, na verdade um terceiro-mundista.

Romilson M. Cabral
Recife = Pernambuco

Apóio

Registro felicitações por esta publicação, que nos traz uma informação preciosa a cada mês. Além disso, como é o meu caso, a revista serve de apoio a estudantes que buscam conhecer o mundo sem mordaças.

Lorena Sierra
Canelones = Uruguai

Médicos

A Sociedade Brasileira de Médicos Escritores / Regional de Minas Gerais está lançando seu jornal, com temas sobre literatura, história, etc.. Gostaria de enviar, graciosamente, um exemplar para médicos, enfermeiros e psicólogos do Terceiro Mundo. O objetivo básico é fazer a medicina não ser absolutamente técnica, desumana e desvinculada da cultura e do social.

Emílio Grinbaum
Assoc. Médica de MG
Av. João Pinheiro, 161
30.131 = B. Horizonte
MG

Jornalismo

Esta carta não é mais do que um agradecimento pelo contato com um mundo novo que o editor-geral Neiva Moreira me proporcionou, ao colocar-me nas mãos o Guia do Terceiro Mundo.

Atualmente, é difícil ver neste país, onde a principal meta das pessoas é tirar vantagem em tudo, um profissional que exerce sua função com dignidade e amor. Afirmo isso porque sou professora primária e dou aula a crianças carentes, por opção.

Ao procurar a Editora Terceiro Mundo, atrás de subsídios para um trabalho universitário sobre agências de notícias alternativas, o editor-geral Neiva Moreira falou-me da defasagem dos cursos de jornalismo e agora, mais do que nunca, estou ciente disso.

Angélica Silva
Rio de Janeiro = RJ

Menores

dos adotantes; 3 = Deve-se evitar a adoção por procura, exigindo-se a permanência mínima dos interessados no país, para as observações e comprovantes iniciais; 4 = Pesadas penalidades devem ser



Questão das mais polêmicas, na Justiça de Menores, tem sido a adoção por estrangeiros, não-residentes no país. A matéria, não obstante regulamentada pelos artigos 20 e 107 do Código de Menores, não teve, infelizmente, a atenção e cuidados que, por sua relevância, deveria merecer por parte de nosso legislador.

Por essa razão, na prática, tem-se observado nos Juizados de Menores do país, após vários congressos e debates sobre a matéria, a necessidade de se considerar quatro pontos principais: 1 = Na adoção por casal estrangeiro, recomenda-se a concessão mediante trato direto da autoridade judiciária com o casal pleiteante. Deve excluir a intermediação de agências internacionais; 2 = Os adotantes estrangeiros devem fazer prova de cumprimento dos requisitos legais pré-adoção da lei brasileira e da lei do país

impostas e regulamentadas, no sentido de coibir qualquer aspecto de vantagem financeira obtida em qualquer fase da colocação de uma criança em lar substituto.

Antônio Satúrio
São Paulo = SP

ERRATA

No número 132, na matéria "O crepúsculo dos reis", por um equívoco, o Zaire aparece como ex-colônia francesa, quando na verdade pertenceu ao império belga. No mesmo artigo, no quadro com informações sobre a Costa do Marfim, onde se disse que "existe um médico para cada 5,7 bilhões de pessoas", deve-se ler que "há um médico para cada 15.940 habitantes".

Publicações com informações e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes.

Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 Grupos 105/106
20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: (021) 252-7440/222-1370
Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Diretor Geral: Neiva Moreira
Diretor Adjunto: Pablo Piacentini
Editora: Beatriz Bissio
Subeditores: Roberto Remo Bissio,
Claudia Guimarães, Procópio Mineiro
Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro (Brasil),
Henry Pease García (Peru),
Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

Redação: Aldo Gamba, Marcelo Montenegro, Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bardin (México),
Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Cancura (Uruguai)
Dept. de Arte: Pedro Toste (editor), Reginaldo Caxias,
Dayse Vitoria

Centro de documentação: Maria Helena Falcão (diretora),
Angélica Campello de Oliveira, Walmyr Peixoto da Silva, Isabela Falcão, Roberto de Oliveira
Banco de Dados: Raimundo José Macário Costa

EDIÇÕES REGIONAIS:

Edição em Português:
Diretor: Neiva Moreira
Editores: Procópio Mineiro e Claudia Guimarães Sucursais:
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memória Moreira (Brasília),
José Carlos Gondim (Amazônia)
Revisão: Cleia Márcia Soares
Diretor administrativo: Henrique Menezes
Circulação e Assinaturas: Mauro Antonio Mendes
Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122/104-105 -
RJ - BRASIL - Tel. Assinaturas: (021) 252-7440.
Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Sede de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10/1º andar
- Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650
Telex: 42720 CTM-TE-P

Edição em Espanhol
Sucursal do Rio da Prata
Diretor: Roberto Remo Bissio
Vendas e Assinaturas: A.C.U. S/A
Miguel del Corro 1461 - Tel.: 49-6192
Montevideu, Uruguai
Distribuição no Uruguai: Berriel y Martinez,
Paraná 750 esq. Ciudadela
Distribuição na Argentina (livrarias):
Ediciones Colihue (Buenos Aires)

Edição em Inglês:
Editor: Bill Hinchberger
Editor Adjunto: Roberto Raposo
Assinaturas: Andréa Moutinho da Costa Santos
Correspondência: Rua da Glória, 122/105-106 - CEP: 20241
- Rio de Janeiro / Brasil - Tels.: 222-1370/242-1957 - Telex:
(021) 33054 CTMB-BR

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), ALASEI (México), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altermundo (México-Chile), Third World Network (Malásia), Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current (EUA). Fotos: Agence France Presse (AFP).

**SÓ PARA ASSINANTE:
RENOVE SUA
ASSINATURA
COM DESCONTO
ESPECIAL**

Assinatura normal: Cr\$ 2.600,00

Agora escolha sua opção:

Renovação por 1 ano: Cr\$ 2.340,00

Renovação por 2 anos: Cr\$ 4.160,00

Renovação por 1 ano
mais 1 amigo como assinante
por 1 ano: Cr\$ 4.420,00

Renovação por 2 anos
mais 1 amigo como assinante
por 1 ano: Cr\$ 6.110,00

**Nesta opção você ganha
1 livros-brinde**

Pagamento por: Cheque nominal,
Vale Postal, Reembolso Postal ou
Credicard. Qualquer dúvida ligue
(021) 252-7440

Editora Terceiro Mundo Ltda
Rua da Glória 122 Grupo 105/106
Glória
20241 - Rio de Janeiro - RJ
Telex: (021) 33054 CTMB-BR

O conflito inesperado

Beatriz Bissio

A decisão de Saddam Hussein de invadir o Kuait provocou uma mudança profunda no cenário mundial, ao originar uma nova crise do petróleo. Por outro lado, mostrou a arrogância do governo norte-americano, que invadiu Granada e Panamá, e agora e se auto-investiu no papel de líder da resistência militar ao avanço do Iraque. Depois de haver sustentado durante décadas, militar e economicamente, o belicismo israelense, os Estados Unidos se colocam no papel de defensor dos povos árabes



Milhares de soldados norte-americanos estão concentrados na região do Golfo

Em meados de agosto a escalada militar no Golfo Árabe sofreu uma mudança de direção, ao menos momentânea: os Estados Unidos aceitaram a proposta da União Soviética de entregar a coordenação das represálias ao Iraque ao Comitê Militar das Nações Unidas.

Naquele momento, essa decisão da Casa Branca contribuiu para diminuir os temores que havia suscitado no Terceiro Mundo a escalada bélica organizada por Bush, com concentração maciça de forças militares no Golfo, cujo impacto nessa região-chave do Oriente Médio era ainda mais perigoso que a própria ação empreendida pelo governo de Bagdá.

Vários analistas recordaram que Washington esperou por muito tempo a oportunidade de marcar sua presença nessa região petrolífera, e que Saddam Hussein deu o pretexto para que concentrasse seu aparato militar na área.

Apesar de relegado a um obscuro segundo plano durante décadas por causa da guerra fria, o Comitê Militar das Nações Unidas foi concebido justamente para atuar em ocasiões como esta, fazen-

do com que um conflito entre membros da organização se solucione no interior desse foro internacional. Essa função do Comitê Militar é a que dá às Nações Unidas seu verdadeiro caráter de organismo capaz de zelar pela paz mundial.

As represálias que estão sendo coordenadas pelo Comitê foram aprovadas em 6 de agosto pelo Conselho de Segurança. Trata-se do mais amplo conjunto de sanções da história da ONU – um embargo financeiro, comercial e militar ao Iraque – e deverão estar vigentes até a retirada das tropas invasoras do território kuaitiano e a reinstalação do governo legítimo, encabeçado pelo emir Jaber al-Ahmed al-Sabah.

A votação no Conselho de Segurança mostrou a nova correlação de forças no cenário mundial, pois foi a primeira vez na história da ONU que a União Soviética e os Estados Unidos votaram em conjunto uma medida punitiva contra um país do Terceiro Mundo. Antes, quando uma superpotência estava a favor da condenação de um terceiro país, a outra se colocava no lado oposto.

No entanto, nada garante que o go-

verno Bush se sujeite às orientações do Comitê Militar, integrado pelo chefes de estado-maior dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança. Desde os primeiros dias da invasão do Kuait, Bush mostrou sua ansiedade em intervir na região.

Segundo a mesma política usada no Vietnã, os Estados Unidos enviaram ao Golfo o mais importante contingente desde o fim da guerra no sudeste asiático. O objetivo alegado é defender a Arábia Saudita, seu principal abastecedor de petróleo. No entanto, estrategistas árabes temem que, na verdade, Washington vise a empregar a força contra o Iraque, em vez de utilizar seu poder bélico com fins dissuasivos, favorecendo uma saída negociada dentro da legislação internacional.

Dois pesos, duas medidas – A própria atitude das demais potências, como França, por exemplo, que têm procurado atuar com cautela, mostra que os governos aliados dos Estados Unidos na Otan consideram o conflito bem mais complexo do que mostram os meios de comunicação alinhados com a política externa dos Estados Unidos.

Vários jornais europeus relembraram os antecedentes históricos e os precedentes políticos da invasão ao Kuait. E, curiosamente, o próprio ex-secretário de Estado norte-americano James Schlessinger – consultado sobre sua visão da crise por um jornal norte-americano – tratou de deixar claro que nestas ocasiões os Estados Unidos mostram a sua política de dois pesos e duas medidas: "Antes da invasão do Kuait, houve a do Panamá", disse Schlessinger, com mais humildade que Bush para reconhecer que Washington não é o mais indicado para fazer o papel de defensor do mundo livre.

E Schlessinger se esqueceu da invasão a Granada, ou não quis insistir nos antecedentes na história norte-americana do uso da força militar para impor ou

salvaguardar seus interesses.

Um importante jornal parisiense fez menção ao antecedente histórico mais próximo da anexação feita por Hussein. Recordou que, em 1959, o general Abdul Karim Kassim deu um golpe de estado no Iraque, acabando com a monarquia que regia o país desde os primeiros anos da independência (fuzilou inclusive os membros da família real e seus aliados).

O periódico lembrou que o general Kassim, fazendo alusão à época de ouro do Califato de Bagdá – quando essa cidade às margens do Tigre era a capital de um vasto império árabe – decidiu anexar o vizinho Kuait. Para o general Kassim, o emirado pertencia historicamente ao Iraque e havia sido desmembrado de for-

dificultam seu acesso ao mar, como também são importantes para delimitar as águas territoriais e a zona de exploração petrolífera.

Unidade em pedaços – O general Karim, com sua iniciativa frustrada, pôs o dedo em uma ferida aberta no Terceiro Mundo: o das fronteiras artificiais traçadas pelos colonialistas europeus quando, ao finalizar a I Guerra Mundial, dividiram entre eles os despojos do império otomano, processo que voltaria a se repetir, em linhas gerais, após a vitória dos aliados na II Guerra Mundial.

Mas, se há um fundo de verdade na denúncia – hoje retomada como bandeira por Saddam Hussein, para justificar sua condenável invasão do Kuait – de que muitas das fronteiras no mundo árabe são arbitrárias e que alguns Estados surgiram artificialmente, a própria história demonstrou que a via militar não é a adequada para superar o problema.

A reunificação da Alemanha é um exemplo de que as injustiças históricas podem ser reparadas, mas através do diálogo e da negociação. E o que é mais importante: com a participação dos dirigentes e da sociedade civil dos

países em questão.

No mundo árabe há uma grande frustração pelas divisões que atualmente o paralisam, e que em boa medida se remontam à época do declínio do grande império otomano, que teve seu auge no século XII. Mas, a decisão unilateral de Saddam Hussein de anexar o Kuait, usando para isso sua esmagadora supremacia militar, teve um efeito demolidor sobre a já precária unidade árabe.

A constatação mais evidente da divisão reinante foi a reunião da Liga Árabe convocada com urgência no Cairo para analisar a invasão ao Kuait. Dos 21 membros da organização panárabe, 14 condenaram o Iraque. Vários governantes, como o coronel Kadafi, nem sequer estiveram presentes e países importantes como a Jordânia – que está



O temor a uma guerra fez milhares de estrangeiros fugirem do Kuait

ma artificial pelos colonialistas britânicos.

Os ingleses, efetivamente, tiveram ingerência direta na independência do Kuait, cuja posição geográfica no Golfo Árabe e riquezas petrolíferas o tornam um território cobiçado.

O plano anexionista de Karim foi frustrado pelas tropas inglesas, que interviveram com autorização da Liga Árabe, mas a disputa territorial continuou, sobretudo em relação a uma zona neutra – muito rica em petróleo – que divide Iraque, Kuait e Arábia Saudita.

A disputa engloba também duas ilhas, Boubyan e Warda, situadas onde desembocam os rios Tigre e Eufrates, na região conhecida como Shat-al-Arab. Essa é a única saída do Iraque para o Golfo e as ilhas, controladas pelo Kuait, não só

encrustado entre Iraque e Israel –, Sudão, Iêmen, Mauritânia e a OLP ficaram em minoria.

O fator Israel – Quando percebeu seu isolamento internacional e a divisão que a sua decisão de invadir o Kuait causou no mundo árabe, Saddam Hussein tratou de redirecionar a crise, oferecendo voltar às suas fronteiras em troca da retirada das tropas de Israel, da Cisjordânia, da Faixa de Gaza e das colinas de Golán, conquistadas pela força na guerra de 1967.

Provavelmente, Hussein pensou que se conseguisse esse objetivo – tão almejado por todos os povos árabes, em particular pelos palestinos, que buscam o reconhecimento internacional para o Estado independente que foi proclamado nos territórios ocupados por Israel – a invasão do Kuait estaria justificada. E

tentativa de transformar a condenação em sanções econômicas ou militares.

Apesar do plano de troca de territórios proposto por Hussein ser bastante inviável, os estrategistas do Pentágono estudam seriamente a hipótese da entrada de Israel na guerra do Golfo. Já chega a milhares o número de voluntários árabes que se alistam para combater ao lado de Saddam Hussein no caso de uma agressão norte-americana ou israelense. E as autoridades de Telavive não titubearam em antecipar-se aos acontecimentos e começar a treinar a população nas táticas de defesa contra um eventual uso de armas químicas por parte de Bagdá.

No atual governo israelense é amplamente dominante a presença dos representantes da linha dura, cujo raciocínio é muito mais rápido ao usar a lógica brutal da guerra que a delicada diplomacia da paz. Por isso, Washington não pode



O Conselho de Segurança da ONU aprovou o uso da força para impor o embargo

reverteria a situação criada com essa louca iniciativa.

Mas essa "troca" dificilmente seria aceita pelos Estados Unidos ou Israel. Se Washington estivesse realmente interessado na retirada de Israel dos territórios ocupados, já teria encontrado uma forma de deixar isso claro.

Os Estados Unidos financiam o Estado israelense desde sua criação, e as Nações Unidas não se cansam de condenar a política belicista do regime de Telavive e a ocupação militar ilegal (tão ilegal quanto a ocupação do Kuait) dos territórios árabes subjugados desde a Guerra dos Sete Dias. Washington sempre vetou no Conselho de Segurança toda

se dar ao luxo de ignorar que o governo de Yitzak Shamir tem todos os ingredientes necessários para se sentir tentado a entrar no conflito, se houver a menor oportunidade de obter vantagens militares em relação aos seus adversários árabes divididos.

Essa reorientação do conflito no Golfo – que assim reproduziria o cenário das anteriores guerras árabe-israelenses – poderia derivar inclusive no uso de armas nucleares. Tanto Israel quanto Iraque vem desenvolvendo sua tecnologia atômica, e há várias denúncias de que poderiam ter arsenais nucleares.

Se no caso do Iraque essa possibilidade está no terreno da especulação, em

relação a Israel existem denúncias concretas da existência de bombas atômicas. Entre elas, a do técnico nuclear israelense Mordechai Vanunu, sequestrado em Roma em 1986 pelo Mossad (serviço secreto israelense) e levado para Israel. Depois de trabalhar durante anos na central nuclear de Dimona, Vanunu tinha decidido contar tudo que sabia sobre a bomba israelense a um grande jornal ocidental (ver **terceiro mundo** nº 125).

A equação petrolífera – Esse argumento de ir em defesa dos árabes em perigo, alegado por Bush para sua decisão de enviar seu contingente bélico ao Oriente Médio, foi recebida com ceticismo pelos governos da área. Um jornalista perguntava: se ambos são territórios árabes, por que Washington reagiu com tanta virulência à invasão do Kuait pelo Iraque e se mantém de braços cruzados ante a ocupação durante mais de 20 anos da Cisjordânia e Gaza, apesar da Intifada já ter custado milhares de mortes de jovens palestinos desarmados?

Os próprios árabes têm a resposta: há duas diferenças que para Washington são fundamentais. A primeira, que o Kuait é um dos mais importantes produtores mundiais de petróleo e faz fronteira com a Arábia Saudita. A segunda, que em um caso, o país agressor é Israel, aliado privilegiado dos Estados Unidos no Oriente Médio. No outro, o ocupante é o Iraque, nação com a qual Washington nunca teve boas relações, nem quando Bagdá estava em guerra com o Irã, que qualificava os Estados Unidos de império do mal ou Grande Satã.

O petróleo é o combustível que move a sociedade norte-americana. Os Estados Unidos importam 50% do óleo cru que consomem, e sua principal fonte de abastecimento são os produtores do Golfo, especialmente a Arábia Saudita. As reservas estratégicas que Washington admite possuir são de 590 milhões de barris, suficientes para satisfazer suas necessidades de consumo durante um ano.

Mas, apesar disso, George Bush, poucos dias depois de iniciada a crise no Golfo, exortou as nações produtoras a aumentarem a produção de óleo cru para contrabalançar os efeitos do embargo decretado pela ONU contra as exportações

do Iraque e Kuait.

Essas pressões foram nefastas para a única associação de produtores de uma matéria-prima do Terceiro Mundo, que tinha conseguido uma razoável unidade para estabelecer preços e cotas de produção: a Opep (Organização de Países Produtores de Petróleo).

A organização está, segundo a metáfora utilizada por um de seus dirigentes, "como um boxeador golpeado, que perde os reflexos". Ficou sem capacidade de iniciativa frente às consequências petrolíferas do conflito no Golfo, uma vez que só alguns membros, como Irã e Emirados Árabes Unidos, parecem dispostos a respeitar as cotas de produção estabelecidas pela organização, antes da invasão do Kuait (depois nem sequer conseguiu se reunir).

O embargo contra o Iraque, um dos membros da Opep, criou uma situação delicada para a organização, mas os outros integrantes poderiam ter optado por redistribuir as cotas até que se resolvesse a crise. Não obstante, entre os produtores da América Latina, a tendência dominante pareceria ser aceitar a exortação dos Estados Unidos e adotar medidas unilaterais de aumento da produção para abastecer o mercado norte-americano.

A Arábia Saudita, com tropas norte-americanas em seu território, não ficou em uma situação cômoda para resistir às previsíveis pressões de Washington para um aumento de seu próprio bombeamento de petróleo. E os especialistas já prevêem que se o membro mais poderoso da Opep se curva ante os Estados Unidos, o futuro da organização não é nada otimista.

Por todos esses efeitos diretos e colaterais, os principais estudiosos do Terceiro Mundo calculam que a guerra do Golfo está destinada a ter consequências a médio e a longo prazos. A maioria teme que esse lamentável conflito e a forma como ele está sendo tratado por Washington só contribuiriam para debilitar ainda mais a unidade do Sul. E como já advertiram vários deles, pode estar dando lugar a uma intervenção norte-americana sem precedentes em países de



Jordânia: manifestação em apoio a Hussein

importância estratégica por sua riqueza petrolífera.

Possivelmente, tampouco ajudará, como alguns chegaram a pensar, a valorizar as matérias-primas do Terceiro Mundo. A alta do preço do petróleo – cujo preço chegou a alcançar 30 dólares por barril, a cotação que tinha durante o choque do petróleo dos anos 70 – ocorreu à margem da Opep e não como consequência de sua interferência. Em relação ao mundo árabe, a principal vítima da guerra, a unidade agora é mais retórica do que nunca.

O fracasso do diálogo – Nos últimos dias de agosto, o presidente francês François Mitterrand declarou que os atos de Saddam Hussein colocavam a comunidade internacional “numa lógica de guerra” e que é muito difícil se sair dessa situação “sem se abrir mão do objetivo fundamental, que é a defesa do direito”. E arrematou o dirigente francês: “O diálogo fracassou”.

A existência de dois milhões de estrangeiros retidos pelo Iraque foi o fator que fez deteriorar rapidamente a situação no Golfo. O fato – que foi qualificado por Saddam Hussein como uma medida

igual à adotada pelos Estados Unidos com os japoneses no seu território na II Guerra Mundial – foi utilizado por Bush para pressionar os membros do Conselho de Segurança da ONU no sentido de adotarem sanções para quem não acatassem o embargo ao Iraque.

Pouco depois, Bush conseguiria mais uma vitória no Conselho de Segurança: a aprovação de uma resolução permitindo o uso de uma força mínima para garantir o cumprimento do embargo comercial decretado pela ONU.

Por sua vez, o regime de Bagdá encontrou um aliado inesperado no seu confronto com os Estados Unidos: o Irã. Depois de ter assinado às pressas um acordo no qual abriu mão das reivindicações que o levaram à guerra, o Iraque iniciou o processo de retirada de suas tropas do país vizinho e o intercâmbio de prisioneiros com Teerã.

Em troca, o regime iraniano atacou a atitude prepotente dos Estados Unidos e exortou todos os povos muçulmanos a impor “uma humilhante derrota a Bush no Golfo”, segundo as próprias palavras do presidente do Parlamento do Irã, Mehdi Karrudi. “Eles são os líderes da agressão no mundo”, disse.

O dirigente líbio Muammar Kadafi também se diz disposto a enviar tropas ao Golfo para obrigar as forças ocidentais a abandonar a região.

Tudo parecia indicar que, no mundo islâmico, Saddam Hussein conseguiria reverter a situação a seu favor, pois crescia naqueles dias o sentimento de uma guerra santa contra o Ocidente.

Em meio ao acirramento da crise, o presidente iraquiano propôs aos Estados Unidos um diálogo, que foi rejeitado por Washington. Ao fazer aquela proposta, Saddam Hussein advertia que “a guerra pode conduzir ao desastre global internacional”.

Todo o cenário está montado – com Israel se preparando abertamente para intervir – para um confronto. Nesse contexto, são poucas as esperanças de se evitar uma solução militar ao conflito no Golfo, cujas consequências são imprevisíveis.



Apesar do clima de intimidação, os colombianos têm saído às ruas para protestar contra a violência e pelo direito à vida

Uma chance para a paz

Apesar de terem se realizado num clima de violência, após o assassinato de três candidatos à presidência, as eleições colombianas introduziram modificações na vida política, que podem se refletir numa maior abertura democrática

Guillermo Segovia Mora

Tanto as eleições de 11 de março, quando se escolheram novos prefeitos em todos os municípios da Colômbia e se renovaram os Conselhos Municipais, as Assembléias Departamentais, a Câmara de Representantes e o Senado, quanto o pleito presidencial de 27 de maio tiveram características muito especiais.

As ações terroristas e desestabilizadoras do narcotráfico e de seus

assassinos de aluguel, conhecidos como *sicarios* – que constituíram a resposta desses grupos ao repúdio do governo às suas propostas de negociação – geraram um ambiente de tensão e temor generalizados.

Não era para menos: três dos candidatos presidenciais foram assassinados: Luis Carlos Galán, do Partido Liberal; Bernardo Jaramillo Ossa, da União Patriótica, e Carlos Pizarro León-Gómez, do Movimento 19 de Abril (M-19).

Pelo menos 200 pessoas perderam a vida em atentados a dinamite, realizados

através de carros-bomba, em Medellín, Bogotá, Cartagena, Cali e outras cidades. Muitos dirigentes e candidatos aos poderes Legislativos e Executivo, a nível estadual, foram mortos pelos *sicarios*.

E em Medellín, o “Cartel” cumpriu sua terrível ameaça de pagar quatro mil dólares por cada policial assassinado, numa espécie de “punição” pela reviravolta dada pela polícia na luta contra o narcotráfico. Essa recompensa deixou um saldo de 220 policiais mortos nos últimos seis meses.

Ao mesmo tempo, grupos “desconhe-

cidos" vingam essas mortes com massacres noturnos indiscriminados nos bairros da periferia, que se transformaram numa escola de jovens assassinos de aluguel. Até o momento, a média de assassinatos nessa cidade, só este ano, é de vinte pessoas por dia.

Eleições municipais, pré-lúdio de mudanças - Ao mesmo tempo, apesar da difícil situação criada, que levou alguns a sugerir ao governo o adiamento ou a suspensão das eleições, o processo eleitoral introduziu inovações que podem gerar grandes mudanças no comportamento político dos colombianos.

Como parte de um acordo interno do Partido Liberal, nas eleições municipais de 11 de março esse partido utilizou pela primeira vez o mecanismo de consulta ao eleitorado para escolher o seu candidato presidencial. Era esta a condição imposta por Luis Carlos Galán para se reintegrar a essa organização após uma década de dissidência. E teria saído vencedor dessa eleição interna, como aconteceu depois com o seu sucessor, Cesar Gaviria.

O agora presidente eleito conseguiu ampla vantagem sobre seus quatro adversários dentro do partido, num processo no qual se impôs a independência do voto frente às ordens dos "coronéis" e "barões" das diversas regiões, um fator que tradicionalmente incidia na hora de selecionar o candidato presidencial, tanto no Partido Liberal quanto no Partido Conservador, que dominam a vida política nacional desde meados do século XIX.

A isso se acrescenta o fato de que em algumas cidades, no último momento, o Movimento 19 de Abril (M-19) inscreveu candidatos a prefeitos e outros cargos públicos, realizando uma campanha relâmpago que lhe rendeu 100 mil votos. Graças a isso, obteve uma cadeira na Cá-

mara de Representantes para sua comandante Vera Grabe e duas prefeituras (perdeu uma terceira, na cidade de Yumbo, numa disputada eleição, cujo resultado foi questionado pelo M-19).

Além disso, a organização recebeu 70 mil votos em Bogotá para seu candidato à prefeitura da capital, o comandante Carlos Pizarro, que obteve o dobro da votação do candidato da União Patriótica (UP), um tradicional dirigente comunista.

Em contraste com o relativo êxito do M-19, as eleições municipais de março significaram um duro golpe para a União Patriótica que, apesar de manter algumas prefeituras e representações

nização depois do assassinato de Bernardo Jaramillo Ossa, que em várias ocasiões tinha se pronunciado contra essa posição.

Salvar a Colômbia - Outro fato que ajudou a dar um caráter especial às eleições passadas foi a campanha vitoriosa dos estudantes universitários em favor da convocação de uma Assembléa Constituinte (a Constituição atual estabelece que só o Poder Legislativo pode alterar a Carta Magna).

O movimento estudantil "Ainda podemos salvar a Colômbia" pediu aos eleitores que nas eleições municipais introduzissem nas urnas um voto



Marcha pela paz, encabeçada por Mariela Barragan, viúva de Jaramillo Ossa (ao centro)

parlamentar estadual e municipal, viu reduzida a sua votação a 100 mil sufrágios, menos da terça parte dos obtidos nas eleições presidenciais de 1984.

Não resta dúvida de que o assassinato de mais de mil militantes dessa organização, em seis de existência, causou temor. Além disso, a condescendência com a linha de "combinar todas as formas de luta" - patrocinada pelo Partido Comunista em apoio às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) - fez com que a UP perdesse muitos simpatizantes e gerou uma crise interna.

Em consequência disso, importantes quadros dirigentes abandonaram a orga-

nização, em apoio à convocação de uma Constituinte.

Esse voto foi chamado de a "sétima cédula". Apesar da resistência da Justiça Eleitoral em contar a "sétima cédula", diante da inexistência de uma base legal para tomar esta medida, o apoio maciço recebido pela proposta impôs uma contagem extra-oficial, que chegou a dois milhões de votos.

Amparado na simbólica votação obtida pela "sétima cédula" nas eleições de 11 de março, pressionado pelos estudantes e contando com o apoio generalizado à convocação da Assembléa Constituinte, o então presidente Virgilio Barco ordenou

Uma reviravolta institucional

Cesar Gaviria Trujillo é um economista liberal de 42 anos. Seu mandato como presidente da Colômbia abrange o período de 1990-1994. Originário da província produtora de café, teve uma meteórica carreira, que lhe permitiu se transformar no mais jovem presidente colombiano desse século.

Como congressista, ainda é recordado pelas críticas que fez à administração de Belisario Betancur, pela forma como conduziu os trágicos acontecimentos do Palácio da Justiça, em 1985. À frente do Ministério da Fazenda, aproveitou sua relação e sua habilidade negociadora para obter a aprovação de uma reforma tributária, que é considerada um dos grandes êxitos do governo Barco.

No Ministério do Governo, coube-lhe substituir Barco por sete vezes, destacando-se por sua capacidade de conduzir e tomar decisões em conjunturas difíceis.

Em 1989, retirou-se do governo para assumir a chefia da campanha do pré-candidato Luis Carlos Galán, assassinado semanas depois. Durante o velório de Galán – de modo surpreendente – o filho mais velho do líder assassinado pediu a Gaviria que retomasse as bandeiras do pai. Ao submeter o seu nome à consulta interna no Partido Liberal, recebeu amplo apoio, em parte como homenagem póstuma a Galán.

Considerado um homem de centro-direita e partidário de uma política monetarista, durante sua campanha não esboçou nenhum programa concreto,

ra cobertos de êxitos.

Gaviria manifestou seu irrestrito apoio ao processo de paz, mas é inimigo de “criar espaços de atuação da guerrilha sem objetivos de-



Gaviria: retomando as bandeiras de Galán (ao fundo)

embora tenha sido claro em assuntos de prioridade nacional. Anunciou que dará continuidade a alguns programas do governo Barco, como o Plano Nacional de Reabilitação e a recentemente iniciada abertura econômica, que ele conside-

finidos” e de aceitar que o “Estado faça reformas por concessão”.

Reformas sociais – Em relação ao narcotráfico, diferenciou o “narcoterrorismo”, sobre o qual promete atuar com firmeza e sem conces-

sões, e o negócio da produção de cocaína propriamente dito, para o qual defende soluções integrais. Nesse sentido, reclama o apoio dos países consumidores, principalmente dos Estados Unidos, em particular através de um tratamento comercial justo.

Gaviria promete enfrentar a violência desmantelando os grupos paramilitares e, de comum acordo com o presidente Virgilio Barco, realizou mudanças no Alto Comando militar. Seu objetivo é promover uma reorganização das forças de segurança para garantir maior eficácia na luta contra a delinquência, o narcoterrorismo e a guerrilha que não quer negociar. Daí, suas recentes críticas às forças armadas pela falta de resultado em suas ações.

Na mesma tônica de vários dos novos presidentes latino-americanos, com os quais têm em comum a juventude e as posições semelhantes, ele é partidário da privatização de empresas estatais e da abertura econômica. Quando foi confirmada a sua vitória, convidou o ex-ministro chileno José Pinheiro, cérebro da privatização do sistema de seguro social naquele país, para se informar detalhadamente sobre essa experiência.

Cumprindo uma promessa de campanha, poucos dias antes de tomar posse, Gaviria chegou a um primeiro acordo com as principais forças políticas do país para a convocação de uma Assembleia Constituinte em janeiro próximo.



O combate aos atos terroristas promovidos pelo narcotráfico (esq.) é apontado como uma prioridade pelo novo governo

BERNARDINO RIBEIRO/AGENCE FRANCE PRESSE

que se efetuasse uma consulta à população. Determinou à Justiça Eleitoral que se registrassem os votos contra e a favor da proposta, tentando, dessa forma, contornar os obstáculos constitucionais que regulamentam a reforma da Carta. O apoio à convocação de uma Constituinte foi esmagador.

O novo presidente, Cesar Gaviria, não pôde ignorar essa realidade e, após semanas de negociações com as principais forças de oposição, chegou em agosto a um primeiro acordo político em torno do temário e da convocação da Assembléia Constituinte.

Ficou acertado que a eleição dos 70 constituintes que reformarão a atual Carta ocorrerá em 25 de novembro próximo. Também se decidiu que os trabalhos da Assembléia começarão a partir de 15 de janeiro e devem durar seis meses.

Além dos 70 membros eleitos em todo o país, mediante lista e buscando um equilíbrio regional, o presidente terá a prerrogativa de designar dois dirigentes dos movimentos guerrilheiros que depuseram as armas.

A surpresa do "tarjetón" – Embora a vitória de Gaviria na consulta interna do Partido Liberal, em março, o colocasse como seguro presidente, o processo eleitoral presidencial esteve também marcado por novidades e surpresas.

O governo, cumprindo os compromissos acertados com o M-19 em virtude dos Acordos de Paz, suspendeu a vigência

das normas constitucionais que definiam os requisitos para ser presidente da República e ampliou os prazos para a inscrição dos candidatos. Isso facilitou a candidatura de Carlos Pizarro Leon-Gómez e, indiretamente, de mais de dez pessoas, que aproveitaram as novas condições para formar um amplo leque de opções.

Por outro lado, diante da quase que total impossibilidade da presença dos candidatos na praça pública – o fórum tradicional de ação política – pelos riscos que isso gerava diante das ameaças do terrorismo de direita e do narcotráfico, o governo Barco autorizou, pela primeira vez na Colômbia, a propaganda política gratuita pela televisão. Concedeu espaços de 15 minutos, alternadamente, a todos os candidatos.

Depois do assassinato de Carlos Pizarro, em 23 de abril, foi ampliado o espaço dos candidatos com maiores possibilidades de vitória. Destinou-se, também, um orçamento para publicidade e se obrigaram todas as rádios a transmitir, gratuitamente, a propaganda política.

Além disso, como parte das mudanças que estão sendo introduzidas na política colombiana, utilizou-se este ano pela primeira vez o *tarjetón*. As cédulas emitidas por cada partido foram substituídas, deixando sem espaço os chamados *pregoneros*, que eram encarregados de entregar, cabalar e comprar os votos. Também se estabeleceu a utilização da tinta indelével para evitar a dupla vota-

ção e outras práticas antigas e questionadas.

Esta e outras inovações, como a eleição direta de prefeitos, estão gerando importantes mudanças no comportamento e nos costumes políticos da Colômbia. Nas últimas eleições, foi notável a perda de poder dos "coronéis" e "barões" eleitorais e a diminuição dos vínculos clientelistas. A compra de votos, as manobras de fraude e outras manifestações de corrupção foram notoriamente menores que em outras eleições.

Pouco a pouco, se abre espaço para um voto mais consciente, independente da vontade dos "barões", embora sua presença e poder ainda sejam significativos.

Um guerilheiro no ministério – As eleições de 27 de maio, com participação aproximada de seis milhões de eleitores (a população habilitada a votar é de 19,5 milhões de pessoas) confirmaram a vitória do candidato liberal Cesar Gaviria Trujillo e apresentaram grandes surpresas.

Em primeiro lugar, os 750 mil votos obtidos pelo Movimento 19 de Abril, através de Antonio Navarro Wolf, que teve menos de um mês para fazer sua campanha, após o assassinato de Carlos Pizarro.

O M-19 surgiu como a primeira força eleitoral em Barranquilla, a quarta cidade do país; em Santa Marta e em Valledupar, na costa norte; e em Pasto, ao sul, cidades de tradicional maioria li-

beral. Chegou em segundo lugar em várias outras cidades, onde superou a votação do Partido Conservador. Além disso, obteve uma importante votação em Bogotá e superou, a nível nacional, a votação do candidato oficial do Partido Social Conservador, Rodrigo Lloreda, que vinha trabalhando na sua campanha eleitoral desde novembro de 1989.

Com 13% das preferências, o M-19 obteve o resultado mais importante de toda a história do bipartidarismo, como terceira força alternativa. A posterior indicação do seu candidato, Navarro Wolf, para o Ministério da Saúde pelo presidente Gaviria demonstra o espaço político que a organização conquistou.

Analizando os resultados obtidos pelo

a UP exortou a população a votar "Não" para presidente e "Sim" para a Constituinte, numa atitude que para muitos indica o enfraquecimento dessa organização.

A direita avança – Outro fato importante dessas últimas eleições foi o milhão e meio de votos que obteve o direitista Movimento de Salvação Nacional, liderado pelo tradicional dirigente conservador Alvaro Gómez.

Em tempo recorde, e contradizendo seus reiterados anúncios de que não seria candidato, Gómez se postulou e conseguiu o apoio da maioria de seu partido, derrotando o candidato oficial, Rodrigo Lloreda (na Colômbia, os partidos podem

muito superior).

A perda de eleitores por parte dos liberais pode ser explicada por dois motivos: o clima de "já ganhou" que dominou a campanha, produzindo uma certa desmobilização dentro do próprio partido e no eleitorado em geral; e o pouco entusiasmo dos "barões" que, derrotados por Gaviria na eleição interna, não mobilizaram suas bases no pleito presidencial. O resultado foi uma abstenção de 55%.

Além desses dois motivos, um grande número de eleitores das principais cidades se absteve de comparecer às urnas por medo dos atos terroristas. Precaução justificada, já que houve uma onda de atentados antes das eleições e, em Bogotá, descobriu-se um plano de sabotagem em grande escala, às vésperas das eleições.

A inovação do *tarjetón* eleitoral, que certamente trará resultados positivos no futuro, dissuadiu muitos eleitores das zonas rurais e com baixos níveis de instrução a votar, por estarem ainda apegados ao velho sistema.

Por outro lado, a busca mudanças de cenários – da rua à televisão – gerou um distanciamento dos candidatos e desmotivou o eleitorado, que está acostumado ao contato direto com os postulantes aos cargos públicos.

Outro fator de desmobilização foi a coincidência de temas e propostas esboçados pelos candidatos, não obstante suas diferenças ideológicas e políticas. Essa coincidência talvez se justifique pelo consenso de que é urgente enfrentar a difícil situação por que passa o país.

As cifras de abstenção das últimas eleições, especialmente as presidenciais, corroboram uma tendência histórica de apatia, indiferença e descontentamento do eleitorado colombiano, parcialmente superada em algumas conjunturas. Essa atitude da população, por outro lado, constitui um importante fator que questiona a legitimidade do sistema político da Colômbia.



As Farc não assinaram os acordos de paz e seu diálogo com o governo tem sido difícil

M-19, o atual ministro da Saúde disse: "Quando descemos da montanha, éramos 750 guerrilheiros. Nas eleições de março, tivemos 75 mil votos e agora, depois do pleito de maio, somos a terceira força eleitoral do país e o fenômeno político da década. Por cada fuzil que depusemos, recebemos mil votos", disse.

Segundo o dirigente, os sufrágios recebidos pelo M-19 foram uma manifestação de apoio à paz, de simpatia às propostas do grupo e de repúdio ao assassinato de Carlos Pizarro.

Quanto à União Patriótica (UP), tomou a decisão de se abster de participar das eleições presidenciais depois do assassinato de Bernardo Jaramillo e negou o seu apoio a Navarro. No dia 27 de maio,

postular mais de uma pessoa ao mesmo cargo). Dessa forma, Gómez questionou a liderança que o ex-presidente Misael Pastrana Borrero sempre exerceu no Partido Conservador.

A luta interna no conservadorismo é histórica e já ocasionou diversos rachas e reconciliações. Gómez e seus adeptos se consideram os titulares da essência doutrinária do partido. Ao se tornar a segunda força eleitoral, a posição do Movimento de Salvação Nacional se fortalece perante o novo governo.

Por outro lado, apesar do triunfo de Cesar Gaviria sobre Gómez por uma diferença de um milhão de sufrágios, a votação do Partido Liberal obtida nas eleições municipais de março havia sido

M-19: “O desafio é ser poder”

Otty Patiño e Germán Rojas Niño, comandantes do Movimento 19 de Abril (M-19) foram fundadores, há duas décadas, dessa organização político-militar que desempenhou um importante papel na história recente da Colômbia. Em entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, analisaram a conjuntura atual e os resultados das eleições passadas.

O M-19 participou dessas eleições como partido político, depois de selar um acordo de paz com o governo de Virgilio Barco e obteve importante apoio popular. Como vocês avaliam esse resultado?

Otty Patiño – É uma confirmação de que nossa decisão de depor as armas e a atitude que assumimos diante do assassinato de Carlos Pizarro, ambas difíceis e dramáticas, foram acertadas e receberam o apoio do povo.

Além disso, demonstra que o M-19, como projeto de paz e de mudança democrática e negociada, é uma possibilidade que irá crescendo, na medida em que haja maior espaço. O desafio é fazer com que esses votos se traduzam em poder e organização, e que se multipliquem.

As eleições mostraram também um amplo apoio da população à Assembléia Constituinte, que colaborou para forçar o atual governo a convocá-la para janeiro próximo. Qual a posição do M-19 a respeito?

Otty Patiño – O apoio à Assembléia Constituinte nas eleições refletiu a profunda crise de um Estado que a oligarquia não consegue modernizar e a presença de forças novas, que querem participar do esboço de novas regras de jogo, as quais, como afirmava Carlos Pizarro, devem constituir um novo tratado

de paz para os colombianos.

A convocação de uma Assembléia Constituinte não é um assunto técnico-jurídico, mas político. O mais

importante ato político que uma nação pode realizar é constituir-se a si mesma.

Qual foi a avaliação que os levou a participar no processo de negociações com o governo e, posteriormente, a optar pela desmobilização?

Germán Rojas – Na América Latina existe uma pluralidade de elementos subjacentes nas nações, muito complexos, que não podem ser representados exclusivamente pela luta armada.

Ao dar esse passo no sentido de depor as armas e passar à ação política procuramos fazer com que o processo leve o povo a outras formas de luta. As armas não puderam gerar uma situação de convivência, pelo contrário, dificultaram essa possibilidade. As armas abriram alguns espaços de participação, mas fracassaram como instrumento de poder, levaram à divisão.

Estamos num momento em que a legitimidade não é dada pelas armas, mas pela capacidade de se fazer convergir os elementos constituintes do país.

Que elementos podem ser apontados como determinantes para o êxito dos acordos entre o M-19 e o governo?

Germán Rojas – Durante as últimas décadas, a oligarquia destruiu o Estado e a esquerda criou o caos

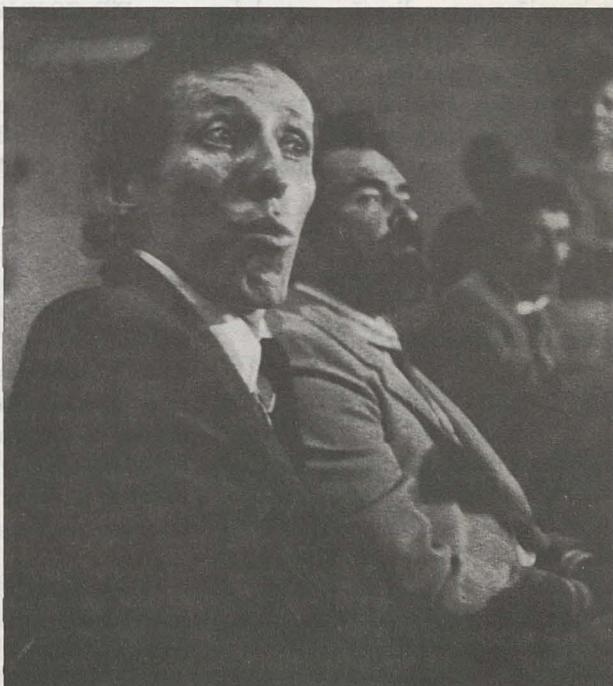
por falta de coerência. Em uma sociedade anômala, cresceram a economia informal, a delinquência, o narcotráfico e uma guerrilha de sobrevivência. Todas essas crises impunham a busca de eixos de identidade, de espaços de luta do povo pela paz.

Para o M-19, tornou-se claro que as ações armadas tinham chegado ao seu máximo emprego eficiente. Impunha-se um salto no sentido da possibilidade de luta política de todo o povo pela paz e a democracia.

O sequestro político de Alvaro Gómez Hurtado para buscar o diálogo provocou uma mudança no interior da oligarquia, onde alguns setores sentiram a conveniência de negociar.

Otty Patiño – Acho que influíram muito a vontade e a liderança assumida pelo M-19 em diferentes momentos. Estes dois elementos permitiram superar dificuldades, como a surgida em dezembro último, quando o Congresso impediu o cumprimento do que havia sido acordado nos acordos de paz.

Apesar disso, decidimos naquela ocasião avançar e assumir diretamente com nossos comandantes, Pizarro e Navarro, as conversações aqui em Bogotá. Nossa decisão de paz foi unânime, não por



Navarro Wolf: designado pelo governo ministro da Saúde

Avança o processo de paz

O resultado eleitoral obtido pelo M-19 está ajudando a fazer avançar de forma acelerada as negociações com o Exército Popular de Libertação (EPL) e permitiram o início do diálogo com outras duas facções guerrilheiras: o movimento indigenista Quintín Lame e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT).

O EPL nasceu em 1964 de um racha do Partido Comunista, identificando-se com a linha maoísta, uma das vertentes em que se dividiu o movimento revolucionário internacional.



Rafael Pardo Rueda

Posteriormente, o EPL acentuou sua orientação marxista-leninista independente. Em 1984, junto com o M-19, assinou um pacto de paz com o governo de Belisario Betancur, o qual fracassou meses depois.

Desde o seu surgimento, a organização vem operando em Córdoba e na zona bananeira de Uraba, regiões de agudos contrastes sociais e epicentro de múltiplas formas de violência.

Sobre o estado das negociações, o conselheiro da presidência nos acordos de paz, Rafael Pardo Rueda, afirma que em reuniões com a direção central dessa organização se estabeleceu um "propósito comum" de buscar uma saída política para o conflito.

A situação não é tão promissora em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e ao Exército de Libertação Nacional (ELN), ambos comunistas. Até o fim da

ser cega, mas por ser consciente.

Quem assassinou Carlos Pizarro?

Otty Patiño – Aqui sempre se trabalha com "categorias" políticas e nós evitamos cair nisso. Rotular os inimigos não diz nada. Quando assassinaram Jorge Eliécer Gaitán, em 1948, o crime ficou impune porque a oligarquia culpou o comunismo e a esquerda acusou a oligarquia. Trocaram acusações, mas jamais se apontaram os responsáveis.

Por trás de um assassinato, existe alguém que o planeja, ordena, paga e

executa. Não podemos deixar que isso se dilua. Queremos que a descoberta dos culpados seja um ato de justiça e de verdade. A força dos criminosos advém do fato deles atuarem nas trevas, mas, ao mesmo tempo, este é o seu ponto fraco. Descobri-los é vencê-los. Somente com a verdade faremos justiça. Assim contribuiremos para acabar com a impunidade.

Vocês acreditam que a Colômbia está conseguindo superar sua tradição de guerras e violência?

Otty Patiño – As guerras são feitas

administração Barco, as Farc insistiam na busca de mecanismos de diálogo diferentes aos esboçados pelo governo.

Em relação às Farc, Pardo Rueda, um jovem economista e catedrático liberal, que há dois anos tem nas mãos o controle do processo de paz, afirmou que o governo considera que há possibilidades de chegar a um acordo com esse grupo, "apesar deles não terem dados elementos de credibilidade".

"O país – afirmou – não acredita quando cada manifestação de paz é seguida de uma emboscada". Porém assinalou que eles e os seus porta-vozes "já indicaram várias vezes que pela via da luta armada não há solução. Então está explícito que querem deixar a guerrilha", acrescentou Pardo Rueda.

A ELN estabeleceu como posição de princípio a rejeição a qualquer concessão negociada e, através de suas contínuas sabotagens, para "obrigar a uma retificação da política petrolífera antinacionalista", provocou grandes prejuízos nos últimos anos.

Para o conselheiro presidencial, o Exército de Libertação Nacional "não tem intenção de buscar o diálogo para a paz". Segundo ele, o ELN realizou um congresso em dezembro e afirmou que se podia usar o diálogo como "tática".

Pardo Rueda assinala que no momento, alguns grupos estão interessados no diálogo "porque lhes abre espaços políticos. Mas, o governo não quer impulsionar o diálogo como tática de guerra".

Diante dos resultados da iniciativa para a paz, Pardo Rueda – que controla o processo e a direção do Plano Nacional de Reabilitação, a mais importante ação social nas zonas marginalizadas – afirmou:

"A iniciativa faz parte da política de reconciliação. É a estratégia de negociação com grupos guerrilheiros. O balanço da política de paz tem sido o de buscar, numa situação de violência aguda, condições de convivência baseadas na participação da comunidade nas decisões do governo."

Na sua opinião, o processo de paz demonstrou que "há espaço dentro da sociedade colombiana para os que se levantaram em armas possam expressar suas idéias através de mecanismos democráticos".

G.S.M.

por poucos, mas muitos sofrem suas consequências. Ninguém sabe por que luta. A guerra não é mais uma opção.

Germán Rojas – O que ganhamos com o processo de paz é a possibilidade da participação, da democracia, da diversidade, do pluripartidarismo. Isso obriga a sociedade a se reger por normas e a não atuar impunemente. Estão se resgatando a lei e a legalidade. Na Colômbia está funcionando um novo poder, resultado de toda uma história de luta, em parte liderada pelo M-19; está se criando um poder de participação e entendimento.



Eleições de março: a proposta de uma Constituinte recebeu dois milhões de votos

Rumo a uma Constituinte

Na Colômbia, ninguém discute hoje a gravidade da crise institucional, como tampouco a necessidade de uma reforma constitucional profunda, que abarque as novas relações e atores sociais, resgate a legitimidade do poder e modernize o Estado.

Porém, durante mais de cinco anos a proposta de convocação de uma Assembléa Constituinte só foi agitada em determinadas conjunturas, com exceção da esquerda e das organizações guerrilheiras, que sempre defenderam esse mecanismo, inclusive durante as três fracassadas negociações de paz com o governo conservador de Belisario Betancur.

Agora, com o acordo acertado entre o atual presidente, Cesar Gaviria, e as principais forças de oposição em torno do temário e outras questões, finalmente ficou definida a data do estabelecimento da Assembléa Constituinte: 15 de janeiro de 1991.

Nas eleições de março, havia ficado claro que há um consenso na população de que não é através do atual Congresso – único mecanismo autorizado pela Constituição para tal fim – que se conseguirá mudar a presente situação da Colômbia.

O problema é que ser eleito para o Congresso significa dispor de vultosas somas a título de “ajuda parlamentar”, que deveriam ser canalizadas para obras e

A pressão popular consegue arrancar do governo a convocação de uma Assembléa Constituinte. É a esperança que resta para erradicar os vícios da política colombiana

entidades sem fins lucrativos. Estas, porém, são, na maioria das vezes, organismos de fachada para captar fundos com os quais esses parlamentares asseguram sua continuidade política.

Diante dessa situação, a opinião pública considerou que a reforma deve ser levada a cabo por um organismo externo, como a Assembléa Constituinte, que garantirá a independência de critério e uma maior representatividade dos diferentes setores da vida nacional.

Um procedimento obsoleto – A classe política se negava até há pouco a aceitar qualquer mecanismo de reforma diferente daquele contemplado no artigo 218 da Constituição, produto dos acordos políticos que puseram fim à violência en-

tre liberais e conservadores em 1957 e criaram a Frente Nacional (o que, na prática, significou a instalação de um sistema bipartidista, por quase duas décadas).

Tais acordos, ironicamente aprovados mediante um plebiscito, negavam, para o futuro, a possibilidade de consulta ao povo para modificar a Constituição.

Segundo este artigo, para reformar a Carta Magna, necessitava-se de que a proposta fosse aprovada em dois períodos legislativos sucessivos, o que transformava o processo de reforma numa atividade lenta e sujeita a todo tipo de pressões.

A Constituição colombiana data de 1886 e se caracteriza por ser extremamente centralizadora, teocrática, repressiva e retórica. Foi reformada em 1910, 1936 (reforma liberal), 1945, 1957 (Frente Nacional) e 1968. A Suprema Corte de Justiça, responsável pela obediência aos preceitos constitucionais, tem exercido essa função de maneira formal e exegética.

Durante o governo conservador de Belisario Betancur (1982-1986), produziu-se uma importante reforma, no âmbito da “abertura política” e dos diálogos de paz com a guerrilha, que estabeleceram as bases de um processo de descentralização administrativa e fiscal que viabilizou a eleição de prefeitos pelo voto popular, em março deste ano.

As tentativas de Barco – Nos primeiros meses de seu governo, o presidente liberal Virgilio Barco propôs a realização de um plebiscito para revogar a limitação imposta pelo artigo 218.

Barco colocou também a necessidade de formar uma Assembléa Constituinte e submeter sua proposta à consulta popular. A iniciativa foi rejeitada por alguns ex-presidentes e dirigentes políticos, que se opuseram ao que consideravam uma “violação à Constituição”.

Posteriormente, Virgilio Barco conseguiu chegar a um acordo com o líder do conservadorismo, Misael Pastrana, para

impulsionar uma revisão da Carta, que seria formulada por representantes do bipartidarismo e conhecidos juristas e receberia depois a aprovação popular mediante um referendo.

O Conselho de Estado considerou inconstitucional qualquer ato derivado de um acordo político. Essa iniciativa também foi rejeitada pela esquerda e setores independentes, que a consideraram uma reedição da Frente Nacional com exclusão de organizações populares.

Dante da inexistência de condições políticas para uma reforma por outra via que não o Congresso, o governo Barco optou por apresentar um anteprojeto ao Legislativo, em setembro de 1988, obtendo sua aprovação, numa primeira instância, após sucessivas emendas e supressões.

A proposta original tentava vincular os conceitos de soberania popular, democracia participativa e as normas internacionais sobre direitos humanos ao conteúdo da Carta; introduziam-se modificações com vistas a despoliticizar e dinamizar o Poder Judiciário, assim como reformar o Congresso e rever o estado de sítio.

Entre outras inovações importantes, criava-se uma circunscrição nacional para outorgar representação parlamentar às minorias políticas, adotava-se o plebiscito e o referendo como instrumentos de consulta e reforma e previa-se a iniciativa direta dos cidadãos.

Sabotagem parlamentar – Antes da ratificação da reforma em uma segunda votação, e devido ao fato de que os acordos acertados com o M-19 em setembro de 1989 implicavam algumas modificações transitórias imediatas na Constituição, o governo – supostamente apoiado por partidos políticos nas negociações de paz – submeteu ao Congresso a possibilidade de convocar um referendo.

Nele, o povo se pronunciaria sobre aspectos fundamentais do pacto, como a criação de uma circunscrição eleitoral especial que permitisse a participação nas eleições de organizações vinculadas ao M-19.

Aproveitando a controvérsia criada pela iniciativa oficial, um grupo de parlamentares, influenciados pelo

narcotráfico, propôs incluir no temário do referendo a suspensão do Tratado de Extradição com os Estados Unidos, reativado por Virgílio Barco por ocasião do assassinato de Luís Carlos Galán, candidato liberal à presidência.

O governo recusou de forma taxativa essa possibilidade e preferiu – com o prévio acordo de parlamentares liberais – sepultar a revisão da Carta. Na verdade, essa reforma já tinha sofrido numerosas críticas, pois durante sua tramitação foi notoriamente desvirtuada e sujeita a toda espécie de negociações políticas.



Barco: não conseguiu mudar a Carta

Apesar do grave obstáculo que significava para as aspirações do M-19 a não-aprovação da circunscrição eleitoral especial, o movimento guerrilheiro considerou que não se tratava de um desrespeito do governo ao que tinha sido acertado, e prosseguiu na busca de fórmulas para dar continuidade ao processo de paz.

A Assembléia se impõe – De repente, a partir das salas de aula universitárias, centenas de estudantes de Direito geraram um movimento de apoio à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que com o respaldo dos meios de comunicação e dos partidos políticos, conseguiu se manifestar através de dois milhões de votos nas eleições celebradas em março passado.

Esse fato simbólico obrigou o governo

a retomar a iniciativa de reformar a Carta. Mediante a promulgação de um decreto, orientou o Judiciário para que conhecesse a posição dos colombianos sobre o tema e procurou de todas as formas que a Suprema Corte inovasse suas posições e desse seu aval à legalidade da medida.

A Corte ratificou o conceito recente e revolucionário, segundo o qual as manifestações soberanas do povo fogem ao controle constitucional. Em função dessa interpretação, abriu-se caminho à consulta popular, simultânea com a eleição presidencial, fato que levou Barco a afirmar que a nação, "pela primeira vez em 30 anos", tinha a palavra.

O apoio à Assembléia Constituinte nas eleições foi esmagador. Criou-se, assim, um fato político que o novo presidente, Cesar Gaviria, não podia ignorar.

Após desenvolver um intenso processo de negociações com todas as forças políticas, em busca de um consenso sobre a formação, temário e metodologia da Assembléia, o presidente anunciou a convocação da Constituinte para 15 de janeiro próximo.

Chegou-se a um primeiro acordo mediante o qual a Assembléia terá 70 membros, que serão eleitos em 25 de novembro. Além disso, o presidente terá a prerrogativa de designar dois dirigentes dos movimentos guerrilheiros desmobilizados. O acordo abriu também a possibilidade de aumentar a cota para delegados guerrilheiros que no futuro venham a assinar os pactos de paz com o governo.

Os analistas consideram que, embora os problemas colombianos transcendam o formalismo jurídico, o estabelecimento de novas regras de jogo para a convivência, mais amplas e participativas, poderá ajudar o processo de paz.

Também argumentam que, se os setores tradicionais se apoderarem da Assembléia Constituinte e intermediar em a reforma, se produzirá uma grande frustração nacional. Desde agora, já se escutam críticas de diversas organizações populares, que disseram ter lutado por uma Constituinte mais ampla e democrática do que a convocada por Gaviria.

G.S.M.

Um poder paralelo

O presidente Paz Zamora reconhece o peso do narcotráfico na economia do país, ao revelar que essa atividade ilegal deixa para os cofres do governo uma receita de 600 milhões de dólares ao ano

Um relatório encomendado pelo presidente boliviano, Paz Zamora, a especialistas em narcotráfico revelou recentemente que, a cada ano, a economia da coca movimenta internamente 1,5 bilhão de dólares. Dessa quantia, 600 milhões ficam circulando no país e ajudam a manter a estabilidade econômica.

Esta foi a primeira vez que o governo boliviano reconheceu o poder econômico do tráfico de drogas nesse país. Segundo o próprio presidente, o narcotráfico representa uma receita de 600 milhões de dólares anuais para a economia da Bolívia, uma cifra idêntica à gerada pelas exportações legais.

Cem toneladas ao ano – A economia da coca compreende o cultivo e a venda dessa folha, a mão-de-obra empregada no processo para extrair a cocaína, o uso e o transporte de produtos químicos para a extração de alcalóide e a comercialização da pasta básica e do cloridrato de cocaína.

Segundo dados oficiais de 1989, a Bolívia produz mais de cem toneladas de cocaína a cada ano, produção escoada principalmente para os Estados Unidos,



através dos cartéis da droga que operam na Colômbia.

As cifras reveladas pelo presidente boliviano constituem as primeiras admitidas a nível oficial e confirmam as versões de economistas locais que atribuem a estabilidade econômica às divisas que deixa o narcotráfico.

A Bolívia teve em 1989 uma das taxas inflacionárias mais baixas da América Latina, com 18% anual. Paz Zamora disse que as cifras oficiais sobre a economia boliviana não são totalmente confiáveis, já que não incluem a participação da cocaína na economia, sem a qual é impossível compreendê-la.

“A economia boliviana, ao contrário do que dizem as estatísticas, não gira em torno das exportações de 650 milhões de dólares e importações de 700 milhões, como diz o orçamento”, acrescentou o presidente.

Na verdade, ficou claro, através desse estudo, que a economia boliviana “se mo-



Paz Zamora (acima) confirmou que o narcotráfico (esquerda) movimenta enormes somas de dinheiro na Bolívia

vimenta com importações de cerca de 1,2 bilhão de dólares anuais”. A diferença é coberta pelos dólares do narcotráfico.

Lutar contra a pobreza – Entre 1975 e 1979, a Bolívia exportou hidrocarbonetos, minerais, madeiras e outras matérias-primas, no valor de 1,2 bilhão de dólares ao ano, mas a crise econômica iniciada no início da década e a imposição de um modelo econômico neoliberal (a partir de 1985) provocaram a redução à metade das exportações. As importações aumentaram de 700 milhões, em fins dos anos 70, para 1,2 bilhão em fins da década de 80.

O presidente Paz Zamora explicou parcialmente a estrutura econômica do narcotráfico na Bolívia para fundamentar a posição que mantém seu governo na luta contra as drogas, que se baseia na tese do desenvolvimento.

Na visão das autoridades bolivianas, o combate ao narcotráfico deve estar acompanhado da luta contra a pobreza que leva o camponês a plantar coca.

Paz Zamora enviou no início de 1990 uma mensagem aos 500 mil campesinos da Bolívia, que têm como principal meio de sustento o cultivo da coca nos vales tropicais de La Paz e Cochabamba, e lhes pediu que não percam a paciência.

Nesse documento, o chefe de Estado afirmou que nas negociações com os Estados Unidos está se procurando que os produtores pobres de coca sejam os principais beneficiados dos planos de combate ao narcotráfico.

Sempre resta uma esperança

O comandante Tomás Borge faz críticas à atuação da Frente Sandinista na campanha eleitoral, mas confia em que a experiência de passar para a oposição permitirá o reencontro do sandinismo com suas vertentes históricas

Micaela Ramada

Durante uma visita ao Rio de Janeiro, o comandante nicaraguense Tomás Borge, que foi ministro do Interior do governo sandinista e foi recentemente premiado pela Casa de las Américas pelo seu livro autobiográfico *La paciente impaciencia*, conversou com *terceiro mundo* sobre a nova conjuntura nicaraguense.

Criticou duramente a campanha presidencial da Frente Sandinista, mas afirmou que não deseja fugir à parte de responsabilidade que lhe cabe na derrota

eleitoral. Porém, como corolário fundamental de suas reflexões, deixou uma mensagem otimista, pois, para ele, o futuro da Nicarágua está intimamente ligado ao sandinismo.

Reproduzimos a seguir suas principais reflexões:

Como fruto dos fenômenos no Leste europeu, cresceu uma onda de pessimismo e pragmatismo. O mundo já não é o mesmo de antes, dizem alguns. Ficou demonstrado – afirma um teórico japonês, o ideólogo dos reacionários norte-americanos – que a ideologia liberal é a única que vale; que esses países socialistas não



Borge: otimista quanto ao futuro

funcionaram. Terminou a luta ideológica no mundo. O que vai predominar, pelos séculos dos séculos, é o liberalismo, afirmam. Quando esses teóricos falam de *liberalismo* se referem à visão norte-americana da organização social, ou seja, ao liberalismo estilo norte-americano. Segundo eles, é este que vai predominar.

Nós, na Nicarágua, também caímos em alguma medida nesse pragmatismo. E consideramos que era preciso fazer concessões. Juramos por todos os santos que não conversaríamos com os contrarrevolucionários. E conversamos. Dissemos que não íamos nos reunir em Manágua. E nos reunimos. Dissemos que nunca libertaríamos das prisões os assassinos. E tiramos das prisões os Guardas Nacionais somozistas, presos por terem torturado e matado mais de 50 mil nicaraguenses.

Isso tirou nossa credibilidade perante o povo. Digo isso como uma lição, para qualquer um. Porque quando um dirigente revolucionário promete algo, tem que cumprir. E nós nem sempre cumprimos.

Acho, além disso, que devemos fazer uma autocrítica, pois não foi só esse erro que nos levou a perder as eleições. Começamos muitos outros.



Segundo Borge, a Frente esqueceu seus símbolos durante a campanha eleitoral

Um dos mais importantes é que abandonamos os símbolos revolucionários. Tiramos nossas roupas de comandantes da revolução, arriamos a bandeira da Frente Sandinista, fizemos convenções jogando balões coloridos para o alto, como fazem os norte-americanos. Enfim, usamos um estilo eleitoral inadequado para as condições da Nicarágua, tentando minimizar, se fosse possível, a agressividade norte-americana. Tentando nos parecer com os ianques.

Onde estavam os hinos da Frente Sandinista? As palavras de ordem revolucionárias? Fizemos exaltação dos nossos mártires? Não. Mas fizemos uma campanha descomunal, enquanto a senhora Chamorro não fez nenhuma propaganda. Sua única propaganda foi machucar o joelho ao cair e colocar um vestido parecido ao da Virgem Santíssima. Prometeu que havia paz, que eliminaria o serviço militar, que resloveria em cem dias a crise econômica, que os Estados Unidos lhe iam emprestar milhões e milhões de dólares. Essa foi sua propaganda. E um setor importante e mais atrasado de nossa população caiu na armadilha.

O povo vai se frustrar — Convocamos eleições e perdemos a disputa. Apenas 41% (que em outras partes do mundo é uma quantidade impressionante de votos) do povo da Nicarágua nos apoiaram. Quer dizer que a população nicaraguense está dividida entre os que têm consciência revolucionária e os que não a adquiriram ainda. Não demora muito e os nicaraguenses que votaram na UNO entenderão que o governo da senhora Chamorro não vai resolver seus problemas!

Pelo contrário. Este governo começou tomando medidas que vão contra as conquistas que o povo obteve ao longo dos últimos 10 anos.

Se fala da perda de poder por parte dos sandinistas. Mas não se deve falar de uma perda total do poder. Porque a Fre-

nte Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) controla os poderes coercitivos mais importantes do Estado: o exército e a polícia. Temos os fuzis nas mãos. E não vamos soltá-los de maneira nenhuma.

Esperamos que pelo menos esse compromisso, sim, seja realmente cumprido.



"O povo não votou pela UNO. Votou pela possibilidade de paz."

Porque se não cumprimos outros, alguém poderá pensar que também neste caso vamos ceder e que entregaremos os fuzis.

Este panorama pareceria induzir ao pessimismo mais absoluto. Existe a possibilidade de que renasça um fluxo revolucionário na Nicarágua? Sim. Aos refluxos, se sucedem os fluxos. Depois da noite, vem sempre o dia.

Não é possível aceitar que a Humani-

dade vai estar nas mãos dos criminosos, dos ladrões, dos exploradores dos povos. Teríamos que deixar de acreditar na História, na essência generosa do Homem. Teríamos que deixar de crer — os que crêem — em Deus, para aceitar que não há esperança para a Nicarágua.

Em todo o mundo existem milhões de seres humanos que não vão se resignar a viver no inferno!

Aprofundar a democracia interna — Na URSS, vêem como uma grande conquista democrática terem instalado um McDonald e começado a consumir Coca-Cola. Desde quando os sanduíches McDonald mataram a fome dos povos da América Latina? Que mudanças qualitativas trouxe a intervenção das transnacionais em nossos países? Desapareceram os *pueblos jóvenes* no Peru, as *villas miserias* na Argentina e as favelas do Brasil? Não. Não há cidade na América Latina que não esteja cercada por cinturões de miséria, pobreza e fome.

Nós, na Nicarágua, já temos um esboço de uma estratégia para recuperar o governo e a totalidade do poder. Uma das coisas que temos que fazer é aprofundar a democracia interna dentro da Frente Sandinista. Não é possível que continuem baixando orientações verticais, decisões elaboradas por um pequeno grupo de homens — entre os

quais me incluo, diga-se de passagem, porque não vou fugir à culpa que me cabe. Nenhum partido político que se preze de ser revolucionário deve ser inimigo da democracia interna.

As decisões não podem continuar vindo de cima, para que todo mundo diga apenas sim ou não. Os dirigentes, embora alguns deles sejam líderes naturais, devem ser eleitos democraticamente, pe-

los membros de um partido.

É esta estratégia que estamos elaborando. A outra é a volta às massas. Porque o poder é perigoso; leva os dirigentes a se divorciarem do povo. É preciso retornar ao povo, retornar à mística revolucionária. Quando se está fora do poder, é mais fácil manter a mística. O poder corrói a mística.

Quando a UNO ganhou, veio uma família me visitar. Choravam porque a FSLN tinha perdido, mas me diziam que tinham votado na UNO. Então lhes perguntei porque tinham votado na senhora Chamorro, se queriam que a FSLN ganhasse. E me responderam: "Porque achávamos que, de qualquer jeito, ia ganhar a Frente Sandinista. E votamos na

UNO para que vocês tivessem menos votos e perdessem um pouco da arrogância".

Votaram na direita para diminuir nossa soberbia! Que lição para nós, revolucionários, que ficamos tão arrogantes quando temos o poder nas mãos! É preciso ser humilde. Essa é uma condição obrigatória para um revolucionário.

"As revoluções podem ser reversíveis"

Tomás Borge conta que em suas visitas à União Soviética ou em contatos com dirigentes da URSS na Nicarágua, sempre procurou deixar claro para os líderes comunistas seus temores sobre o futuro do modelo socialista construído na Europa oriental, e inclusive sobre o destino do próprio processo soviético. Na opinião do comandante nicaraguense, a artificialidade daqueles processos e "a falta de alegria" dos seus povos prenunciavam o que estava por vir.

"Antes da vitória revolucionária, os soviéticos nem ti-

Manágua e uma das bailarinas me impressionou pela sua beleza. Quando fui vê-la no camarim, comprovei que sua beleza era artificial: era uma mulher enrugada e até sem dentes. Disse ao embaixador soviético que ela se parecia ao capitalismo, que é horrível, mas como se disfarça com lindas roupas e sofisticada maquiagem, termina enganando os povos. E ele me perguntou o que era para mim o socialismo. 'É exatamente o contrário', lhe disse. 'É uma linda pessoa, só que mal vestida e mal maquiada. O socialismo precisa urgentemente começar a usar minissaia'. O embaixador não entendeu minhas palavras e até considerou ofensiva essa imagem."

"Na verdade, estávamos dando a entender que as consequências dessa política equivocada, dessa forma de organização burocrática, iam afetá-los, a eles e a todos nós. Que o colapso ia começar pelos países do Leste e terminaria com outras revoluções. Talvez não terminar com elas, mas atingi-las gravemente. E que ia entorpecer o movimento revolucionário no mundo inteiro."

"E assim foi. Se passaram dez anos desde aqueles prognósticos e a burocacia soviética começou a se desmoronar, sobre a base do que se chamou *perestroika*. A *perestroika* foi uma tentativa de recuperar o verdadeiro socialismo. Mas aqueles que pretendem um retrocesso para o capitalismo têm utilizado a *perestroika* como uma arma para a volta ao passado."

"Se costumava dizer que as verdadeiras revoluções são *irreversíveis*. Mas agora se está demonstrando que isso não era uma verdade bíblica. As revoluções podem ser verdadeiras e serem reversíveis. E na URSS existe o perigo real de que esse país se transforme num país social-democrata, ou algo ainda mais atrás da social-democracia. As concepções de Yeltsin, que aspira a substituir Gorbachov, visam à desintegração da URSS e à identificação plena com o imperialismo norte-americano. O risco, portanto, existe."



"A artificialidade do processo nos países do Leste europeu prenunciava o que viria."

nham se enteirado da luta do povo nicaraguense", afirma Tomás Borge. "Foi depois da vitória que tivemos o primeiro contato com eles. A partir de então, foram solidários conosco", acrescenta.

"Já naqueles primeiros anos advertimos vários dirigentes, inclusive Andropov – quando ainda estava vivo e era um dos principais líderes soviéticos – que considerávamos nociva a desarmonia entre a essência do socialismo e a situação que se vivia na URSS. Que a falta de alegria de seu povo denunciava falhas que deveriam ser detectadas e corrigidas", lembra o comandante sandinista.

"Uma vez, se apresentou um balé soviético num teatro de



"Desde quando a abertura dos nossos países às transnacionais solucionou nossos problemas? Basta ver: toda grande cidade latino-americana está rodeada de miséria."

Dentro da UNO há 14 partidos políticos, que levaram a senhora Chamorro ao governo, entre eles o Partido Comunista. E veja você, as classes dominantes, os grandes meios de comunicação nos chamavam de comunistas. Com isso, queriam dizer que éramos hereges, malditos, maus.

Sempre nos acusaram de "sandino-comunistas". De repente, aparece um Partido Comunista na Nicarágua – que, diga-se de passagem, nasceu em 1944, apoiando o regime de Somoza –, que começa a se opor à revolução, com o pressuposto de que era uma revolução "democrático-burguesa". Eles eram os que iam fazer a revolução proletária. E os que pensavam fazer a revolução proletária começaram a entrar em contato com a embaixada norte-americana! Vão fazer a revolução proletária com o apoio do governo dos Estados Unidos!

"Vocês – lhes disse – não são comunistas. São reacionários, conservadores, entreguistas e traidores dos interesses da classe que dizem representar."

Todos eles juntos (são 14 partidos) tinham, de acordo com as enquetes, sete por cento

de apoio. Como se explica, então, que tenham tido mais de 50% dos votos? Porque o povo da Nicarágua não votou por eles. Votou pela possibilidade de paz e para que os Estados Unidos dêem milhões de dólares ao novo governo. E culpou, indiretamente, o governo sandinista por uma guerra que não é culpa do povo,



"Juramos que não conversaríamos com os contras (acima) e conversamos. Estas concessões nos tiraram credibilidade."

nem culpa nossa, mas sim dos Estados Unidos.

Interpretar os sonhos do povo –

Mas uma coisa está clara: o novo governo vai se desgastar rapidamente. Vai decepcionar o povo. Em nosso país, o povo conseguiu fazer uma cruzada de alfabetização; implantar um programa nacional de saúde. O povo conquistou a soberania e a dignidade da pátria. É um povo que fez uma revolução e não é contra-revolucionário.

Por isso, é um povo que vai voltar a ter confiança na revolução. Isso depende de nós, dos revolucionários. Devemos ser capazes de pôr os pés na terra, de interpretar as aspirações e sonhos de nosso povo. De responder às suas reivindicações políticas e suas exigências materiais imediatas.

Para conseguir isso, cada um de nós deve estar disposto ao sacrifício pessoal. Deve ultrapassar a fronteira dos interesses individuais.

Se não começamos a duvidar da existência da luta dos povos contra o imperialismo; se não começamos a duvidar da essência das idéias revolucionárias, nossos trabalhadores se sentirão identificados conosco.

Estou certo de que chegaremos lá. Porque na Nicarágua há revolucionários. Os quadros e os dirigentes da FSLN devem analisar os erros cometidos, avançar na direção certa, traçar uma estratégia adequada às novas circunstâncias.

Sou profundamente otimista. Acredito no Homem, acredito nos povos da América Latina. Acho que seremos capazes de derrotar os sete cavaleiros do Apocalipse. Acho que seremos capazes de derrotar o imperialismo, que representa a pior coisa que já produziu a História. O mal e as trevas não poderão predominar sobre a luz e o bem.

Nós, os sandinistas, somos a reserva da revolução na América Latina. E com a reconquista do poder, vamos demonstrar ao mundo que a História avança para frente e não para trás.

Revolta no campo

Menos conhecidos que os protestos nas cidades, os levantes de trabalhadores rurais nos bantustões contra o regime de apartheid constituem um desafio que o governo de Pretória não consegue controlar

Louis Freedberg*

Há vários meses, está ocorrendo uma série de levantes populares contra o apartheid nas zonas rurais da África do Sul. Apesar do movimento não ter alcançado a notoriedade dos protestos urbanos, é um indício de que o governo sul-africano está perdendo o controle de extensas áreas do país. Não só está sendo duramente questionado nos convulsionados subúrbios das grandes cidades, mas também nas zonas rurais, quase isoladas, onde vivem mais de 50% da população.

Centralizada nos bantustões de Ciskei, Gazankulu, Venda e Bophutatswana, a revolta rural questiona

na a idéia de que os camponeses sul-africanos não se interessam pelos problemas políticos mais gerais. Como foi documentado pelos historiadores William Beinart e Colin Bundy em seu livro *Hidden Struggles in Rural South Africa* ("Conflitos encobertos no campo sul-africano"), a rebelião camponesa contra o apartheid tem uma longa história.

Em resposta aos protestos, o regime de Pretória anunciou em maio deste ano que suspenderia suas pressões sobre os seis bantustões que ainda não foram declarados "Estados independentes": Gazankulu, Kuakua, Kuandebela, Kuanzulu, Leboua e Kuanguane. A declaração não faz nenhuma referência aos outros quatro bantustões já tornados "independentes": como Ciskei, Transkei, Venda e Bophutatswana.

Os dez bantustões juntos representam 13% do território total da África do Sul. Foram criados em 1959 durante o governo do Partido Nacional, até hoje no poder, para abrigar a maioria negra que habita o país.

O fato de que Pretória tenha sido obrigada a retroceder politicamente nas áreas rurais indicou uma vitória parcial das rebeliões dos camponeses, cujo objetivo é desmantelar o sistema de bantustões independentes e reincorporar esses territórios à vida normal dentro do Estado sul-africano. "O objetivo do nosso movimento é recuperar a cidadania sul-africana", declarou um dos principais dirigentes do Ciskei.

Como se sabe, na concepção racista do regime de minoria branca de Pretória, a criação dos bantustões tinha dois objetivos: primeiro, eliminar a presença física da maioria negra nas grandes cidades, salvo nas horas de trabalho ou por algum motivo que justificasse sua presença; segundo, tirar a cidadania sul-africana da população negra, que passaria a adquirir a condição de "estrangeira" em sua própria pátria, por pertencer a um "Estado estrangeiro", ou seja, um bantustão.

No contexto da estratégia de segregação territorial implementada pelo governo sul-africano, em cada bantustão se instalou um *governo local aliado*, dirigido por negros e apoiado por forças de segurança treinadas em Pretória, com uma legislação repressiva idêntica à que impera em toda a África do Sul.



O aumento dos distúrbios mostra que o governo está perdendo o controle da situação

Fim do modelo de Hong Kong?

Em 4 de março passado, o todo-poderoso chefe Lennox Sebe, presidente do bantustão independente de Ciskei, foi destituído mediante um golpe de estado comandado pelo exército. No momento do golpe, Sebe estava no Extremo Oriente, tentando entusiasmar os asiáticos para que investissem em Ciskei.

Desde 1981, ano em que o bantustão foi declarado "Estado independente", Sebe presidiu um dos governos mais corruptos e repressivos de toda a África do Sul. Sua gestão foi questionada muitas vezes, inclusive pelo próprio irmão, Charles, chefe da polícia de segurança, que foi preso e expulso para o bantustão vizinho de Transkei.

Depois do golpe, se realizou uma concentração popular no estádio recentemente construído em Bisho, a capital do Ciskei. O ato foi marcado pela presença das bandeiras do Congresso Nacional Africano (CNA) e do Partido Comunista da África do Sul. Naquela ocasião, o brigadeiro-general Josh Xhosa anunciou que os objetivos do golpe eram acabar com a repressão e o nepotismo e libertar os presos políticos.

Os líderes do novo governo anunciaram sua rejeição ao sistema de bantustões, que impõe a segregação por tribos, e disseram que vão rever a declaração de "independência", promovendo a reintegração de Ciskei ao

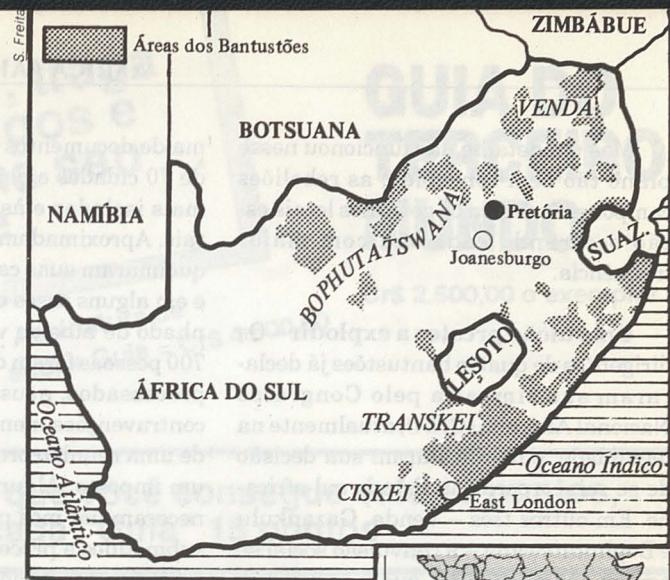
Estado sul-africano.

O ex-ditador havia conseguido, com créditos do governo sul-africano, atrair indústrias estrangeiras, que se transformaram em alvo da fúria espontânea da multidão, numa reação contra essa "sociedade" e contra a exploração que sofriam trabalhando para essas empresas.

Os investidores chegaram a Ciskei graças ao apoio do governo sul-africano e à concessão de isenções fiscais. Entre 1982 e 1985, os investimentos na área industrial receberam uma ampla gama de subsídios, incluindo custos de transporte e moradia para os executivos das fábricas. As empresas gozaram também de isenção de alguns impostos.

Desde 1985, os investidores estrangeiros desfrutam da opção de utilizar esses incentivos ou adotar um sistema de imposto especial, baseado no modelo de Hong Kong. Segundo esse modelo, a empresa não paga nenhum imposto sobre seus lucros e, a nível individual, o Estado recolhe das pessoas apenas 15% de imposto de renda, pelo que exceder a soma de quatro mil dólares.

Como resultado da implantação desse novo sistema, Ciskei viveu uma explosão de crescimento econômico, com um enorme fluxo de empresários estrangeiros querendo instalar suas fábricas ali. A maioria desses industriais provém



Os bantustões ocupam cerca de 13% do território sul-africano, na zona árida. Ali, o regime do apartheid coloca a maioria negra para transformá-la em estrangeira em seu próprio país

de Taiwan (Formosa), Israel e Hong Kong. Em geral, utilizam técnicas de mão-de-obra intensiva, empregam principalmente mulheres e pagam salários abaixo do mínimo necessário para viver. Essas indústrias se dedicam basicamente ao setor de móveis, estruturas metálicas, objetos de plástico, têxteis e vestidos.

Somados aos incentivos financeiros dados pela África do Sul, descritos por um industrial de Taiwan como "os melhores do mundo", o atrativo principal é a mão-de-obra barata, produto da grande quantidade de desempregados no bantustão. Num contexto de leis trabalhistas altamente repressivas, com os sindicatos proibidos de funcionarem, o salário médio em Ciskei é aproximadamente a metade do que vigora na África do Sul "branca".

Outra razão para a instalação dessas empresas estrangeiras em Ciskei é a busca de um aumento nas

cotas de vendas aos mercados europeu e norte-americano. Esgotada sua cota no seu país de origem, a empresa utiliza sua filial na África do Sul para, a partir dela, reexportar para a Europa e Estados Unidos, usando uma nova cota, desta vez, como empresa sul-africana. Isso ocorre principalmente na área têxtil.

Como demonstraram os levantes populares no Ciskei, qualquer reformulação das políticas repressivas dominantes nos bantustões deve contemplar uma mudança em relação à questão do trabalho e da exploração da mão-de-obra negra, ambas incentivadas pelo governo da África do Sul e pelas administrações locais, com o objetivo de estimular o investimento estrangeiro em suas debilitadas economias.

*John Pickels e Jeff Woods**

*Departamento de Geologia e Geografia e Instituto de Pesquisa Regional, Universidade de West Virginia, Estados Unidos.

Mas um detalhe não funcionou nesse plano tão bem concebido: as rebeliões camponesas contra os governos locais estão ocorrendo cada vez com maior frequência.

Um vulcão prestes a explodir – Os dirigentes de quatro bantustões já declararam sua simpatia pelo Congresso Nacional Africano (CNA), atualmente na legalidade, e manifestaram sua decisão de se reincorporar ao Estado sul-africano. Em outros três – Venda, Gazankulu e Bophutatswana – a convulsão social se agrava, na medida em que cresce o descontentamento contra as autoridades locais.

Os acontecimentos ocorridos em Ciskei mostraram o nível alcançado pela resistência. Em março passado, os jornais informaram que o "presidente vitalício" do bantustão, Lennox Sebe, tinha sido deposto por um golpe de Estado. Essa foi a primeira notícia que transcreveu fora da África do Sul sobre a existência de problemas na região.

A guerra das "carteirinhas" – Em todas as vilas e aldeias, o movimento de protesto teve as mesmas características. Os ativistas recolheram entre a população as carteirinhas de filiação ao partido oficial do presidente Sebe, o Partido da Independência Nacional de Ciskei (CNIP). Os documentos foram queimados ou devolvidos ao escritório local das autoridades tribais.

A atitude de entregar as carteirinhas para que fossem queimadas ou devolvidas poderia trazer importantes consequências para os residentes. Esse documento era exigido para a inscrição de alunos nas escolas, para comprar ou alugar imóveis, para ter direito à assistência médica e à aposentadoria, para pedir o registro de comerciantes e conseguir emprego. Queimar ou destruir as carteirinhas de filiação ao partido implicava, além disso, o risco de outras penalidades.

Durante três meses, a quei-

ma de documentos se expandiu ao longo de 70 cidades e depois às regiões rurais mais isoladas e às populações semi-rurais. Aproximadamente cem mil pessoas queimaram suas carteirinhas de filiação e em alguns casos o protesto foi acompanhado de atos de violência. Pelo menos 700 pessoas foram detidas. Alguns foram processados, acusados de incorrer em contravenções menores, como participar de uma reunião proibida ou não ter pago um imposto. Alguns dos detidos permaneceram um mês presos antes de serem submetidos a processo judicial.

Situações semelhantes alimentaram revoltas em outros bantustões. Em Bophutatswana, o presidente Lucas Mangope teve que enfrentar mobilizações populares, exigindo um referendo para decidir a questão da reincorporação à África do Sul. Um jornal sul-africano citou suas palavras: "Bophutatswana será independente por 100 anos mais. A reincorporação ao Estado sul-africano está fora de discussão".

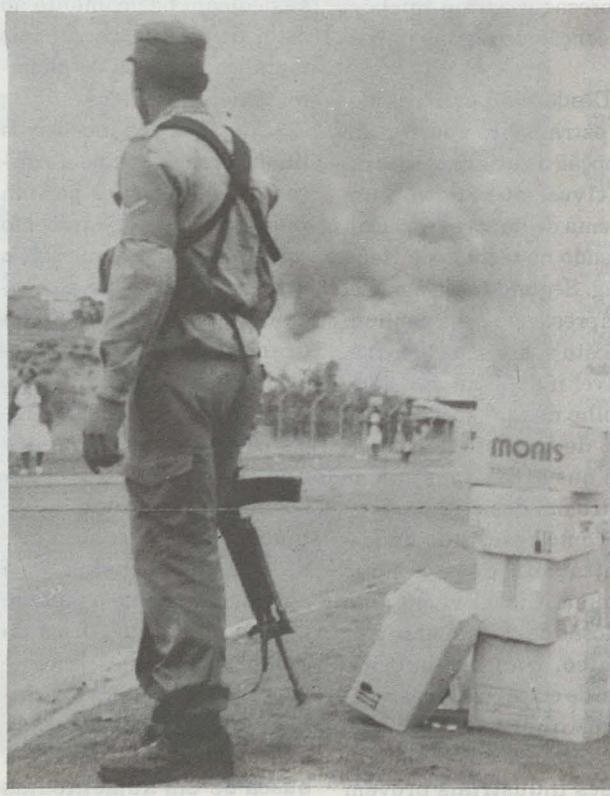
Em outro bantustão, o de Venda, a insatisfação com as autoridades locais chegou ao seu clímax em abril passado, quando soldados liderados pelo vice-comandante das Forças de Defesa locais,

coronel Gabriel Ramushwana, forçaram a renúncia do presidente Frank Ravele. Sua destituição culminou numa onda de protestos populares que exigiam a reincorporação do território ao Estado sul-africano.

O bantustão de Venda é, talvez, o território mais isolado da África do Sul. Um mês antes da deposição de Revele, a princípio de março, num dos protestos mais prolongados contra as autoridades locais, os funcionários públicos, a polícia e os juízes tinham se declarado em greve. O fornecimento de água e luz foi interrompido e os trabalhadores das plantações de chá – principal fonte de receita do bantustão – também se declararam em greve. Poucos dias depois da libertação do líder do CNA, Nelson Mandela, uma manifestação tinha levado 50 mil pessoas às ruas para exigir a reincorporação ao Estado sul-africano.

Já em Gazankulu, segundo informaram os próprios jornais de Pretória, o primeiro-ministro Hudson Ntsanwisi renunciou em consequência de um protesto liderado por trabalhadores, estudantes e alguns membros do Parlamento, que exigiram seu afastamento. No mesmo dia da libertação de Mandela – quando Ntsanwisi tentou falar para as pessoas concentradas na vila de Nkowakowa –, um dos participantes lhe arrebatou o microfone e disse que o povo só reconhecia como líder o vice-presidente do Congresso Nacional Africano. A multidão se retirou quando Ntsanwisi insistiu em falar.

O desenvolvimento atual do movimento de protesto foi, em parte, motivado pela libertação de Mandela, mas também é uma consequência natural de várias décadas de empobrecimento, de desemprego e altos impostos. A rebelião é um sintoma do desafio que enfrenta o governo da África do Sul. Nos bantustões, os governos locais impopulares estão sendo obrigados a enfrentar o descontentamento crescente da população e Pretória parece impotente para resolver essa situação.



Ciskei: os negros são estrangeiros em seu próprio país

*O autor, editor associado do Pacific News Service (PNS), é antropólogo nascido e educado na África do Sul

Alberto B.
Mariantoni

Negar o passado

Em 7 de novembro de 1987, o general Zine el-Abidine Ben Ali destituiu por "incapacidade física" o ex-presidente Habib Bourguiba (antes considerado o "combatente supremo" do país). Ben Ali, que era primeiro-ministro do governo, se autoproclamou novo chefe de Estado, sem imaginar as dificuldades que iria enfrentar.

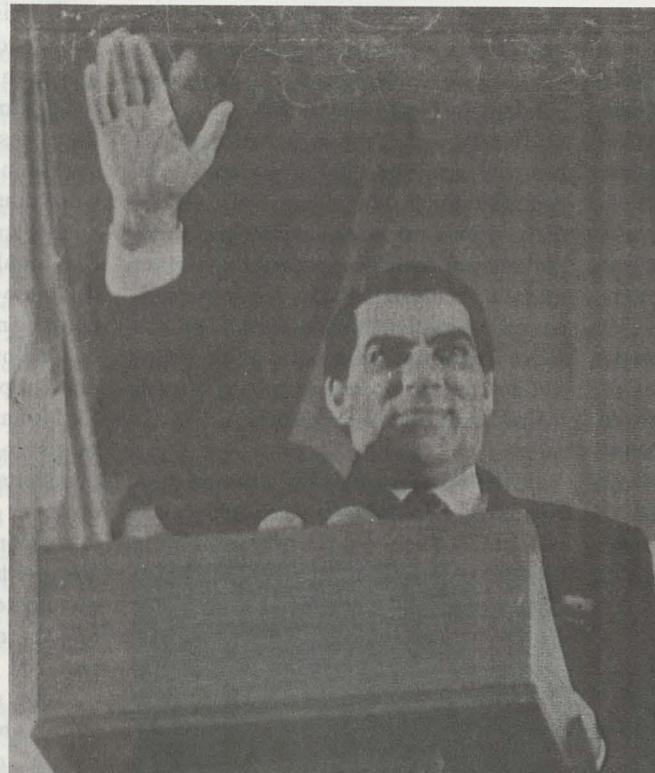
Ninguém na Tunísia teria imaginado então que essa nação, que defendeu tanto seu caráter laico, ia se transformar numa caricatura do que foi na época de Bourguiba. O governo decidiu se aproximar do fundamentalismo islâmico sudanês, que antes via com tanta desconfiança.

O regime tunisiano se apresenta agora como "moderado" e "liberal", como o "salvador da paz" na Tunísia e responsável pelo estabelecimento das liberdades fundamentais no país. E não só isso: se autoproclama o pai do surgimento da democracia e do pluripartidarismo.

Porém, depois do afastamento de Bourguiba, tanto a democracia quanto o livre exercício da atividade partidária estão mais longe do que nunca da realidade que se vive na Tunísia. Ao contrário, comparando este governo com a última etapa do regime de Bourguiba — que já não era nem a sombra do que tinha sido nos primeiros anos — não se constata nenhuma melhoria econômica, nem avanços políticos de nenhum tipo.

Para manter o clientelismo e o nepotismo, sem a personalidade e o poder da

*Tratando de neutralizar
a crise econômica,
o governo de Ben Ali
decidiu adotar
o islamismo como
religião oficial, num Estado
que se manteve laico durante
muitas décadas*



Ben Ali: acabando com o laicismo para ampliar sua base política

liderança de Bourguiba, Ben Ali — que gosta de ser apresentado como o "salvador da pátria" — se dedicou a ampliar sua base política interna através da islamização dissimulada da vida civil e do Estado. E o fez com o aval da Arábia Saudita e das confrarias wahabitas¹, inimigas jura-

mentadas do islamismo revolucionário ou progressista.

A volta do fanatismo religioso — Pouco a pouco, o presidente Ben Ali está liquidando o legado laico de Bourguiba. Entre outras iniciativas, ressuscitou a universidade islâmica de Al Zitouna; criou uma Secretaria para Assuntos Muçulmanos; autorizou a formação de uma brigada para preservar "os bons costumes" e introduziu a transmissão obrigatória, por rádio e televisão, de cinco chamados diários à oração, além das cerimônias nas mesquitas, às sextas-feiras.

Finalmente, decidiu mudar o nome do partido de governo — o Partido Socialista Desturiano (PSD) —, que agora passou a se chamar Associação Constitucional Democrata (*Ressemblement Constitutionnel Democratique*), que incorporou o Islã a seus estatutos.

A situação econômica e social do país é o que explica essa política de islamização radical. Quinze por cento da população economicamente ativa (cerca de 500 mil pessoas) estão desempregados; 13% dos cidadãos vivem abaixo do nível de pobreza; a inflação alcançou níveis desconhecidos na Tunísia, superando os 12%; as reservas cambiais — 800 milhões de dinares, a moeda nacional — não dão para cobrir dois meses e meio de importações. Além disso, o crescimento não passou dos

três por cento, embora o governo tivesse uma expectativa de não menos de 5,5%, e a dívida externa está em 5,5 bilhões de dólares (56,8% do PIB).

Isso sem falar nos investimentos. As agências oficiais insistem em que eles aumentaram de 530 milhões de dólares em

1988 para 800 milhões em 1989. Mas omitem que nos últimos dois anos o *dinar* perdeu 50% do seu valor em relação ao dólar.

Também se cobrem com um manto de silêncio outros dois fatos. O primeiro é que o Kuait, antes um sócio fiel da Tunísia na exploração de fosfatos, retirou seus capitais do país. E o segundo é que os investidores tunisianos preferem deixar seu dinheiro longe do país, a salvo de qualquer risco.

Com um quadro como este, será possível evitar uma intervenção financeira em grande escala do governo de Ryad? Será possível evitar uma catástrofe, como a reativação do Movimento da Tendência Islâmica (MTI), que reúne os integristas tunisianos?

Em resumo, esse conjunto de fatores teria levado o governo de Ben Ali a tomar a iniciativa e islamizar-se.

A mentira como instrumento de governo – Enquanto os resultados dessa política não aparecem, uma onda de greves sacode o país. Ao longo do último ano, engenheiros, o pessoal da saúde pública, os técnicos de portos e aeroportos, operários de setores produtivos e professores têm paralisado, em diferentes momentos, suas atividades.

Nos últimos meses, também os estudantes começaram a se mobilizar. A polícia invadiu os *campi* universitários e montou guarda próximo aos colégios secundários. O governo se fez de surdo às reivindicações de aumentos salariais e com os estudantes não hesitou em mos-



Bourguiba: impedido de receber visitas

trar sua mão de ferro e sua verdadeira cara. Resultado: mais de 200 detidos, 400 universitários mobilizados militarmente pela força e "exilados" na ilha de Zembra (ao largo de Cabo Bueno), ou no extremo sul do país. Mas não é só isso.

"Na Tunísia, a mentira é utilizada como instrumento de governo", nos declarou um alto funcionário oficial. "Os dirigentes – afirmou – perceberam que para serem aceitos no exterior deveriam falar de abertura política, democracia, liberdade e justiça. Mas, dentro do país, a única coisa que fazem é, de vez em quando, soltar um pouco de pressão para evitar que a panela exploda".

Liberdade política cerceada – Não há dúvida de que a situação interna na Tunísia não é como a apresentam no



A crise econômica tem provocado violentos protestos nos últimos anos

exterior. Centenas de presos políticos enchem novamente as prisões de Sawaff, El-Houareb, de Borj Erroumi e as da cidade de Túnis. Os partidos políticos, apesar de formalmente legalizados, enfrentam de forma sistemática uma série de obstáculos para desenvolver suas atividades e os principais líderes estão sob rígida vigilância policial.

Ahmed Mestiri, ex-chefe do Movimento dos Democratas Socialistas (MDS), fundado em 1987, a partir da instalação do governo de Ben Ali, compreendeu que não teria nenhuma oportunidade de levar adiante seus postulados políticos e, em sinal de protesto, renunciou à direção do partido. Foi substituído por Mohammed Moada, que tampouco tem espaço para atuar: está sob ameaça de enfrentar um julgamento político.

Bechir Essid, o responsável pelo Movimento de Sindicatos Árabes, está preso há quase um ano, sem processo. Constitucionalmente, porém, o período em que uma pessoa pode permanecer presa sem ser submetida a julgamento é de quatro a dez dias, no máximo.

Por sua vez, o ex-primeiro-ministro Ben Salah, que era o líder do Movimento de União Popular (MUP-1), depois de ter passado mais de 15 anos no exílio, na época de Bourguiba, ainda está com seus direitos políticos cassados.

Mohamed Mzali, outro ex-primeiro-ministro, continua sendo perseguido e pressionado a partir para o exílio, acusado de ter cometido delitos comuns. Mzali foi condenado a 15 anos de prisão, por razões políticas, por um Tribunal Superior que posteriormente foi dissolvido e que não tinha competência para julgar essa matéria.

Isso, sem mencionar a sorte do próprio Habib Bourguiba, o velho "pai da pátria", que já cumpriu 87 anos. Hoje, Bourguiba é conhecido como "o prisioneiro do mosteiro", porque não pode circular livremente por sua cidade natal, nem receber visitas.

¹Chama-se wahabitas partidários do wahabismo, que desde o século XIX foram pouco a pouco conquistando a península Arabe, de Meca (em 1804) a Omã, pouco depois. Os ingleses, porém, lhes impuseram seu "protectorado" com a intenção de controlar as rotas marítimas à Índia.

Cem anos mais tarde, os wahabitas formavam só uma pequena república (emirado) no coração do Nejd, uma vasta estepa com alguns oásis, situada no centro da península. Ryad era a capital. Hoje, esse Estado faz parte da Arábia Saudita e sua antiga capital é a capital do reino.

se avançou, 66% dos 2,5 milhões de agricultores são agora ativos. A maioria é, no mínimo, parcialmente do vale do Mekong, abrangendo uma área europeia sul.

Através de audaciosos projetos de irrigação, o Vietná consegue transformar a região do delta do rio Mekong num dos principais produtores mundiais de arroz

gundo a publicação do Unicef News of Arroz, a rotina diária de uma melhoria regular das condições de vida.

Philip Smucker

Não faz muitos anos, as autoridades vietnamitas lançaram apelos à comunidade internacional para salvar seu povo da fome. Hoje, esse país é o maior exportador de arroz do mundo.

A explicação habitual para as magras colheitas de arroz, a contínua escassez e a necessidade de racionamento era que se tratava de um país atrasado do Terceiro Mundo, devastado por décadas de guerra, que só poderia avançar com ajuda externa.

O fator que impulsionou o milagre vietnamita foi a reforma econômica. O governo permitiu aos camponeses arrendar terras por um período de 15 anos ou mais e os autorizou a vender seus produtos no mercado livre. Em 1989, o Vietná exportou 1 bilhão e 400 milhões de toneladas de arroz, sendo superado só pelos Estados Unidos e a Tailândia.

O maior responsável pelo crescimento das colheitas é o delta do rio Mekong, que produz atualmente 40% desse cereal e onde vivem 23% da população do país, de 64 milhões de habitantes.

Parte do crédito pelo milagre do arroz se atribui ao trabalho do "Comitê Interno do Mekong", que impulsionou a construção de uma rede de canais de irrigação.

O Comitê do Mekong é uma entidade das Nações Unidas que coordena e leva adiante projetos de desenvolvimento ao longo do rio Mekong, que nasce na China,

flui através do Laos e de sua fronteira com a Tailândia e cruza o Camboja, para se alargar finalmente no sul, na rica região do delta, já em território vietnamita.

"A produção de alimentos aumentou tremendo com a introdução da segunda colheita e a utilização de um tipo de arroz com alto rendimento", diz Le Huu Ti, um especialista vietnamita em sistemas de irrigação que trabalha no Comitê. Os resultados da mudança de um sistema de subsídios e fixação de preços para uma economia de mercado aberto foram impressionantes.

Na verdade, o Vietná está se transformando agora numa vítima de seu próprio êxito. O país não dispõe de capacidade de armazenamento ou moinhos em quantidade suficiente para o volume de arroz que produz atualmente.

Além disso, a superprodução fez cair os preços locais e alguns agricultores já estão usando o arroz para alimentar porcos.

Autonomia rural - Os especialistas das Nações Unidas no país lembram que há apenas dois anos o Vietná estava pedindo ajuda alimentar de emergência para milhões de camponeses. Nas províncias do norte de Than Hoa e Nghe Tinh a população estava literalmente morrendo de fome.

Hoje, 90% das exportações de arroz provêm do delta. Mas inclusive no norte, as novas leis sobre a terra e a maior autonomia rural elevaram a produção.



Toda a população participa das obras de irrigação

A livre empresa no delta parece ter avançado a passos largos. A guinada ocorreu em menos de 18 meses e alcançou um impulso adicional devido ao clima favorável e à grande demanda estrangeira.

O êxito das colheitas não tem sido mais divulgado no Vietná porque as autoridades parecem pensar que valorizá-lo equivaleria a reconhecer que a experiência anterior de coletivização foi um desastre.

Depois da guerra, em 1975, quando o governo vitorioso de Hanói impôs um sistema de cooperativas e subsídios, segundo o modelo do norte, a produção de arroz no sul caiu de sete milhões de toneladas anuais para quatro milhões.

Um sistema desequilibrado de racionamento forneceu arroz em excesso para alguns e deixou outros com menos do que o necessário.

"Ao mesmo tempo, é inegável que a desigualdade de renda entre os mais pobres e os mais ricos se reduziu consideravelmente", afirmou Le Who, diretor do projeto de controle de águas de Tam Phouing, no delta.

Porém, subsistem problemas que o sistema de livre empresa não conseguiu resolver. Um dos mais sérios é que a água, abundante na região do delta, não é potável.

Por essa razão, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) iniciou um projeto para distribuir bombas manuais, de forma que as famílias do delta tenham acesso à água potável.



A pobreza e os preconceitos condenam a mulher africana ao atraso

As primeiras letras

Micere Githae Mugo*

Entre o início de 1979 e 1982, participei de uma campanha de alfabetização realizada em pequena escala com as mulheres de Kibera, um dos bairros periféricos mais populosos de Nairóbi, capital do Quênia.

Um dia, a melhor aluna do meu grupo, mãe de seis filhos, chegou a minha casa onde eu dava aulas, com a cara inchada e o nariz machucado.

No dia anterior, ao entrar na sua casa, o esposo ficou furioso quando a viu com um livro na mão. O homem lhe disse que era uma atitude pouco feminina e de quem não tinha nada mais que fazer e lhe advertiu de que nunca mais, a nenhuma hora do dia ou da noite, queria vê-la lendo.

Além disso, lhe disse que isso era coisa de colegiais e não de mulheres adultas, que deviam se dedicar a cuidar dos filhos. Depois lhe deu uma surra, para que o "re-cado" fosse mais explícito.

Na verdade, salvo duas exceções, todas as alunas que frequentavam o curso iam às escondidas.

Em 1982, quando o governo proibiu o programa de dramatizações do grupo denominado *Kamiriithu Community Center*, próximo a Limuru, e desmontou a estrutura do teatro ao ar livre que tinha sido construída pelos trabalhadores e camponeses, o responsável pelo distrito de Kiambu pronunciou um discurso no qual recriminou especificamente as mulheres. Ele as ridicularizou porque tinham participado das atividades de dramatização e lhes chamou a atenção por perder tempo dessa maneira, pulando.

A maior parte dos analfabetos na África são mulheres pobres, que para aprender a ler e escrever, são obrigadas a enfrentar um modelo de vida que as exclui da cultura

do cenário como se fossem crianças, em vez de trabalhar em suas casas, cultivando suas *shambas* (roças), como faziam "todas as esposas respeitáveis".

Embora sejam exemplos extremos, ambas as situações servem para mostrar qual é a atitude que está por detrás dessa concepção que considera o mundo dos livros e da literatura como antítese das aspirações femininas. A mulher é considerada frívola e indigna, carente da audácia necessária para entender o mundo das letras.

Mas, por trás dessa postura, existe uma questão de classe. Considera-se que as mulheres provenientes da classe operária e camponesa não têm uma vinculação de trabalho com os livros; ou seja, que não têm direito a se relacionar com eles. Dessa forma, o mundo das letras fica restrito à elite e, naturalmente, aos alunos das escolas onde se formam os filhos da classe dirigente.

Uma realidade diferente – O que está ocorrendo diante dos nossos olhos é trágico e deprimente. Consideremos, em primeiro lugar, o panorama geral do analfabetismo em todo o continente. Dos 156 milhões de analfabetos maiores de 15 anos existentes na África, quase dois-terços são mulheres.

Embora esses dados sejam de 1979, a situação não se alterou muito, salvo em alguns poucos países nos quais o esforço para combater o analfabetismo foi maior (a Tanzânia e o Zimbábue, por exemplo). Inclusive no caso do Zimbábue, onde hou-

ve avanços, 66% dos 2,5 milhões de analfabetos são mulheres. Obviamente, a maioria dos analfabetos são camponeses e o restante pertence aos setores urbanos mais pobres.

Este cenário que vemos hoje na África é, no mínimo, paradoxal. Foram os africanos do vale do Nilo que inventaram a escrita, muitos séculos antes de que os europeus soubessem que era possível para o ser humano se comunicar dessa forma¹.

Deixando de lado o problema do analfabetismo, a própria vida das mulheres camponesas e operárias conspira contra seu ingresso para o mundo das letras. Segundo a publicação do Unicef *News of Africa*, a rotina diária de uma mulher

te de extremos: desertos, secas, inundações, pântanos e, naturalmente, alguns hectares de terras aptas para a agricultura, cuja produção em geral não dá para alimentar os camponeses que trabalham nela.

Como fazer para, depois de tudo isso, se sentar para ler um livro, às 11 da noite, pouco antes de começar um novo dia de trabalho? Como iluminar o quarto? Com lampião a querosene? Com a luz do fogão a lenha?

Nas cidades, a situação não é muito melhor para as mulheres mais pobres. A maioria leva uma vida marginal. Ao contrário do que ocorre no campo, nas áreas urbanas há água corrente. Mas para encher um balde, muitas vezes têm de fazer

listas, onde a edição de material gráfico está subsidiada pelo governo, o preço dos livros é tão alto que fica fora do alcance do poder aquisitivo dos mais pobres. O acesso aos livros neste mercado se vê limitado, portanto, aos membros das classes ricas.

Outro inconveniente é a extensão dos melhores livros. O leitor médio das classes menos favorecidas não tem nem tempo, nem condições apropriadas ou energia intelectual – para não falar da educação necessária – para ler um livro de mais de 100 páginas. Uma pessoa com pouca instrução dificilmente consegue ultrapassar 50 páginas.

Existe também o problema do idioma. Talvez com a única exceção do Zimbábue,



Muitas mulheres são obrigadas a ir à escola escondido da família e levar os filhos pequenos, porque não há onde deixá-los

camponesa se estende das 4:45 até às 21:30 horas.

Eu diria mesmo que em muitas vilas rurais as mães não vão descansar antes das 11 da noite. Até essa hora, têm que cuidar dos filhos em idade pré-escolar, cozinhar, limpar a casa, lavar e remendar roupa, moer cereais, carregar lenha e buscar água.

Essas tarefas, às vezes, as obrigam a caminhar vários quilômetros, cuidar das hortas, fazer trabalhos de construção, embarcar mercadorias para o mercado, tomar conta do sítio, alimentar as aves, atender às obrigações da família e aos pedidos do marido e outros parentes.

A mulher africana é, talvez, quem melhor sabe o que significa ganhar a vida num meio hostil. A África é um continen-

uma fila de várias horas.

Além disso, do ponto de vista psicológico, sofrem todas as tensões características das cidades. Longe da solidariedade de sua família, devem enfrentar sozinhas os principais problemas que resultam de uma situação econômica precária.

Na escala social das cidades, abaixo da mulher operária se situam as vendedoras ambulantes e outras integrantes do lumpen-proletariado. Mesmo que ocorresse o milagre de que alguma delas se dispusesse a ler, certamente o tipo de vida que levam lhes impediria de desfrutar do prazer da leitura de um livro.

Livros caros e complicados – E há outros problemas. Salvo nos países socia-

não seria exagerado afirmar que 99,5% das criações literárias africanas são produzidas em idioma estrangeiro e a maioria destinada ao consumo externo ou das elites nativas.

Isso exclui automaticamente da leitura os camponeses e operários. Inclusive os que sabem ler e escrever, em geral, só conhecem bem sua própria língua. Como afirma Frantz Fanon, “falar um idioma é assumir uma cultura, um mundo, carregar o peso de uma civilização”.

Além do problema do idioma, a literatura muitas vezes está cheia de imagens elitistas da África. Na verdade, muitos desses trabalhos transmitem valores tão ocidentais e burgueses que nos permitem apreciar as sequelas que deixou na psicologia das pessoas o ensino colonial.



Na África, a mulher enfrenta uma jornada de trabalho de pelo menos 17 horas

O enfoque dessas obras em relação aos setores populares é paternalista, descendente e pejorativo, com imagens tão pouco representativas e negativas, que a pobreza e seu mundo se transformam em algo niilista. Que relação podem ter os camponeses e trabalhadores urbanos com esse tipo de literatura?

A situação de subordinação social à qual estão submetidos os setores populares produz outro problema ainda mais trágico: a subestimação. Isso também os afasta dessa leitura. Depois de anos de exploração, dominação, degradação, as massas foram condicionadas a considerar seus oprimidores como seres superiores.

Paulo Freire descreveu muito bem essa situação no seu livro "Pedagogia do oprimido". A subestimação é outra característica da pessoa oprimida socialmente, que termina introjetando a opinião que os oprimidores têm dela. Escutam frequentemente que não são

capazes de fazer nada direito, que são incapazes de aprender alguma coisa, que são preguiçosos e improdutivos, e assim acabam se convencendo da sua própria inutilidade.

Muitos camponeses e trabalhadores tendem a considerar que o mundo dos livros e das idéias é monopólio natural, único e exclusivo das classes dirigentes. Por isso, muitos se afastam da leitura e do próprio ato de escrever.

Numa comovedora autobiografia, chamada "Diário de Maria de Jesus", uma brasileira relata as pressões que sofreu da família e dos amigos quando decidiu escrever um livro. O pior é que os insultos mais duros provinham dos membros de sua própria classe, especialmente de suas irmãs que viviam na maior pobreza. Mas, graças à sua necessidade de denunciar os oprimidores, o mundo conta hoje com um dos testemunhos mais contundentes contra os horrores do capitalismo escrito por uma de suas víti-

mas, uma mulher quase analfabeta.¹

O mais importante desse livro é a lucidez com que a autora descreve o sofrimento e a degradação humana. Só quem sofre na própria carne essa opressão poderia ter identificado e articulado sua realidade daquela maneira. Mas os casos como este não são frequentes, especialmente nos países do Terceiro Mundo.

Pequeno reinado intelectual – As classes dirigentes africanas mistificam os livros e o conhecimento como uma forma de conservar seu prestígio. Lembro de ter presenciado, sendo ainda uma menina, como um professor da escola primária humilhava os camponeses. Como quase todos eram analfabetos, precisavam levar-lhe as cartas que recebiam para que ele as lesse e respondesse. O professor se deleitava visivelmente ao sentir como as pessoas da região – homens e mulheres, muitos deles mais velhos do que ele – reconheciam sua superioridade.

Esse professor demorava em atendê-los. Primeiro, dava voltas pelo quintal, assoviando, arrumava a gola da camisa, se sentava e tomava um chá ... Enfim, criava uma atmosfera de mistério, aumentando o sentimento de dependência dos camponeses. Como forma de pagamento, estes lhe levavam ovos, frangos, frutas e outros produtos. Um típico senhor feudal dentro de seu pequeno reinado intelectual!

Devemos ter um imenso respeito às oprimidas mulheres africanas, pela determinação, esforço e otimismo que mostram na sua luta para romper as barreiras do analfabetismo e dos preconceitos com que tentam aprisionar sua mente.

A maioria dos que frequentam as aulas de alfabetização de adultos são mulheres. Desafiando a idade, os costumes, as instituições políticas opressivas e o sistema econômico, essas mulheres avançam, resolutas e determinadas a romper o silêncio que lhes impõe a ignorância.

¹ A autora vive em Harare, Zimbábue. Uma versão mais extensa desse artigo foi publicada originalmente na revista Echo, da Associação da Mulher Africana para a Pesquisa e o Desenvolvimento.

¹ Estudos de alguns arqueólogos e historiadores indicariam que a escrita teria sido desenvolvida pela primeira vez pelo povo sumério, na região da Mesopotâmia, atual Iraque, e não pelos egípcios, como se acreditava.

Socialismo sem poluição

Uma jornalista norte-americana visita a Coréia Democrática (Norte) e mostra os avanços obtidos pelo governo de Kil Il Sung no que se refere à proteção do meio ambiente

Brenda Paik Sunoo*

Sentado numa canoa que desliza suavemente pelo largo rio Taedong, Ri Il-Chul cantarola no entardecer norte-coreano um verso de *Edelweiss*, uma de suas músicas preferidas: "Pequena e branca, limpa e brilhante, bendita seja minha terra para sempre".

Ri, de 35 anos, nasceu na República Popular Democrática da Coréia (Norte), um ano depois de terminada a guerra de 1950-53, quando grande parte desse país estava ainda sob os escombros que deixaram as 97 mil bombas e os 7,8 milhões de

barris de napalm, lançados pelos Estados Unidos.

Ao final da guerra, em Pyongyang, a capital, onde Ri nasceu, só haviam ficado dois edifícios intactos. Trabalhando como guia dos visitantes de nacionalidade norte-americana de origem coreana que visitavam o país, na sua condição de membro do Comitê de Ajuda aos Nacionais no Exterior, Ri declara hoje seu fervor socialista e sua convicção da importância de defender o meio ambiente, uma combinação muito pouco comum na sua geração.

A capital da Coréia Democrática, contrariando os prognósticos que afirmavam que levaria muitas décadas para ser reconstruída, oferece talvez o melhor exemplo de uma edificação socialista preocupada com o meio ambiente. Formados na cultura oriental, os norte-coreanos têm mantido sua reverência à natureza.

A luta pela recuperação do verde na Coréia Democrática ao longo dos últimos 36 anos passou despercebida para muitos observadores, interessados só em criticar a conhecida excentricidade política do presidente Kim Il Sung. Uma análise mais atenta, porém, mostra uma nação de 20 milhões de habitantes que foi educada não só para industrializar o país,

mas também para cuidar conscientemente da qualidade do ar e da água.

Os norte-coreanos traçaram ambiciosos planos para plantar uma grande variedade de árvores nas cidades e no campo. A lei de terras do governo estipula que as instituições, as escolas e os cidadãos, a nível individual, devem tomar parte na campanha de plantação de árvores na primavera e outono, para "transformar as montanhas de todo o país num paraíso verde".

Voltar a plantar – Depois da guerra, quando todas as grandes cidades estavam destruídas, era difícil encontrar uma árvore de pé. Uma exceção foi a de Potonggang. Com mais de 20 metros de altura, essa árvore de largas folhas ovais, sobreviveu a todos os bombardeios e permanece até hoje como um monumento nacional.

No último ano, dezenas de milhares de árvores – pinhos, cedros, etc. – além de roseiras, foram plantados na cidade. "As árvores protegem o ar, por isso a poluição não afeta os moradores da cidade", comenta Chang Known-bong, um funcionário da Universidade. "A maioria das fábricas – acrescenta – foram construídas longe das áreas residenciais".

Em reconhecimento aos mais recen-



Os norte-coreanos se preocuparam não só em desenvolver o país, mas também em proteger o seu meio ambiente

tes êxitos da Coréia Democrática no campo da preservação do meio ambiente, as Nações Unidas indicaram um norte-coreano para receber o prêmio "Global 500" do Programa Ambiental de 1988, pela sua contribuição ao desenvolvimento de determinados tipos de árvore.

Alguns observadores lembram que a expansão da indústria pesada da Coréia do Norte nos anos 60, ao longo da costa leste, acarretou problemas de poluição em cidades como Hamhung. Em 1966 essa cidade foi descrita pelo jornalista Harrison Salisbury, do *The New York Times*, como "um lugar onde o smog era pior que em Los Angeles".

"A poluição do ar era tão grande, que era difícil até respirar e enxergar", disse naquele artigo. E concluía: "Em 25 anos podiam ter resolvido esse problema, mas duvido que tenham gasto dinheiro nisso".

As pessoas que visitam atualmente Hamhung, porém, dizem que a atmosfera da cidade é limpa, apesar de que foram construídos muitos edifícios novos e da instalação de fábricas de aço e têxteis.

Mas advertem que a poluição pode voltar a ser um problema no futuro. De acordo com Chang, o funcionário da Uni-

versidade, o orçamento das fábricas inclui uma reserva de dinheiro para gastos na proteção do meio ambiente. Além disso, as leis referentes à ecologia foram reformuladas levando em conta o bem-estar dos trabalhadores.

Restrição ao uso de automóveis - Pyongyang, porém, conhecida como "a cidade dos parques", desperta a admiração de todos os visitantes. "É a capital mais limpa de todos os países socialistas que já visitei", disse Jon Halliday, um escritor



O presidente Kim Il Sung numa cerimônia na capital



Desde cedo, as crianças são educadas no sentido de respeitar a natureza

britânico que esteve na Coréia Democrática em 1977 e 1985.

Uma das razões para o ar puro na capital é a inexistência de carros particulares. A maioria dos automóveis parece pertencer só a funcionários do Partido Comunista e empregados do governo.

Nas ruas da capital, os ônibus a diesel expelem negras nuvens de gás, mas a maioria é movida a eletricidade.

Todas as manhãs, centenas de homens e mulheres, com seus bebês nas costas, esperam durante pelo menos uma hora para pegar o ônibus. Outros vão de metrô, que tem duas linhas.

Às vezes se vêem bicicletas em algumas das avenidas da capital, como ocorre em Pequim.

Nas regiões mais próximas à fronteira com a China, ou no interior, o transporte por bicicleta é muito mais frequente.

A reclamação mais comum sobre a poluição do meio ambiente é contra os fumantes. Na Coréia Democrática é muito comum que os homens inundem de fumaça os trens, colégios ou o hall da entrada dos hotéis.

Parece uma reação contra as campanhas do governo destinadas a diminuir a dependência do tabaco.

Na Montanha de Diamantes (Kumgang-san), na costa leste, Ri Il-Chul disse que os turistas eram bem-vindos e que sua presença ali era um passo a mais rumo à reunificação do seu país.

Como mostra da profunda e especial relação que une os norte-coreanos à natureza, Ri disse aos visitantes que aquela montanha "muda de cara" segundo a estação.

No verão, se chama Pongnae, que em coreano quer dizer "reunião das flores", outra alusão à divisão que sofre sua pátria.

*Pacific News Service (PNS). A autora é jornalista em Los Angeles, Estados Unidos, e esteve na Coréia Democrática, como integrante de uma delegação de norte-americanos de origem norte-coreana.

Uma China a mais

Adé cada de 1990 será testemunha do maior crescimento, em termos absolutos, da população humana em toda a História. Três novos habitantes se somam a cada segundo à população mundial, quase 250 mil por dia.

O crescimento anual será de 96 milhões de pessoas, uma cifra similar à população conjunta da Tailândia e da República da Coréia, o que representará, ao final da década, um aumento adicional equivalente a toda a população da China.

Não faz muitos anos, a taxa de crescimento da população parecia estar perdendo impulso em quase todo mundo. A tendência indicava uma estabilização da população mundial em torno de 10 bilhões e 200 milhões de habitantes para o final deste século.

Hoje, o panorama é mais pessimista, como revela um relatório das Nações Unidas sobre a população mundial. A redução das taxas de natalidade não está sendo tão rápida como se esperava. Alguns países que tinham conseguido reduções consideráveis no final dos anos 60 e princípio dos 70, não continuaram progredindo no mesmo ritmo. Outros, inclusive, registraram um aumento das taxas de natalidade durante aquelas duas décadas.

Estes retrocessos obrigaram as Nações Unidas a rever seus cálculos. Segundo as projeções estabelecidas em 1986, até o final do século o mundo teria 6 bilhões e 122 milhões de habitantes. Mas atualmente, já se prevê pelo menos 129 milhões a mais, o que equivaleria a somar um outro Japão.

A mais longo prazo, a projeção atual da ONU para o ano 2.025 é de que a população mundial ficará em 8.467 milhões de pessoas.

Déficit de comida – O mundo caminha para uma estabilização de sua população, próximo ao final do novo século, com uma cifra mais perto dos 11 bilhões do que dos 10 bilhões. De fato, se

A redução da natalidade não está sendo tão rápida como se esperava e nos anos 90 a população mundial crescerá em cerca de um bilhão de pessoas

no futuro não se lograrem reduções mais consideráveis nas taxas de natalidade, a cifra final total poderá rondar os 14 bilhões de habitantes.

Essa perspectiva levanta graves problemas, especialmente no contexto de uma crise mundial de alimentos que começa, veladamente, a se insinuar. Durante os anos 80, a produção de alimentos perdeu terreno em muitos países frente ao crescimento da população.

A produção de cereais per capita caiu em 25 países africanos, de um total de 48. E na América Latina, os resultados foram ainda piores, onde 17 países de um total de 23 sofreram também um retrocesso.

A espécie humana parece estar forçando os limites do crescimento suportável. Chegou o momento em que



Tóquio: num dia de calor, as piscinas ficam abarrotadas de gente



Nova Déli (Índia): na hora do rush, o sistema de transporte entra em colapso

nosso número, nossos estilos de vida e nossas tecnologias estão destruindo o meio a um nível perigoso.

Mas nem todo mundo reconhece a influência do crescimento da população sobre a deterioração do meio ambiente. A erosão do solo se atribui frequentemente à pobreza do Sul, enquanto se responsabiliza a riqueza do Norte pela deterioração das matas tropicais, dos mares e do clima.

A situação real é muito mais complexa. Dois fatores podem determinar a deterioração ambiental per capita. Um, é nosso estilo de vida e nosso nível de consumo. O outro, é o tipo de tecnologia que empregamos e o dano que causa pela quantidade de resíduos que gera. Mas, naturalmente, o fator populacional também é muito importante, porque quanto mais gente houver no mundo, maior a deterioração total causada.

O crescimento da população é muito mais responsável pelo desmatamento do que o corte realizado pelas empresas madeireiras ou a criação de gado. Grande parte das florestas que se cortam nos países em desenvolvimento se transforma em terras de cultivo para assentar uma

população crescente, que não encontra espaço nas zonas agrícolas existentes.

Esta nova população poderia ser responsável por mais de 85% da redução das florestas. Evidentemente, a erosão do solo é produto em parte da pobreza: os camponeses pobres não podem se permitir ao luxo de comprar adubos ou adotar as medidas de conservação necessárias para proteger o solo.

O crescimento da população também contribui para a erosão, ao obrigar os agricultores a esgotar os solos ou a trabalhar terras não-cultiváveis.



Na China, o governo controla rigidamente o aumento da população

Mudar o estilo de vida – Está muito claro que, para proteger o meio ambiente para as futuras gerações, será preciso atuar em muitas frentes. Deveremos mudar nossos estilos de vida, com uma redução dos níveis de consumo e de desperdício no Norte e uma maior reciclagem de produtos.

Entre as mudanças tecnológicas necessárias, cabe citar o uso mais eficiente da energia e uma decidida conservação do solo. Ao mesmo tempo, deverá se deter e se inverter o avanço do desmatamento. A cifras populacionais intervêm em todas as equações e a redução do crescimento da população pode contribuir em grande parte para mudar a situação.

As Nações Unidas fazem uma projeção de crescimento populacional "baixo", baseada na suposição de uma redução mais rápida das taxas de natalidade. Se esta projeção se cumprir, no ano 2025 haverá "apenas" 7 bilhões e 590 milhões de pessoas no mundo, 876 milhões a menos se fosse cumprida a projeção média.

Se estas estimativas mais otimistas se tornarem realidade, se conseguiria uma redução nas emissões de dióxido de carbono equivalente a que se obteria diminuindo pela metade o desmatamento. Também seria menor a pressão sobre as reservas do solo e de água e seria mais fácil melhorar os serviços de educação e de saúde.

E isto está ao nosso alcance. Muitos países, como a Tunísia, Sri Lanka, México ou Costa Rica, conseguiram reduzir suas taxas de natalidade ao nível exigido para os próximos 30 anos. Alguns, como Cuba e a China, conseguiram atingir esta meta na metade do tempo.

Para pôr em marcha este processo, será preciso dar uma nova prioridade aos programas de planejamento familiar e populacional, estimulando famílias menos favorecidas. Esta prioridade deve incluir a promoção da saúde, da educação e da condição social da mulher.

SUPLEMENTO BRASIL

A questão da criminalidade ganha destaque progressivo, diante da organização dos criminosos e da ação policial que foge aos padrões da modernidade e eficiência.

A onda de sequestros no Rio de Janeiro já resultou em mortes que contribuem para a lentidão do trabalho de esclarecimento dos crimes.

42



Educadores debatem a escola brasileira e apontam as insuficiências que tornam nosso ensino um fator de atraso e imobilidade social, quando o próprio desenvolvimento nacional depende da expansão educacional e cultural.

Não existirá saída, se a escola pública brasileira não se tornar – mesmo com um século de atraso, em relação às nações hoje desenvolvidas – um sistema de ensino de horário integral.

47



A Companhia Siderúrgica Nacional carrega uma história que se identifica com o desenvolvimento industrial brasileiro.

Hoje, programada para ser posta à venda e sufocada de dívidas, ela se torna o centro da polêmica sobre os rumos da economia do país.

52





Miguelão, segurança de políticos conservadores, estava envolvido com o crime organizado e foi assassinado numa emboscada

Sequestradores e polícia fazem a guerrilha urbana

José Louzeiro

Os sequestros que vêm intranquilizando o Rio são capítulos da novela intitulada "Dívida Social". Tragicomédia. Em qualquer lugar e a qualquer hora do dia ou da noite, verificam-se confrontos. Estala o tiroteio. O carioca, não-comprometido com a polícia nem com os marginais, esgueira-se para não ser atingido pelas balas, na cidade em guerra.

Pressionados a apresentar serviço, os policiais voltam-se para as favelas e comunidades carentes, onde promovem atos de violência. As chamadas autoridades competentes avalizam o vandalismo. Aumenta o ódio entre pobres e ricos. Desse caldo, surgem jovens como Mauro Luís Gonçalves de Oliveira, o Maurinho Branco, transformado em verdadeiro robô da perversão.

Para agravar o clima de radicalismo, no dia do

As mortes de Chocolate, Miguelão e Maurinho Branco e o terror de Nazareno, que também teme ser executado, demonstram a complexidade que adquiriram os negócios do crime organizado no Rio de Janeiro

sepultamento do sequestrador – dia 8 de agosto, no Cemitério do Catumbi – os policiais movimentaram-se para que o “inimigo público nº 1 da cidade” não recebesse homenagens. Mesmo assim, as comunidades do Borel e do Jacarezinho furaram o bloqueio. À capela do cemitério chegaram numerosas coroas de rosas brancas e vermelhas.

O enterro foi acompanhado por aproximadamente 150 pessoas, embora os policiais apontassem as metralhadoras. Tudo que eles conseguiram foi evitar que a mãe de Maurinho, dona Esmeralda Domingos de Oliveira, dissesse algumas palavras de despedida ao filho.

Cerceda no seu direito, Esmeralda e amigos retornaram em silêncio a suas casas, curtindo forte sentimento de amargura. Mais ódio. Agora, a

pólicia faz incertas na Avenida Augusto Severo, na Glória, onde mora Esmeralda com outro filho, Luiz Gonçalves, o Lu.

Entendem os agentes que parte do dinheiro tomado do empresário Roberto Medina estaria em poder de Lu. Por isso, no dia em que Maurinho Branco foi morto, Lu teve que fugir do Hospital Souza Aguiar, a fim de não ser preso. Mas é bom lembrar que a suspeita dos policiais não tem qualquer fundamento. É mera desconfiança. Palpite, como prefere dizer um delegado.

Em torno do sequestro do empresário Medina e da morte dos sequestradores, há material de sobra para a suspeição. Desde o enforcamento de Chocolate, até o fuzilamento de Maurinho Branco – passando pelo assassinato misterioso de Miguel Jorge, o Miguelão, assessor parlamentar, amigo de Nazareno Barbosa, integrante da segurança de políticos e frequentador do Palácio Guanabara – o que temos são informações desencontradas. "Queima de arquivo". Dizem os agentes federais que Maurinho atirou primeiro, daí ter sido atingido por dezenas de disparos de calibres 45 e 9 mm. No Instituto Médico Legal, há quem afirme que no corpo do sequestrador havia mais de 20 tiros.

Execução – O advogado Temístocles de Lima, que retirou os pertences de Maurinho Branco do



Chocolate apareceu enforcado no presídio de segurança máxima e com as mãos amarradas, dias depois de escrever uma carta em que mostrava sua vontade de viver

IML, confirmou que ele recebera mais de 20 disparos, número de perfurações que observou apenas na parte frontal do corpo. E mais, Temístocles espera pela decisão da família, para acionar o Estado. Segundo ele, não houve qualquer tentativa de reação do seu cliente, diante dos policiais. Diz o advogado, inclusive, que Maurinho Branco estava com as mãos posicionadas uma sobre a outra, "o que prova que não esboçou reação". De outra parte, se o sequestrador estivesse portando uma granada, como disseram os policiais, esta teria explodido, pois as mãos de Maurinho Branco foram perfuradas por disparos.

Para o advogado Temístocles de Lima, o que houve é que seu cliente, surpreendido pelo comando federal, quis se entregar, mas acabou metralhado. Por sua vez, amigos de Maurinho Branco comentam que ele sabia demais. Tanto quanto Chocolate e Miguelão. Por isso, "trataram logo de acabar com ele. Há gente importante por trás dos sequestradores. Gente que prometeu segurar a corda, mas na hora H não segurou foi nada".

A par das informações desencontradas, há o caso curioso do croqui que os policiais dizem terem encontrado no bolso do sequestrador. O traçado, feito a lápis, situa, numa região do bairro de Santa Teresa, o Colégio Suíço-Brasileiro, na rua Almirante Alexandrino, onde estudam os filhos do presidente Fernando Collor: Arnon Afonso, 13 anos, e Joaquim Pedro, 11. Para o advogado Temístocles de Lima, é pouco provável que Maurinho Branco conduzisse consigo o mapa de um novo sequestro: "Teria que ser muito burro para fazer isso".

Professor teme – Depois da morte de Maurinho Branco e vendo sua situação piorar a cada instante, Nazareno Tavares Barbosa, o Professor, entrega-se à tarefa de fazer divulgar que já encaminhou o original do seu livro a um editor de São Paulo. Desse livro, há cópias com amigos.

No livro, conforme Nazareno, pelo menos 10 políticos são mencionados em situações comprometedoras. É claro, que Nazareno procura se proteger. Depois de tantas mortes, cada uma mais misteriosa que a outra, Nazareno sente estar chegando sua vez.

Resta saber, se os articuladores da ação policial acreditam na história do livro. De qualquer forma, um livro-denúncia é um livro-denúncia. Por isso, enquanto não lerem o que Nazareno escreveu – ou diz ter escrito – os autores intelectuais dos sequestros e de outros crimes vão deixar que ele viva, embora apertado entre interrogatórios, agora que os amigos influentes sumiram. Viram-lhe as costas.



Maurinho foi metralhado numa cena em que não transparece que quisesse resistir

Louco ou simplesmente audacioso?

Mauro Luís Gonçalves de Oliveira, o Maurinho Branco, era considerado pela polícia como louco. Psicopata. Por isso, os policiais o tinham na conta de audacioso. Capaz das maiores crueldades e sempre agindo com extraordinária frieza. Curioso é que esse perfil coincide com o que pensavam dele seus companheiros do Comando Vermelho.

Maurinho Branco entrou para a vida de crime em 1984, época em que se aproximou da quadrilha de Joel dos Santos, o Joel Bombeirinho, um dos maiores assaltantes de bancos e residências do Rio, morto numa troca de tiros com a polícia, no Morro de São Carlos, em 1986.

Em companhia do chefe, Maurinho Branco praticou um dos seus piores crimes: ajudou Joel a liquidar Ricardo da Silva. A morte foi calculada, bem no "estilo de Maurinho" que, na época era um

simples pivete. Recebeu a incumbência de procurar Ricardo e o fez com perícia. Localizado o adversário, estabeleceu amizade. Ricardo pensou que Joel já não estivesse tão chateado. Não imaginou que sua atuação junto à polícia tivesse sido descoberta. Maurinho levou Ricardo a encontrarse com Bombeirinho. Ricardo acabou baleado, "para ficar sofrendo". Em seguida, jogaram álcool em cima dele e riscaram um fósforo. Ricardo, que pertencia ao Corpo de Bombeiros, foi queimado vivo. Por que tanto ódio? Segundo Bombeirinho, Ricardo devia dinheiro e, além disso, colaborava com a polícia. Funcionava como dedo duro.

Crescendo no crime – No mês de julho de 1988, Maurinho Branco passou a ser figura de destaque no noticiário policial. Juntamente com dois cúmplices, participou de assalto à agência do

Banco do Estado de Minas Gerais-Bemge, em Teresópolis. Após o assalto, Maurinho, Rogério Mendes da Cruz, o Coquinho, e Cláudio Luís da Silva refugiaram-se no sítio do empresário Mohamed Al-Zein. A polícia cercou a propriedade e Maurinho Branco transformou o menino André Luiz Matos, de 15 anos, em seu escudo. Depois, quando o caso foi tomando maiores proporções, aceitou trocar o garoto por cinco jornalistas. Sempre gritando, sempre nervoso, a todos ameaçava. Os jornalistas permaneceram na mira das armas, durante mais de 12 horas.

Após muita conversa, Maurinho Branco aceitou trocar os jornalistas e o garoto pelo delegado Elson Campello. Os parceiros de Maurinho fugiram (Cláudio Luís foi baleado durante a fuga) e ele decidiu vir para a rua Cândido Mendes, no Rio, tendo Campello como refém. Durante todo o trajeto, manteve o revólver apontado para a cabeça do delegado. Embora o motorista desenvolvesse grande velocidade, ele não se alterava. A todo instante, quando o delegado procurava se mexer, advertia: "Mais um movimento e passo fogo".

Esquizóide – Inteiramente dominado pelo ódio, Maurinho Branco era um bandido frio, capaz das piores proezas. Metido na cadeia, após o episódio de Teresópolis, recebeu dos parceiros o apelido de psicopata. Jamais reclamou de ser tratado como louco. Sentia-se até envaidecido. Enturmou-se com o pessoal do Comando Vermelho e, graças a isso, pôde fugir do presídio Ary Franco, em Água Santa, utilizando um falso alvará, fornecido pelo escrevente do II Tribunal do Júri, Beethoven José Manhães. O mesmo escrevente acabou fornecendo alvarás para os traficantes Paulo Martins Xavier, o Paulinho da Matriz e Francisco Monteiro, o Tuchicha. Foi a partir daí, dessa atuação do escrevente Manhães, que a polícia passou a desconfiar do envolvimento de Nazareno Barbosa, frequentador do presídio Ary Franco.

Depois da fuga, Maurinho Branco sumiu do noticiário. Os parceiros até pensavam que tivesse saído do país. Mas, se enganaram. Maurinho Branco elaborava planos. Quando estava tudo armado, foi festejar "o grande negócio" em companhia de Robson Caveirinha, no Morro do Pavão-Pavãozinho.

O sequestro de Medina, dia 6 de junho, deu a Maurinho Branco o título de "grande chefe". No dia da libertação, 26 de julho, já com o dinheiro no bolso, Maurinho se considerava uma espécie de John Dillinger. E como se caracterizava pela ironia, deu ao empresário um gavião de presente, gavião esse que era o retrato vivo de sua personalidade neurótica.



Nazareno disse temer ser executado, caso ganhasse liberdade provisória, e por isso teria proibido seu advogado de requerer habeas corpus

Sequestro é prática antiga

Na década de 70, o Rio foi sacudido por uma onda de sequestros

Naquela época, sumiram crianças e jovens, entre eles os meninos Dudu e Carlinhos Ramírez.

Em 1988, os sequestradores voltaram a agir. As crianças, principalmente filhas de famílias ricas, eram trocadas por altos resgates.

No final do ano passado, os sequestradores despertaram para outra modalidade: capturar os próprios empresários, em vez de seus filhos. O caso de maior repercussão ocorreu em São Paulo, quando Abílio Diniz, do supermercado Pão de Açúcar, foi levado pelos bandidos e a polícia paulista acabou sendo mobilizada.

No Rio, os sequestros começaram a ocorrer com maior frequência a partir deste ano. A 1º de

março, o empresário Marco Antonio Ramos caiu em poder dos marginais. A primeira medida tomada pela família: evitar contatos com os jornais e a polícia.

Mas, foi no mês de maio que os casos de empresários desaparecidos se multiplicaram. Foram sequestrados, em maio: Odilon Pereira Teixeira, dono da Viação Reginas; Mário Miranda, da Viação União; Kurt Hanz, Vicenzo Cícero, Daniel Mayara, dono da gráfica Mayara; Cristine Bueno, filha do dono da fábrica de jeans Inega; João Menchinni, dono da Viação Continental, e Bruno Jordan, filho do dono da empresa de laticínios Spam.

A partir daí, as polícias começaram a se mexer, no sentido de tirar os sequestradores de circulação. Houve a clássica disputa entre Polícia Civil e Polícia Militar. Alguns delegados apelaram para o vedetismo, mas, como os sequestradores estavam atuando de verdade, aos poucos foi se instalando "o espírito profissional" e, mais recentemente, graças à colaboração dos agentes federais, os sequestradores começaram a ser combatidos.

O caso Medina – No sequestro do empresário Roberto Medina, ocorrido dia 6 de junho, os sequestradores exigiram 5 milhões de dólares. A deputada Ana Maria Rattes (PSDB/RJ) e mulher de Paulo Rattes, secretário do governo Moreira Franco, foi ao presídio de segurança máxima Bangu I, para pedir a um dos chefões do Comando Vermelho, Francisco Viriato, o Japonês, que reduzisse o valor do resgate.

A partir desse episódio, algumas questões ficaram claras: 1 - a segurança de Bangu I não era tanta, quanto o governo do Estado anunciaria; 2 - no decorrer das investigações, alguns advogados foram colocados sob a suspeição de servirem como pombos-correios de bandidos, notadamente a advogada Sueli Gonçalves Bezerra, que defendia os interesses do traficante José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha. Os advogados suspeitos tiveram seus registros temporariamente cassados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e Sueli Bezerra está sob regime de prisão preventiva, decretada dia 6 de agosto pelo juiz Orlando Secco, da Vara de Execuções Criminais. Sueli Bezerra é acusada de levar correspondência dos chefões do Comando Vermelho, Rogério Lemgruber, o Bagulhão, e Francisco Viriato de Oliveira, o Japonês, para presidiários, com ordens para que determinados presos fossem executados.

Nome-surpresa – Investigando o sequestro de Medina, os policiais chegaram a um nome-surpresa: Nazareno Barbosa Tavares, o Professor,

Pena de morte é sempre lembrada

No mês de junho deste ano, a Gerp Marketing Research fez pesquisa para o jornal "O Globo" sobre a pena de morte. Uma velha aspiração da direita brasileira. A onda de sequestros e assaltos revolta e, sempre nessas ocasiões, ressurge o estímulo à discussão, para que a pena máxima seja implantada no país.

A pesquisa da Gerp envolveu um universo de 400 pessoas do município do Rio, da Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo. Dos entrevistados, 61% se declararam pela instauração da pena de morte e 51,7% acham que a punição deva ser aplicada, mesmo que a vítima venha a ser libertada.

Dos 61% que defendem a pena máxima, 54,4% acham que ela só deve ser aplicada se a vítima morrer, enquanto 22,6% entendem que ela deva ser aplicada, se a vítima for torturada, e 15,7%, se a vítima for criança,

mulher ou velho; 12,3%, se a vítima desaparecer.

Apesar de a maioria dos entrevistados achar que a atuação da polícia tem sido pouco eficiente nos casos de sequestro (41,5%), 50,8% afirmam que as famílias deveriam avisar imediatamente aos policiais. Dos que defendem a intervenção da polícia, 53,8% justificam sua opinião, dizendo que ela pode ajudar a libertar a vítima, e 31% acreditam que isso facilitaria a localização e prisão dos criminosos.

O curioso desta pesquisa é a pena de morte já existente no país e, em particular, no Rio de Janeiro. Aqui, a cada semana, avolumam-se os corpos nos terrenos ermos da periferia. Mata-se indiscriminadamente, e fica por isso mesmo. De outra parte, é bom lembrar: enquanto pessoas humildes são chacinadas, megadelinquentes andam numa boa por aí, rindo da Justiça e de todos nós.

assessor do governador Moreira Franco. Era o início do desmonte de algumas quadrilhas que mantinham ligações com políticos influentes. A partir do momento em que o Polícia Federal entrou em cena, as investigações foram se aprofundando.

Com a morte de Maurinho Branco, somente quatro chefes sequestradores estão em liberdade: Creval Cravo, Ismael Caetano, o Tulá; Daniel Francisco da Silva, o Dani; e Élcio Merêncio dos Reis. Estão presos: Nilo da Silva, o Nilo Romano; Aluísio Galvão, Raimundo de Sena, o Matusalém; Washington Ubiratã, o Ostinho; Nazareno Barbosa Tavares e Joacy Santana. Os retratos dos sequestradores foragidos estão espalhados pelas delegacias e postos da Polícia Rodoviária no Estado. Da quadrilha que sequestrou Roberto Medina, estão faltando ser presos: Jorge Luiz Biglia, o Doda; Jorge Meirelles, o Nobreza; Luís Cláudio Teixeira da Silva, o Ratinho; Cascão Branco, Rose Peituda, Chiquinho do Ouro, Nelsinho da Mineira e Ronaldo da Luz.



O Brasil depende da revolução educacional para atingir o desenvolvimento

A escola pode mudar o Brasil?

A educação de qualidade é mais que uma simples exigência para a elevação cultural do povo: no mundo atual é a única forma de um país alcançar a sustentar o desenvolvimento econômico, dizem educadores

Procópio Mineiro

A questão educacional mostra sinais agudos de crise, a cada ano. De um lado, os educadores denunciam a progressiva desestruturação do ensino público, enquanto, do outro, o ensino privado – ao qual acorre a classe média – sofre igual crise de qualidade, embora possa dar-se ao luxo de aplicar as leis de mercado à demanda crescente: quer preços livres e, para tanto, praticou uma semana de locaute, em escala nacional, em meados deste mês de agosto.

Os colégios particulares já ganharam a questão, porque, em pleno locaute, o presidente Collor de Mello baixou a medida provisória 207, eliminando qualquer controle do Estado sobre o custo do ensino privado. A partir de agora, colégios e pais é que terão de acertar diretamente as mensalidades.

Qual será o efeito sobre a educação nas escolas particulares? As direções terão a sensatez de propor preços suportáveis, conscientes das peculiaridades deste negócio? Os pais terão condições reais de negociar com os donos

de colégios? O Estado subsidiará as famílias que não puderem mais enfrentar as novas mensalidades? Ou, para preservar sua alegada postura liberal, o governo deixará esse mercado particular do ensino funcionando livremente e reservará os recursos do Estado apenas para o ensino público?

O dilema real, segundo educadores, está na falta de vontade dos poderes públicos em oferecer à população, como é dever constitucional do Estado, um ensino de qualidade.

Conhecimento – É um debate antigo, que se prende à própria concepção do futuro nacional. Os defensores do ensino público de qualidade apontam-no como o único instrumento de abertura dos caminhos para o desenvolvimento, partindo do pressuposto de que só um povo dotado de sistema educacional competente atinge o desenvolvimento moderno, que se baseia em conhecimento e técnica.

A primeira experiência em larga escala de um sistema educacional dotado dessas potencialidades foi testada no Rio de Janeiro, no governo de Leonel Brizola,

que implantou um projeto especial de educação, cujo núcleo são os Centros Integrados de Educação Pública-Cieps. Tema de apaixonados debates pré-eleitorais nos últimos oito anos, o modelo Ciep parece penetrar cada vez mais nas reflexões de educadores de todo o país, uma vez que oferece uma saída para um ensino público de qualidade que atinja toda a população.

Em recente encontro de educadores em Niterói, o professor Paulo Freire atestou a importância da experiência levada a efeito no Rio de Janeiro, expressando ao professor Darcy Ribeiro sua opinião de que o modelo Ciep, a escola de qualidade e tempo integral para as massas populares, “é a grande revolução da educação brasileira”.

Polêmica – Ciep ou que outro nome possa ter em outras regiões do país, uma escola pública que cumpra sua função de elevar o nível educacional e cultural do brasileiro será tema ainda de debates prolongados, que, aliás, começaram no início do século e que resultaram numa experiência pioneira, nos anos 30, através do professor Anísio Teixeira e de sua

Escola-Parque.

A intensidade das discussões é comprovada pela polêmica de meses atrás, quando o conhecido educador carioca Lauro de Oliveira Lima apareceu nas páginas do caderno "Idéias", do Jornal do Brasil, com um artigo de severas críticas aos Cieps. Acusando o programa planejado por Darcy Ribeiro e por outros educadores renomados de ser uma proposta vazia de conteúdo pedagógico, Lauro de Oliveira Lima, que se dedica ao ensino particular, criticou o custo de construção dos prédios dos Cieps e chegou mesmo a investir contra o fato de as crianças permanecerem oito horas na escola, considerando que isso representaria uma espécie de confinamento infantil.

Um artigo irônico de Darcy Ribeiro – além de responder às críticas e destacar os possíveis interesses imediatos daquele educador, dono de escola para a classe média alta – ajudou a acender a polêmica, de que participaram educadores e leitores do jornal, destacando as propostas pedagógicas do modelo Ciep e mostrando como a escola pública de tempo integral é comum nos países do Primeiro e do Segundo Mundo, sendo a base sobre a qual se construiu o desenvolvimento daqueles países.

A polêmica não se esgotou, mas, cada vez mais, se torna estreita a faixa da pura opinião ou da ideologização do debate: hoje, de um lado existe a escola pública tradicional e sua reconhecida falência, de que se beneficia a escola privada – sem contudo conseguir dar resposta em quantidade e qualidade às necessidades do país – e, do outro lado, já existe um modelo em teste, de objetivos ambiciosos e que mostra plena viabilidade, segundo os educadores nele envolvidos. A tendência parece ser a de confrontarem, cada vez, os resultados dos três modelos – o particular, o público tradicional e o representado pelo Ciep. Para tanto, poucos anos poderão bastar, para que a polêmica se esgote pela força dos resultados de cada tipo de educação.

Na opinião de educadores envolvidos na luta pela escola pública de qualidade, restará ainda esperar que a mentalidade imperante se transforme e desperte para a importância de o país contar com uma nova filosofia de educação para sua população.

Só a educação desenvolve

A escola pública brasileira deixou de ser capaz de ensinar

A educadora e historiadora Maria Yedda Linhares, professora de pós-graduação na Universidade Federal Fluminense, está há muito envolvida nos embates da transformação do panorama do ensino brasileiro e defende um ensino público capaz de educar adequadamente as massas populares. Participante do projeto dos Cieps no Rio de Janeiro, onde foi secretária de educação, Maria Yedda considera que o futuro do país depende da transformação de sua estrutura de ensino, particularmente o primário e secundário.

A escola tem um papel no desenvolvimento brasileiro?

– É impossível mudar uma sociedade sem a educação. Precisamos admitir que o ensino público de qualidade faz medo, porque ele vem para mudar, para tornar-se um instrumento transformador da sociedade brasileira. É impossível ter um país desenvolvido, um país avançado, sem uma mocidade letizada, capaz de ler e escrever. As elites brasileiras não admitem que isso ocorra, porque, no fundo, a sociedade brasileira continua dividida entre os que têm e os que nada têm, entre os poderosos e os pobres. Uma escola que venha modificar esse panorama é vista como perigosa. Isto é o que explica a sistemática destruição da filosofia dos Centros Integrados de Educação Pública-Cieps pelo atual governo fluminense.



Maria Yedda: Brasil está atrasado um século na estrutura educacional

O curioso desfecho da pesquisa é a Qual é a base da concepção do modelo Centro Integrado de Educação Pública-Ciep?

– Os Cieps foram criados para mudar a escola pública. O Ciep não é uma outra escola, mas a verdadeira escola pública, que deveria sempre ter existido no país, como existe nos países desenvolvidos do mundo. É uma escola capaz de redimir o ensino público, de superar a escola atual, que não passa de uma tapeação, um brinquedo, um faz de conta. O Ciep, ao contrário, é a escola de tempo integral, que atende a criança de forma adequada, que prevê todas as possibilidades de aprendizado e de integração da criança a seu meio e a sua comunidade e que permite ao aluno aprender e passar de ano, em lugar de ficar marcando passo com reprovações sucessivas, como ocorre hoje. A escola pública no Brasil deixou de ser a escola capaz de ensinar. O Ciep é a nova escola, aquela que vai redimir a escola pública e desenvolver a criança como ser humano e não como simples elemento estatístico.

A experiência implantada pelo governo fluminense anterior chegou a ser pejorativamente definida como uma espécie de pensão infantil.

– É tão fácil responder a isso. Pergunto: e o holandês e o dinamarquês? As crianças dolicocéfalas louras da Europa

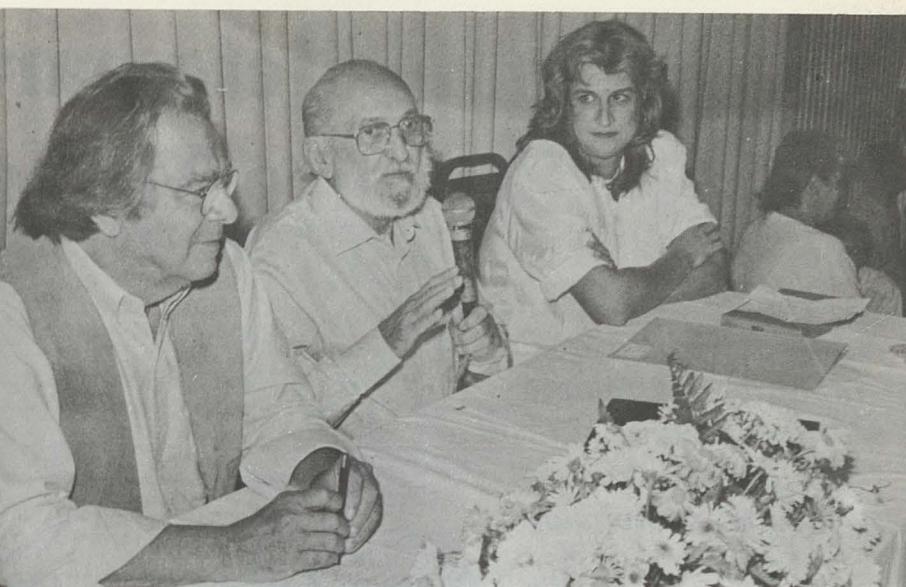
passam o dia na escola, elas fazem suas refeições na escola. Por que as nossas crianças pobres não podem ter o mesmo tipo de educação? Criança tem de passar o dia na escola, como acontece na França, na Suécia, na Alemanha, na Inglaterra, no Japão. Por que no Brasil não pode? Como crítica, dizem que o Ciep é uma escola assistencial. O que está por trás dessa crítica? O que está por trás é o medo de que a escola pública volte a ser uma escola eficiente.

A educação nacional está rediscutindo a escola pública?

—O Ciep vem despertando grande interesse nos educadores brasileiros, pelo fato de conter uma proposta pedagógica inovadora e de criar uma escola verdadeiramente brasileira. Há uma quantidade muito grande de teses que estão sendo desenvolvidas sobre o assunto em diversas universidades do país. O Ciep é tema, igualmente, de sucessivos encontros de professores e tem sido alvo de interesse de algumas prefeituras. A própria Câmara Municipal de São Paulo promoveu, recentemente, um amplo seminário sobre o assunto, com a participação de centenas de prefeitos e secretários de educação e cultura de municípios paulistas. O mesmo ocorre no Paraná e em outros pontos do país.

Ocorre um avanço, então?

—Não sei dizer se as esferas governamentais estão conscientizadas da questão. Eu acho que ainda falta muito a fazer, para que a mentalidade política apresente mudanças positivas em relação à educação. As classes dominantes precisam modificar sua visão a respeito da questão educacional brasileira. Isto, aliás, é um desafio enorme para elas, pois nessa mudança de mentalidade está envolvida a própria sobrevivência dessas classes. Se não mudarem, não sobreviverão. Sem um projeto nacional adequado de integração, pela educação, das populações marginalizadas, nosso futuro é



O professor Paulo Freire, ao centro, defende a escola popular de tempo integral, em seminário de educadores realizado em Niterói

incerto. A continuar como está, não sei o que pode acontecer a este país.

O que ocorreu em outros países?

—Já no século passado, a Alemanha, os Estados Unidos, a Inglaterra, a Fran-

“Criança tem de passar o dia na escola, como acontece na França, na Suécia, na Alemanha, na Inglaterra, no Japão. Por que no Brasil não pode?”

ça desenvolveram sistemas educacionais absolutamente exemplares, que foram a base sobre a qual aqueles países sustentaram o desenvolvimento, transformaram-se nos grandes países capitalistas e comandaram o mundo. Hoje, quando os Estados Unidos enfrentam os desafios dos outros gigantes capitalistas, é sintomático que um dos grandes debates nacionais que lá se trava seja

exatamente a respeito da escola pública e da necessidade de redinamizá-la. Lá a consciência da relação da educação de massa de qualidade com o desenvolvimento nacional é muito clara. No Brasil, ao contrário, ocorre o que vemos: elites empedernidas na visão atrasada, partidos políticos — até alguns que se dizem de esquerda — combatem a educação pública de qualidade, apenas por acharem que é uma bandeira levantada por um concorrente, no caso o PDT.

É um clima de mediocridade, tanto nas elites das esquerdas, quanto nas elites da direita. Estas, como se sabe, combatem a educação pública, para manterem seus lucros com a escola particular. Aliás, o Brasil é o único país do mundo em que se faz fortuna com o ensino. Não existe isso nos Estados Unidos, onde as escolas particulares são fundações, tal como na Inglaterra, supervisionadas pelo Estado. Mas, no Brasil, escola é negócio, é comércio.

Por isso, se torna ainda mais estranho ver grupos progressistas combatendo a mudança radical no ensino brasileiro proposta pelo modelo dos Cieps. É preciso ter uma visão histórica mais larga, entender melhor o mundo, refletir profundamente por que somos hoje o que somos. Mas, nossa esquerda ainda tem visão estreita, mentalidade apurada, do ponto de vista político.

P.M.

Um projeto para o Terceiro Mundo

*O desafio nacional
é dar educação de
qualidade às massas
populares, único
meio de realizar
o desenvolvimento*

Darcy Ribeiro*

Nossas classes dominantes de filhos e netos de senhores de escravos sempre olharam a população pobre, predominantemente negra ou mulata, como uma reles força de trabalho, um precário carvão humano, para queimar na produção de mercadorias. Em consequência, jamais privilegiaram a escola pública comum, como ocorreu em todos os países que se modernizaram. Ao contrário, deixaram que a escola se deteriorasse, não dando ouvidos a todos os educadores responsáveis que clamavam contra essa cegueira política e essa irresponsabilidade social.

Anísio Teixeira – como de resto todos os nossos educadores – pregou a vida inteira que a educação não pode ser privilégio de classe, porque numa civilização letreada todos têm que aprender a ler, escrever e contar. Se se dissesse, como objetivo real da escola, o que ela efetivamente alcança, se poderia dizer que nosso sistema educacional existe apenas para ensinar a maioria de seus alunos a desenhar o próprio nome. A imensa maioria das crianças brasileiras saem da escola, depois de três ou quatro anos, incapazes de ler um anúncio de jornal ou de escrever um bilhete. Precisamos abrir os olhos para a realida-



Darcy: contra a atual escola desonesta é possível desenvolver aqui o ensino que deu certo nos países avançados

de de que isto não se dá por acaso, mas como resultado real da escola que temos.

Contra os pobres – Efetivamente, temos uma escola pública essencialmente desonesta, porque se ajusta, de fato, é à minoria dos seus alunos: aqueles oriundos das classes médias, que têm casa onde estudar e, nessa casa, quem estude com eles. Exatamente os que, a rigor, nem precisariam da escola para ingressar no mundo letrado. Em consequência, essa escola repele e hostiliza o aluno-massa, que dá por imaturo e incapaz. Até prova que assim é, através dos célebres testes de aptidão. Só se esquece de que 80% de crianças que fracassam nesse teste são exatamente as pobres, que mais necessitam da escola pública, porque só nela teriam uma porta para a escolarização e a instrução.

Disto, resulta que mesmo em metrópoles ricas, como São Paulo, Rio ou Belo Horizonte, só uma minoria de algo como

30% dos alunos completam a quarta série primária. Assim é porque nossa escola do passado, já precária, deteriorou-se irremediavelmente nas últimas décadas, ao desdobrar-se em turnos. Isto se deu, quando ela foi chamada a atender a massa de alunos pobres que se concentrou nas cidades, quando a população brasileira, majoritariamente rural, passou a ser predominantemente urbana.

Solução universal – A escola de dia completo, vale dizer, a que atende seus alunos das 7 ou 8 da manhã até as 4 ou 5 da tarde, não é nenhuma invenção do Brixola nem minha, nos Cieps. Este é o horário das escolas de todo o mundo civilizado.

Todas essas horas de estudo são absolutamente indispensáveis, para fazer com que o menino francês aprenda a ler e escrever em francês, ou o japonês em japonês, etc.. Oferecer a metade dessa atenção, e às vezes menos ainda, a uma

criança mais carente que a daqueles países, porque afundada na pobreza e porque recentemente urbanizada, é condená-la a fracassar na escola e, depois, na vida.

Aliás, se poderia até alegar que este fracasso é, de fato, um sucesso, porque as classes dominantes brasileiras têm, efectivamente, como meta educacional não educar o povo, mas deixá-lo bronco e xucro, para fazê-lo assim mais manipulável. Só peço que não se caia na tolice de dizer que isso corresponde ao regime em que vivemos, e que só um socialismo de tipo cubano permitiria educar nossa população. Não é assim: o capitalismo foi capaz de dar boas escolas, escolarizando toda a população, inclusive necessitou fazê-lo, para realizar suas potencialidades, o que só é possível com uma força de trabalho letitra.

Atendimento integral – Há quem diga, em sua ignorância, que escola não é pensão. Besteira. Onde há escola de dia completo, que retém seus alunos por oito horas, é indispensável dar-lhes pelo menos uma refeição. Isto é o que se faz no mundo inteiro. Quando os pais podem pagar, pagam, mas os filhos, cujos pais não pagam, comem também na mesma comida. Não se serve lá é o cafezinho, com um copo de leite e uma fruta, que acrescentávamos nos nossos Cieps. Tivemos também que servir o jantar, porque depuramos, nas áreas periféricas, que é onde se concentram os Cieps, com populações

tão carentes, que nenhuma criança deixou nunca de comer o jantar por preferir a eventual ceia de casa.

Como em todas as escolas do mundo, davaímos ginástica e recreação, indispensáveis para crianças em fase de crescimento e, sobretudo, para quem estuda numa escola de dia completo. Acrescentamos a isso o banho diário, que corresponde ao bom hábito índio-brasileiro de se banhar todo dia, mas também à necessidade de fazer frente à praga de piolhos, sarnas e perebas, que chagam nossas crianças das camadas pobres.

Há também os ignorantes que acusam os Cieps de faraonismo. De fato, eles representam a política oposta à vigente até hoje entre nós. O secretário de educação de Carlos Lacerda – dono, aliás, de um colégio para meninos ricos – dizia que criança que vive em barraco pode, perfeitamente, estudar em escola de barraco. Desde então, difundiu-se a idéia de que o povo não precisava de bons edifícios escolares.

Eu me recordo de que a escola em que



Por incrível que pareça, a alimentação na escola causou aversão às elites

estudei, numa cidade do interior de Minas, era o melhor edifício da cidade. As escolas feitas pela Primeira República ainda estão de pé e são belos edifícios. Recordo, ainda, que as vinte e tantas escolas, deixadas por Anísio Teixeira e construídas na década de 30, custariam hoje, cada qual, muito mais caro do que um Ciep.

Atrás dessa crítica, o que se esconde é a velha ojeriza da classe dominante brasileira e de seus intelectuais servis, a nosso povo, que para eles não merece nada. Por isso, somos o segundo produtor mundial de alimento, mas, nas últimas décadas, diminuiu a produção de feijão ou de farinha de mandioca, que é o que o povo come, enquanto crescia a de álcool, para quem tem carro, e a de soja, para engordar porco no Japão, ou frangos na Alemanha. Com as escolas públicas também sempre houve a mesma má vontade, expressão do mesmo desprezo pelo povo.



A proposta dos Cieps alimenta o debate sobre a escola Integral para as massas populares

* O professor Darcy Ribeiro criou a Universidade de Brasília, foi Chefe da Casa Civil no governo Goulart e, durante o exílio, nos anos 60 e 70, trabalhou em diversas universidades do exterior, na América Latina e Europa. No período do governo Brizola, no Rio de Janeiro, implantou o Programa Especial de Educação, cuja espinha dorsal são os Centros Integrados de Educação Pública-Ciep, programados para atender mil crianças em tempo integral

CSN, patrimônio do povo

Endividada pelo governo e obrigada a aviltar seus preços, também por decisão governamental, a estatal agora enfrenta o risco da privatização, quando bastaria remover os desmandos que a debilitaram

Severo Gomes*

Quando a Companhia Siderúrgica Nacional estava sendo construída, um grupo de empresários paulistas foi convidado a visitar as obras. Depois de ciceronear a turma, o então coronel Edmundo de Macedo Soares fez uma palestra sobre a importância da usina para o futuro desenvolvimento industrial do país. Os cronistas da época relatam que o discurso caiu no vazio: as elites econômicas não conseguiam entender o alcance daquele empreendimento.

Essa alienação, quanto ao significado do esforço de nosso povo para criar a grande siderurgia, parece continuar a mesma até hoje. Daí a constância com que, ao longo do tempo, se juntam os esforços dos interessados em quebrar essas empresas com os interessados na privatização delas, sem que surjam resistências organizadas contra o saque do patrimônio público.

A história da crise da Companhia Siderúrgica Nacional quase que se confunde com a de sua resistência. Desde o início, a empresa foi obrigada a pagar o custo de seu pioneirismo na industrialização do Brasil, tornando-se uma fábrica de sua própria fábrica. Como nada existia antes dela, a Companhia Siderúrgica Nacional teve que fazer praticamente tudo de que necessitava – e que o setor necessitaria mais tarde. Por isso, sua implantação resultou cara.

Na etapa de sua modernização, a partir de 1974, a CSN instalou o maior e até hoje mais moderno alto-forno das Américas. Em busca de maior eficiência, ela contraiu dívidas no exterior, na aquisição de equipamentos para sua expansão. Mas, esses compromissos estavam conformes a sua capacidade de pagamento.

Entretanto, em 1974 se iniciava um novo ciclo da economia internacional e também da brasileira. Depois de algum tempo, a CSN era chamada a negociar empréstimos internacionais, não para girar seus negócios, mas para ajudar o governo a fechar seu balanço de pagamentos.

Como retribuição ao auxílio que deu à rolagem da dívida externa, tomando empréstimos que não lhe eram destinados, a CSN foi brindada com duas maxidesvalorizações da moeda. As divisas que fizera como favor ao governo dobraram do dia para a noite, comprometendo o



Severo: os espertinhos agora querem privatizar a CSN

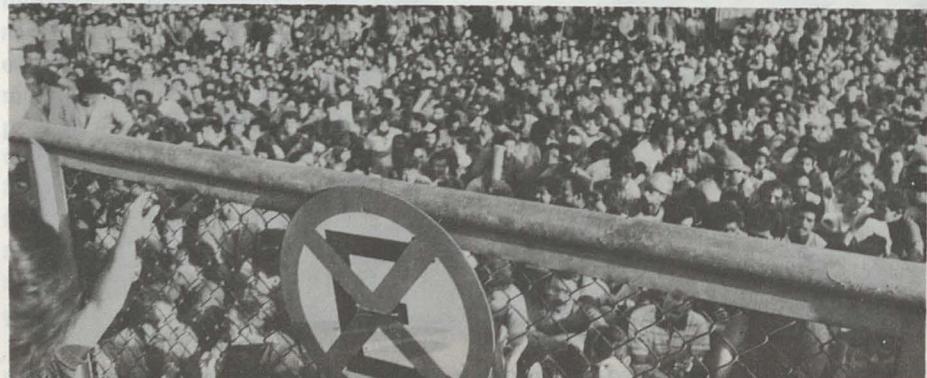
equilíbrio financeiro da empresa.

Se isto não bastasse, os tecnocratas do setor econômico, empenhados em obter o máximo das exportações para conseguir dólares, mantiveram artificialmente baixo o preço do aço durante anos, a fim de melhorar a competitividade das indústrias naval e automobilística.

Esmagada pelos juros externos, e pela política interna de preços, a Companhia Siderúrgica Nacional chegou ao estado em que hoje se encontra. Agora, alguns espertinhos querem colocar lá dentro mais um monte de dinheiro público – a título de sanear a empresa – e depois privatizá-la.

Ora, as causas da crise da Companhia Siderúrgica Nacional são de todos conhecidas. Basta remover as consequências dos desmandos que a vitimaram nos últimos anos, que ela voltará a ser novamente uma empresa sólida. Assim, salvaremos esse marco da industrialização brasileira e exemplo de operosidade de nosso povo.

*Severo Gomes (PMDB/SP) é senador. Durante parte do governo Geisel, dirigiu o então Ministério da Indústria e Comércio.



CSN: os operários estão mobilizados para salvar a siderúrgica

Os sertanejos na parada

Impulsionados pelas novelas de maior audiência, a música sertaneja ganha um espaço novo e começa a testar um visual urbanizado, indicador de que desperta o interesse industrial do setor dos discos

Paulo Marinho

Transportada para os grandes centros urbanos através das migrações internas, a música sertaneja percorreu uma longa estrada até ocupar os horários nobres da poderosa mídia eletrônica. Fiel às suas origens até vinte anos atrás, quando só era executada em programas radiofônicos segmentados, o gênero está trocando as tradicionais violas, com as quais saiu do meio rural, por novos instrumentos e um visual adequado ao veículo televisivo.

Se, por um lado, as grandes audiências ampliam ainda mais o mercado da música caipira, por outro são imprevisíveis as transformações que a indústria eletrônica pode produzir sobre uma das mais representativas manifestações artísticas da cultura brasileira.

Vendendo tanto quanto o cantor Roberto Carlos, recordista nacional, a dupla sertaneja Chitãozinho e Xororó viu seus discos saírem rapidamente das prateleiras, a partir do momento em que a música "No Rancho Fundo", de Ary Barroso, contida na trilha sonora da novela "Tia da Agreste", levou os dois astros da música caipira ao programa "Globo de Ouro", igualmente veiculado pela TV Globo. A novela "Pantanal", da Rede Manchete, é outro extraordinário reforço para o gênero sertanejo.

"Apesar de existir há 17 anos e ter o



Chitãozinho e Xororó, lado a lado com o apresentador Irani, representam a fortuna e o visual novo dos sertanejos de hoje

show mais requisitado e caro do país, a dupla Chitãozinho e Xororó – impulsionada por "Tia" – só teve a ganhar com a excepcional audiência de um programa capaz de atingir 80 milhões de brasileiros – garante o radialista e cantor Irani dos Santos, que há 13 anos divulga a música sertaneja em seus programas radiofônicos no Rio de Janeiro.

Único radialista carioca a executar só música sertaneja de raiz, em detrimento do forró e do gênero jocoso, Irani lembra que tudo começou com um programa pioneiro levado ao ar pela TV Sílvio Santos, às 10 horas das manhãs de domingo, com a dupla João Mineiro e Marciano: "Quando o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) começou a registrar aumento de audiência no horário, a TV Globo entrou na concorrência. Isso fez com que as portas se abrissem, com mais facilidade, para todos os que trabalham com este tipo de música, notadamente os representantes da chamada música sertaneja" – acrescentou.

Hora da TV – Para o professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Moniz Sodré,

o fenômeno da música sertaneja deve, necessariamente, ser observado à luz de sua inserção nos veículos de comunicação: "Esta arte, originada do meio rural, só se tem propagado através do rádio e, ultimamente da televisão, que acaba expandindo o mercado fonográfico. A TV não descharacteriza a essência da manifestação e, na prática, está apenas incorporando um gênero, na medida em que o público e a demanda por este tipo de música crescem".

Moniz Sodré menciona um detalhado estudo – "O Acorde na Aurora" – publicado há alguns anos sobre o assunto. O trabalho demonstrou que o então desconhecido público da música caipira era responsável pela fortuna de duplas totalmente desconhecidas do grande público. "Assim como a literatura de cordel é, hoje, mais forte no eixo Rio-São Paulo do que no Nordeste, a música sertaneja também se incorporou às grandes cidades, com o êxodo rural e o consequente deslocamento de verdadeiras populações, a ponto de a capital paulista propiciar bom faturamento a cerca de 1.200 duplas caipiras" – explicou.

O também promotor de eventos sertane-

nejos Irani dos Santos assegura que o Rio de Janeiro, a cidade do samba, também tem muitas duplas sertanejas e um público que cresceu bastante nos últimos três anos. A seu ver, a aparição dos sertanejos na TV contribuiu, decisivamente, para que desapareçam os preconceitos ainda existentes contra o gênero. Ele próprio investiu no filão e deu entrada franca, durante um ano, às cerca de 40 pessoas que compareciam todo primeiro domingo do mês no Lambada Clube de Madureira. "Hoje – anuncia – cobramos ingressos e não recebemos menos de mil pessoas, a cada espetáculo realizado".

Inovações – Mesmo reconhecendo a eficácia de um veículo que facilita a penetração do gênero e amplia o mercado, Irani dos Santos teme a preferência que um canal, poderoso como a TV Globo, dá àquilo que já vem sendo chamado de música jovem sertaneja.

"Tonico e Tinoco, que se apresentam com duas violas e já gravaram 72 LPs, eram os maiores há 20 anos. Mas hoje, sem a necessária divulgação, não são mais conhecidos do grande público. A modernização por que passamos, com a utilização de orquestras, violinos e aparelhos tecnológicos, pode acabar inibindo a maneira tradicional de o músico caipira se apresentar" – alertou.

Na opinião do professor de Comunicação da UFRJ, Moniz Sodré, as inovações, introduzidas na forma de apresentação da música sertaneja, não são capazes de modificar seu conteúdo, já que a matriz originária preserva as tradições das vio-



Sertanejos urbanizados: face atual, sentimentos de sempre

las e acordeões. Essas modificações, a seu ver, variam na medida exata da projeção do artista que, ao alargar seu público, utiliza, com a inevitável orientação da indústria, recursos e técnicas para consolidar a fatia de mercado conquistada. Sodré argumenta que um concerto do legendário cantor country Willie Nelson, nos Estados Unidos, tem um aparato comparável aos efeitos e artifícios usados por grupos de rock como os Rolling Stones e, nem por isso, a *country music* é descaracterizada.

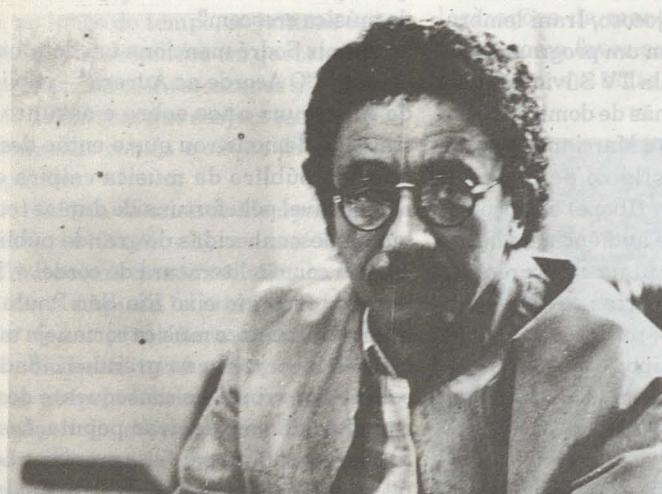
Papel do rádio – Mas, a julgar por dois episódios ocorridos no decorrer do ano passado, ainda cabe ao rádio o papel preponderante na divulgação e disseminação da música caipira. O radialista Irani, que conduz dois programas dedicados ao gênero – um na Rádio Bandeirantes, às terças-feiras, das 8 às 8h30m, e outro na Roquete Pinto, de segunda a sexta, das 4 às 7 da manhã – aponta

a força do rádio: "No início de 89, para promover um show com as duplas Tonico e Tinoco e Christian e Ralph, na gafieira Asa Branca, na Lapa, centro do Rio, a gravadora Continental desprezou os diversos programas de rádio, concentrando a divulgação apenas no sistema Globo. E teve que amargar um fracasso de público".

Não satisfeita, a mesma gravadora voltaria a insistir no erro, no mês de agosto, quando os mesmos Tonico e Tinoco, a dupla Mato Grosso e Matias e a cantora Roberta Miranda se apresentaram na Praça da Apoteose: apenas duas mil pessoas compareceram à Passarela do Samba (onde são realizados os desfiles das escolas de samba, no carnaval carioca).

Na opinião de Irani, isso demonstra que o rádio ainda é o grande veículo da música caipira porque, na mesma época, "anunciamos, em nossos dois programas, o show da cantora Suzimar e 2.500 pessoas foram assisti-lo em Madureira, na zona norte carioca", concluiu.

O novo prestígio que a música sertaneja adquire com o apoio da TV certamente reserva algum tipo de evolução ao gênero, pois o interesse da indústria fonográfica, que está por trás do processo, representa, sem dúvida, uma opção definitiva de incluir o público dos grandes centros entre os consumidores da música rural.



Sodré: com migrações, a música rural também se urbanizou

Pesquisador faz descoberta sobre toxoplasmose

Os novos conhecimentos permitirão tratamento mais adequado aos doentes

Prof. Krishnamurti Sarmento

A toxoplasmose é uma doença causada pelo *Toxoplasma gondii* e retira seu nome da palavra grega *toxo*, que significa arco, que é a forma principal daquele parasito unicelular. O mal tem sido tema de pesquisa do cientista brasileiro Luís Galileu Spoladore, que conseguiu uma forma de detectar a presença do parasito diretamente no sangue periférico dos doentes, o que significará extraordinário avanço no tratamento do mal.

Entre os animais domésticos que podem transmitir a doença, o gato é a mais frequente fonte de contaminação, vindo, depois, o cão, o pombo, o coelho, etc.. Ao brincarem em locais de areia, onde gatos e cães eliminam fezes, as crianças contaminam-se facilmente com os ovos (oocistos) capazes de transmitir a doença, num período de incubação de até um ano.

Epidemiologia - O mal pode acometer todas as pessoas, em todas as idades, inclusive o feto por via placentária, causando inúmeras lesões, como inflamações e malformações: encefalite, meningite, abcesso cerebral, calcificações cerebrais, hidrocefalia, macrocefalia, microcefalia.

Há certa dificuldade no diagnóstico definitivo de toxoplasmose. Disso decorre a importância da descoberta do parasito diretamente no sangue periférico, feita pelo pesquisador Spoladore, conforme trabalhos publicados no "Jornal Sul-Tropical de Medicina" (1(1):1-44, 1988) e (2(1):1-46, 1989).

Sabe-se, que mulheres gestantes, que obtêm resultado negativo ao fazerem teste de imunofluorescência indireta para toxoplasmose, podem dar nascimento a filhos com toxoplasmose congênita. Igualmente, a corioretinite em pessoas adultas, levando à cegueira, pode ser de origem toxoplasmática, embora os testes imunológicos possam ser negativos, não acusando o agente etiológico dessa doença.

Pesquisa - Noventa e cinco por cento das pessoas examinadas, nos estudos do prof. Spoladore, mostraram-se com um parasito morfológicamente e tintorialmente semelhante ao *Toxoplasma gondii* isolado no sangue periférico. As que apresentavam grande número desses parasitos (variando entre 30 mil e 100 mil parasitos por mm³) também apresentavam um ou mais dos seguintes sintomas: câimbras, prurido cutâneo, leucoderma (manchas brancas), dor epigástrica e gastrite, enurese noturna e ranger de dentes durante o sono, sangramento gengival, dermografismo (pele sensível), dores osteoaarticulares, dores musculares e cansaço matinal, anemia, dor no couro cabeludo e queda de cabelos, rinite alérgica e dificuldade em qualquer



A toxoplasmose é transmitida por animais que convivem com o homem, o que exige atenção redobrada

das quatro fases da memória.

O tratamento para toxoplasmose faz regredir esses sinais clínicos dentro dos dois primeiros meses, na maioria dos casos.

O mais recente trabalho a ser publicado, com relação a hematoparasitose sTG (sTG: semelhante ao *Toxoplasma gondii*), é sobre a asma associada. É uma análise de 30 casos de asma, de um total de 1.235 casos de hematoparasitose sTG. Ficou evidente, nas pesquisas, que a redução progressiva do número de prasitos sTG no sangue periférico correspondia à cessação das crises de asma.

Comentário - Para nós, que acompanhamos este trabalho de pesquisa, trata-se, sem dúvida, do *Toxoplasma gondii* no sangue periférico, que, por princípio ético, ainda é chamado pelo pesquisador de parasito semelhante ao *Toxoplasma gondii*.

Como em toda pesquisa, principalmente na medicina, o surgimento de algo novo traz satisfação a todos nós, ao presenciar as pessoas livres de sofrimentos antes não debelados.

Esperamos a colaboração de pesquisadores, universitários e centros de estudos de qualquer país, para estabelecer, definitivamente, mais um avanço em prol da saúde, que sabemos não ter fronteiras.



O dumping de Hollywood

“O governo brasileiro subsidia o cinema estrangeiro”. A afirmação é do cineasta Roberto Farias, que enumera os benefícios concedidos: isenção de impostos de importação, facilidade de remessa de divisas, garantia de câmbio oficial e não-pagamento de imposto de renda progressivo.

Segundo Farias, tudo começou há 60 anos, quando missões diplomático-comerciais vieram ao Brasil, para obter vantagens com as exportações cinematográficas. “Naquele momento”, explica, “o Estado brasileiro escolheu o caminho que inviabilizaria a indústria do cinema nacional”. Desde então, foi se implantando no Brasil a falsa idéia de que os produtos cinematográficos estrangeiros eram meramente “artigos culturais”, ao invés de produtos da indústria do cinema dos Estados Unidos. E, desse modo, o cinema estrangeiro ganhou o mercado nacional, com todo o seu poder de indústria e todas as benesses de ser considerado apenas “artigo cultural”.

O filme estrangeiro sempre esteve fora da regra de remessa de lucro dos 12%, que atinge todos os produtos industriais do exterior. Por não pertencer à categoria de produto industrial, nunca pagou taxas alfandegárias e sempre remeteu os 60% de suas bilheterias.

Em consequência dessa distorção, nunca existiu capital estrangeiro interessado em instalar no Brasil, qualquer setor da indústria cinematográfica dos chamados países ricos. Para instalar um estúdio, observa o cineasta, as regras são as dos 12%. Portanto, não existe interesse da indústria do cinema norte-americano – que também converte em dólares oficiais os 60% de sua remessa de lucro – em colocar filiais por aqui.

“O filme estrangeiro no Brasil”, concluiu o cineasta e presidente do extinto Concine, em documento arquivado naquela entidade, “vive num verdadeiro paraíso fiscal”.

Fome no celeiro

Pelo menos um-terço do povo brasileiro vive em condições de subnutrição grave, em todas as partes do país: nas zonas de floresta, no Nordeste, nas cidades do Sul e do Sudeste, onde se acumulam, em áreas periféricas miseráveis ou em aglomerações faveladas, dezenas de milhões de brasileiros.

Dados de uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Proteção à Infância e à Adolescência-Abrapia constatam a gravidade da situação.

Os técnicos envolvidos no trabalho, como o psicólogo Irineu Gomes Correia, chamam a atenção para o fato de que a desnutrição, sobretudo na faixa da primeira infância, certamente envolve danos ao cérebro, além dos efeitos negativos no desenvolvimento corporal. Os estudos da Abrapia pretendem

revelam que o Nordeste lidera a desnutrição infantil, com o alarmante índice de 46,1%, seguido do Centro-Oeste com 25,7%; Sudeste, 21,7%; Sul, 17,8%; e Norte, com 7,6%, neste caso não incluindo a situação na zona rural.

Os levantamentos da Abrapia revelam não apenas uma problemática de saúde, mas, sobretudo, uma questão política: o que permite que se agrave dessa forma a vida do brasileiro, num país de imensas terras agricultáveis e que produz e exporta alimentos?

Os especialistas envolvidos na pesquisa – psicólogos, médicos, nutricionistas, neurologistas – pensam que grupos multidisciplinares serão capazes de recuperar crianças afetadas pela desnutrição, mas reconhecem que não haverá con-



A desnutrição é grave em todo o país

aprofundar a análise da relação entre a alimentação insuficiente e lesões no cérebro, que estariam provocando no país o surgimento de uma espécie de sub-raça, pessoas definitivamente afetadas pela fome em sua estrutura corporal e em sua formação cerebral.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de março deste ano,

dições efetivas de dar atendimento às multidões de necessitados.

Mais do que nunca, torna-se claro que a epidemia da desnutrição tem causas políticas e, portanto, somente desaparecerá com ações políticas, que envolvem, em última análise, a própria concepção da sociedade que o brasileiro pretenda construir.

Comer, ler, viver

Estudo da ONU elaborou uma classificação das nações, de acordo com o Desenvolvimento Humano, conceito baseado na expectativa de vida, grau de alfabetização e poder de compra básica dos cidadãos.

As surpresas foram inúmeras. Os Estados Unidos, por exemplo, não aparecem entre as dez nações que melhor oportunidade de desenvolvimento humano oferecem aos habitantes, alcançando apenas a 19ª posição. É o Japão que lidera a lista, seguido de Suécia, Suíça, Holanda, Canadá, Noruega, Austrália, França, Dinamarca e Grã-Bretanha, enquanto o Brasil e o Paraguai são vizinhos: ocupam o 51º e 52º lugares, atrás da Coréia do Norte e da Mauritânia.

A pesquisa revelou um



Renda concentrada é um dos males do Brasil

grande progresso, em termos de expectativa de vida nos países em desenvolvimento: em média, o índice cresceu de 46 para 62 anos, no período de 1960 a 1987. O mesmo ocorreu com a alfabetização de adultos. A evolução foi de 43%, em 1970, para 60% em 1985. Mas, esse progresso é aparente, porque os habitantes de um país atrasado convivem com o deprimente cenário que envolve 900 milhões de analfabetos; 1,5 bilhão de pessoas sem assistência médica; 1,75 bilhão de pessoas sem acesso a água potável e mais de 100 milhões de desabrigados. Tudo isso acrescido de um bilhão de indivíduos que vivem em estado

de absoluta miséria.

O estudo concluiu que a distribuição de renda é muito mais importante para o desenvolvimento humano do que o crescimento econômico. A América Latina é o exemplo citado, como o de uma região onde a concentração de renda, nos anos 80, agravou tanto a desnutrição, quanto a mortalidade infantil.

A tese de "primeiro deixar o bolo crescer, para depois dividir", nossa velha conhecida latino-americana, sai desmoralizada nessa pesquisa da ONU. Os números da entidade mostram que é viável melhorar as condições sociais, mesmo com desenvolvimento

econômico incompleto e baixa renda individual.

Exemplos disso são Botswana, Costa Rica, Coréia do Sul, Malásia e Sri Lanka, onde a renda foi distribuída de forma mais desconcentrada, enquanto o crescimento econômico se desenvolvia. Ou seja: à medida que cresce, o bolo é dividido de forma mais justa.

É o que permite à pequena e economicamente insignificante Costa Rica estar em 28º lugar, bem à frente de relativas potências econômicas como o Brasil (51º), Argentina (32º), México (40º), Kuait (43º), Emirados Árabes Unidos (54º), África do Sul (63º), Arábia Saudita (67º).

O estudo enfatiza ainda que, na falta do crescimento sustentado ou de melhor distribuição de renda, a ação do Estado, através de investimentos públicos bem orientados, pode resultar em melhores índices de desenvolvimento humano.

Mercúrio em excesso

Acada tonelada de ouro tirada dos garimpos, são jogadas nos rios da região do Tapajós duas toneladas de mercúrio. Essas vias fluviais receberam, nos últimos 32 anos, 800 toneladas do mercúrio usado na purificação de 402,9 toneladas de ouro.

O mercúrio produz consequências trágicas na população ribeirinha. Amostras de peixes revelam casos, onde aparece o mineral alojado no fígado, rins, baço e ossos. Como o peixe é alimento regional básico, os males decorrentes do mercúrio no corpo humano (alteração da memória, distúrbios emocionais, perda de coordenação motora, entre outros) são uma ameaça real.

Segundo Idmilson Mesquita, diretor do distrito regional do Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, o órgão desenvolveu um equipamento de baixo custo, que permite a recuperação do mercúrio, que se vaporiza ao ser aquecido por

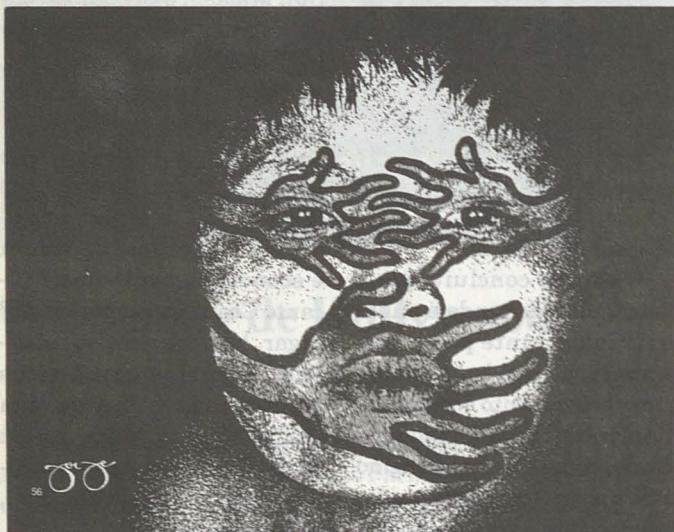


Garimpo: veneno nos rios e nos homens

maçarico a gás, na fase da limpeza do ouro. Entretanto, de acordo com o técnico, ainda não existe aceitação do aparelho por parte dos garimpeiros, o que, se ocorresse, evitaria o agravamento da contaminação fluvial.

Além do mercúrio, o sabão em pó, os detergentes e o óleo diesel, também utilizados em grandes quantidades pelos garimpeiros, elevam o nível de poluição dos rios. As águas do Tapajós, principal rio da região e afluente do Amazonas, já têm, em alguns trechos, suas características básicas modificadas, atestando a gravidade da agressão ambiental.

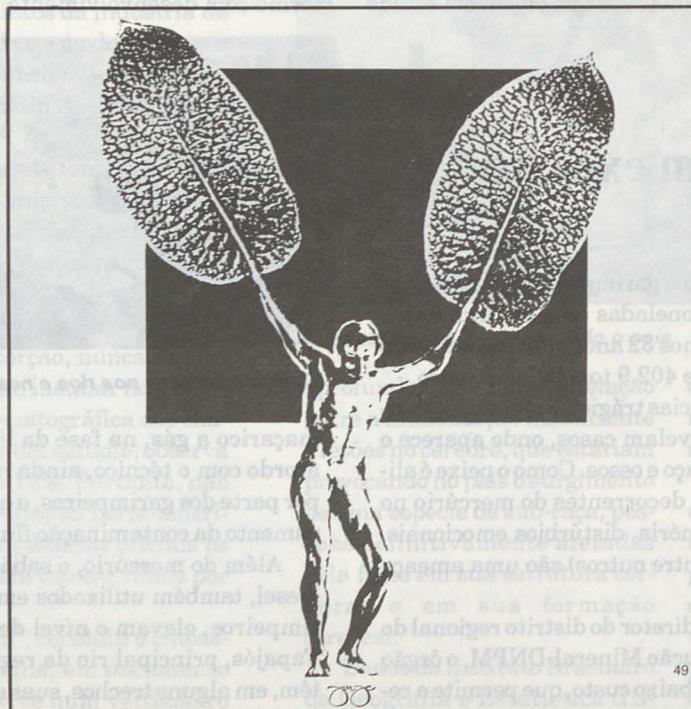
Malária e sarampo



Com este título elucidativo, Jorge Arbach lançou seu segundo livro, na Casa de Cultura Laura Alvim, no Rio de Janeiro. Em preto e branco, como convém a uma análise da realidade do país, Arbach distribui seus desenhos dos últimos quatro anos em 96 páginas de pura arte. Seu livro anterior, "Penso, logo insisto", recolheu a produção do período 1981-84.

A simplicidade é a marca do seu trabalho. Muito além das palavras, o artista desenha o âmago das idéias. Segundo seu colega de trabalho em jornal, Luciano Trigo, "Arbach é considerado um ilustrador talentoso, mas difícil, porque sua vocação criadora lhe exige sempre mais que meramente ilustrar uma

“Desenhos Falados”



Estas duas doenças crescem entre os povos indígenas. No mês de julho, 25% (36 casos) dos 140 kaxararis, localizados nos municípios de Lábrea, no Amazonas, e Porto Velho, em Rondônia, estavam com malária. E, no início deste semestre, morreram no Maranhão quatro crianças guajajaras, vítimas do sarampo e da falta de atendimento adequado. No caso do Maranhão, sentiu-se a falta de recursos, já como consequência da reforma administrativa do governo, que afastou da Funai muitos médicos.

Nos últimos dois anos, a malária foi responsável por cinco das oito mortes ocorridas entre os kaxararis. Devido à doença, os índios deixam de fazer suas roças, e a situação se agrava em função da falta de alimentos. O Conselho Indigenista Missionário-Cimi acusa a construtora Mendes Júnior como principal responsável pelo aumento da malária na região. Segundo a entidade, em maio de 1988 a empresa iniciou a exploração de uma pedreira de granito no território kaxarari. Para isso, aterrou um igarapé, criando na área um lago de 500 hectares. É nessa água parada que tem proliferado o mosquito transmissor da doença. Com as mortes ocorridas em 89, os kaxararis impediram a construtora de continuar suas explorações. Mas, a doença não mais desapareceu.

matéria (para estranhamen-
to dos editores que, na
hora de fechar o jornal, se
deparam com desenhos que
multiplicam as significa-
ções da palavra impressa,
criando ambiguidades onde
todos querem enxergar cer-
tezas cristalinas”).

Outro comentarista do trabalho de Jorge Arbach, Jorge Sanglard, não hesita em apontar que "o trabalho do artista são preciosos comentários".

Por isso, "Desenhos Falandos" foi o nome escolhido para o livro. Seus desenhos dizem mais do que mil palavras. Sem dúvida, a ilustração fica muito bem documentada através desse lançamento de Jorge Arbach, que frequenta as páginas de **terceiro mundo** com assiduidade.

Política industrial

No empresariado é ainda grande a expectativa, com relação à recente política industrial do governo. Para o empresário Antônio Guarino, do Rio, havia a necessidade de mudanças, pois o modelo de substituição de importações estava liquidado.

Ele ressalta, contudo, os riscos da nova política adotada: surge, com a liberação de importações, o risco de se inundar o país com supérfluos, incluindo-se aí máquinas e equipamentos. "Se não houver controle e ocorrer uma invasão de porcarias desnecessárias, esgotaremos nossas reservas cambiais e, consequentemente, teremos a desvalorização do cruzeiro e o retorno da hiperinflação".

A longo prazo – na opinião de Guarino – a política industrial de comércio exterior do governo parece uma tese de mestrado, ou a conclusão de um seminário. "Portanto – diz – muito distante de viabilização concreta, até mesmo o tempo verbal utilizado no documento governista é o infinitivo". Para o empresário, trata-se de uma tese de boa qualidade, mas apenas uma tese.

Nesse sentido, apresenta algumas manifestações de vontade, bastante ingênuas, como, por exemplo, a hipótese de que o sistema privado possa suprir financiamentos antes realizados pela área do Estado. Qual o banco nacional que vai financiar importações de equipamentos para a pequena empresa? "Se analisarmos a realidade, vamos concluir que nenhum banco optará por esse tipo de

crédito, porque a política de financiamentos é extremamente seletiva até para empréstimos de curto prazo".

O governo abriu as portas do país, sem criar elementos que protegessem as pequenas empresas. Por isso, irão se beneficiar da nova política as grandes empresas que já possuem tradição de comércio exterior. Nem as chamadas empresas dinâmicas poderão se beneficiar, porque não existem mecanismos de financiamento para elas.

Guarino participou, recentemente, de duas feiras sobre plásticos e embalagens em Dusseldorf e Paris, de onde trouxe duas propostas de venda de equipamentos não existentes no Brasil. "Não tenho encontrado financiamento, e as propostas são claras: exigem contra-carta de crédito irrevogável, ou seja, pagamento à vista".

Segundo o empresário carioca, o governo colocou todas as cartas na mesa, sem discutir com a sociedade. "Foi uma série de reformas violentas, apresentadas uma depois da outra, numa prazo curto. Essa pressa denota a necessidade de criar fatos novos, onde o governo, ao contrário da política liberal que apregoa, mantém o controle de tudo em suas mãos".

Além disso, certamente não existe hoje a possibilidade de administrar todas essas novas propostas. Principalmente, se verificamos o confronto estabelecido com a máquina administrativa. Esse ataque realizado a sua própria operacionalidade é, no mínimo, estranho, justo no



momento em que mais funcionalidade será necessária. "Com esse Vietnã administrativo, como será possível a implementação de todas as mudanças fiscais e econômico-industriais?"

Aponta também dois aspectos perigosos. A abertura dos portos não significa que as empresas estrangeiras venham colocar aqui seus produtos a preços mais baixos.

Os cartéis daqui são filhos das grandes empresas estrangeiras. Certamente, não vão se digladiar por um mercado restrito como o brasileiro. A indústria japonesa de automóveis, por exemplo, não vai se interessar em ganhar o mercado brasileiro, agredindo empresas como a GM, a Fiat e a Autolatina, visto que existem entre todas elas acordos de conveniência, em relação aos mercados europeus e norte-americanos.

Em relação aos dois programas que alicerçam a implementação da nova política industrial de comércio exterior, o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), Guarino considera necessária uma economia de escala. "Mas, como pretender uma economia de escala com um mercado interno reprimido por uma política salarial

conservadora e de compressão salarial?"

O empresário faz questão de frisar que serão efetivamente substituídos os produtos das pequenas indústrias, exceto as chamadas dinâmicas, que "serão subsidiárias das grandes empresas". Na realidade, irá acontecer uma verdadeira devastação entre as pequenas indústrias, prevê. Serão as pequenas empresas eletrônicas, metalúrgicas e químicas, principalmente, as que irão pagar o pato. Simplesmente, porque não estão no estágio de desenvolvimento apontado pelo governo como o padrão para a modernização e a atualização tecnológica.

Todos os países do mundo têm leis protecionistas, assinala o empresário. O Japão, por exemplo, é o país mais protecionista do mundo, lá existem menos de 1% de produtos estrangeiros nas prateleiras do comércio. A IBM até hoje não venceu as barreiras japonesas.

Os Estados Unidos também são extremamente protecionistas. Tanto assim, que possuem uma lei especial que permite retaliação comercial em qualquer campo, para proteger outro. Foi o que aconteceu no setor de importações de sapatos brasileiros, ao defenderem a exportação de produtos farmacêuticos.

A diferença entre crescer e inchar

Weber Figueiredo da Silva*

Imagine que no primeiro dia de aula um professor de Matemática dissesse para os seus alunos: "Vocês não precisam fazer nenhum exercício ou prova. Faço tudo por vocês. Desde já estão todos aprovados". Todos ficariam muito satisfeitos, mas certamente sairiam do curso tão ignorantes, quanto entraram.

No que diz respeito ao aprendizado tecnológico, devemos primeiro entender que tecnologia não é o objeto pronto, mas sim o conhecimento necessário à produção desse objeto. Quando o Brasil importa teares modernos, não adquire a tecnologia dos teares modernos, mas tão somente as máquinas e suas técnicas de operação. O conhecimento sobre o tear fica no exterior.

Sendo um conhecimento, podemos garantir que o processo de desenvolvimento tecnológico e industrial é processo de aprendizagem e, portanto, lento. Não se podem substituir 50 anos por cinco.

Embora haja conhecimento em todo o ciclo de produção e comercialização de bens de serviços, podemos reservar à palavra tecnologia a descrição dos estágios de pesquisa e projeto industrial. As etapas de fabricação propriamente dita se utilizam de técnicas. Assim, podemos operar toda uma fábrica apenas com operários e técnicos, sem que nela estejam presentes os cientistas e os engenheiros detentores do conhecimento tecnológico.

Apesar de o Brasil (re)produzir e comercializar 2,1 milhões de televisores por ano, não existe nenhum brasileiro que projete esses aparelhos. Limitamo-nos à montagem de kits eletrônicos. O mais triste é saber que um dia já tivemos uma indústria nacional de televisores, projetados por brasileiros, mas que desapareceu ou se associou em decorrência da abertura para o capital estrangeiro. Na concorrência entre duas empresas com desniveis tecnológicos acentuados, sem-

prevece a mais forte, além de se abortar o início do aprendizado tecnológico. Exemplos semelhantes aconteceram nas indústrias automobilística e farmacêutica, com o incentivo de governos anteriores.

Proporcionalmente, sabemos hoje em dia muito menos sobre tecnologia de televisores, automóveis e remédios do que há 30 anos. O essencial é que, se tivéssemos continuado a dominar o projeto de televisores, teríamos alcançado, no mínimo, quatro benefícios para o país. Primeiro, seria a experiência acumulada em 30 anos de exercícios tecnológicos. Estaríamos atualmente capacitados a projetar inúmeros aparelhos eletrônicos – que atualmente são importados – para a indústria, agricultura, laboratórios, hospitais, telecomunicações e lazer. Além disso, já haveria escala e capacitação para uma indústria de microeletrônica nacional. Segundo benefício: teríamos gerado divisas e bons empregos aqui no país, pois quem gera tecnologia cria empregos de melhor salário. Terceiro: o setor produtivo teria forçado a uma melhoria no nível de ensino e da pesquisa nas universidades, porque a indústria precisaria de melhores profissionais. Essa exigência na qualidade de ensino certamente chegaria até o primeiro grau, que é a base. O quarto benefício seria o controle econômico e financeiro que teríamos sobre a indústria eletrônica brasileira, pois quem domina a tecnologia é quem tem o poder das decisões econômicas e dá as cartas sobre a entrada e saída de riquezas do país.

A partir do momento em que as multinacionais de automóveis, por exemplo, se instalavam no país, o governo proibia as importações de automóveis prontos, mas não vetava as importações de projetos e máquinas necessários à fabricação de veículos, por não haver similaridade. Portanto, o que alguns chamam de economia fechada, muitas vezes representava a proteção

dada a uma multinacional aqui instalada contra a concorrência de sua própria matriz estrangeira! Na realidade, isso representava a tentativa de proteger os empregos de mão-de-obra barata aqui no Brasil. Atualmente a matriz estrangeira já pode concorrer com a sua filial brasileira e nos vende diretamente um automóvel pronto. Chamam isso modernização da economia.

Alenda que associa a internacionalização da economia com o desenvolvimento tecnológico não resiste a uma análise elementar. As importações diretas de produtos acabados, os empreendimentos multinacionais aqui instalados e as empresas nacionais dependentes não desenvolvem pesquisa nem tecnologia, simplesmente porque não tem sentido empresarial gastar dinheiro aqui com o que já foi realizado lá fora. Além disso, quem detém a tecnologia detém o poder. Nenhum empresário estrangeiro é bobo ao ponto de nos repassar as tecnologias essenciais a sua sobrevivência comercial.

Finalmente, para análise pragmática do processo industrial brasileiro é importante: 1) saber distinguir a proteção dada às empresas estrangeiras da proteção às empresas nacionais; 2) Não confundir proteção à economia nacional com proteção ao empresariado nacional e, o que é mais significativo; 3) saber que o desenvolvimento industrial não é um processo só de importações e operações de máquinas, mas sim um processo de aprendizagem intrinsecamente ligado à educação, à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

Quem não entender esse último conceito confundirá sempre desenvolvimento econômico com inchaço econômico, aquilo que se obtém com um anabolizante. Passado seu efeito sobre o corpo, os músculos voltam a murchar.

*Weber Figueiredo da Silva é professor da cadeira de Engenharia Eletrônica na Uerj, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola



Rio, o Brasil
de braços abertos.



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO